

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA**  
**DOCTORADO EM DEMOGRAFIA**

*Na medida do (im)possível:*  
*família e trabalho entre as mulheres de nível*  
*universitário*

**MOEMA DE CASTRO GUEDES**

Fevereiro/ 2009

MOEMA DE CASTRO GUEDES

**“Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário”**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profª Drª Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27 / 02 / 2009.

BANCA

Profª Drª Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira *Maria Coleta F. A. de Oliveira*  
(orientadora)

Profª Drª Elisabete Dória Bilac *Elisabete Dória Bilac*

Profª Drª Marta Maria do Amaral Azevedo *Marta Maria do Amaral Azevedo*

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira *Luiz Otávio Ferreira*

Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves *José Eustáquio Diniz Alves*

Profª Drª Rosana Aparecida Baeninger (suplente)

Profª Drª Suzana Marta Cavenaghi (suplente)

Profª Drª Guaraci Adeodato Alves de Souza (suplente)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

<b>G934n</b>	<b>Guedes, Moema de Castro</b> <b>Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário / Moema de Castro Guedes . - Campinas, SP: [s. n.], 2009.</b>  <b>Orientador: Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</b>  <b>1. Gênero. 2. Mercado de trabalho. 3. Família. 4. Mulheres – Educação (Superior). I. Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</b> <p style="text-align: right;"><b>msh/ ifch</b></p>
--------------	--

**Título em inglês: As far as (im)possible: family and work among graduate women**

**Palavras chaves em inglês (keywords):**

**Gender  
Labour Market  
Family  
Graduate women**

**Titulação: Doutor em Demografia**

**Banca examinadora:**

**Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira, Elisabete  
Dória Bilac, Marta Maria do Amaral Azevedo, José  
Eustáquio Diniz Alves, Luiz Otávio Ferreira.**

**Data da defesa: 27/02/2009**

**Programa de Pós-Graduação: Demografia**

**Para Olívia,**  
**porque antes de existir a vida nós já éramos irmãs.**

**Para a minha avó Eliza,**  
**por me mostrar o quanto de trabalho e de beleza acontece na vida doméstica.**

**Para a minha avó Merenice (*in memoriam*),**  
**por me contar com orgulho seus trabalhos e passeios em um tempo em que isso**  
**não era coisa para mulher.**

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela bolsa de 2 anos e meio, sem a qual eu não poderia ter viabilizado este trabalho.

À minha orientadora, professora Maria Coleta Oliveira, pelo intenso aprendizado que me proporcionou ao longo destes quatro anos. Suas leituras sempre muito atentas e pertinentes do meu trabalho enriqueceram de forma fundamental minha formação como pesquisadora. Terei sempre muito orgulho de ter sido uma das “meninas da Coleta”.

À minha mãe, Inês, por ser uma pessoa que sabe amar. Pela forma libertária e alegre que ensinou a mim e minha irmã a sermos mulheres.

Ao meu pai, César, pela dedicação e sensibilidade que todos os homens deveriam ter com seus filhos.

Aos queridos Rita e Tadeu, por uma irmandade tecida ao longo desse processo. Pelo nosso pacto de alegria acima de tudo.

Aos demais amigos da turma de 2005: Aline, Daniel, Marcos, Vitor e René, por termos construído muitas idéias e sonhos juntos.

Aos amigos e interlocutores diretos desta tese: Glaucia, Joice e Humberto, pela forma generosa como nos ajudamos a crescer uns aos outros.

Aos amigos de toda hora Cecília, Maria Eugenia, Diana, Daniel, Juliana e Janaína pelas conversas infundáveis, pelas intensas trocas que iluminam e colorem meu caminho.

Ao professor José Eustáquio Alves, por ter acreditado no meu trabalho em momentos difíceis dessa empreitada.

Às professoras Maria Andrea Loyola e Elisabete Bilac pelas importantes sugestões e comentários no exame de qualificação desta tese.

À Bianca, Luiz e Nara que tive a sorte de encontrar no meio do Doutorado, por me incentivarem e partilharem o encantamento pelas pesquisas de gênero.

Ao Tiago, por me mostrar que é só no contato com o diferente que pode nascer o novo.

Aos queridos Pilar e Martin, pelo grande afeto suscitado em tão pouco tempo de convívio em Córdoba.

À Alícia, por me ajudar a navegar abismos.

À Adriana, Anderson, Luiz, Laura, Rafael, Rodrigo, Rômulo, Stephania e Tiago por me ensinarem que o aprendizado só acontece quando existe troca e entrega.

Aos *Escravos da Mauá* e à *Pedra do Sal* pelas horinhas de descanso e celebração, tão fundamentais a qualquer processo reflexivo.

## RESUMO

O presente trabalho aborda um tema constante nos estudos de gênero: a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva na vida das mulheres. A centralidade da temática reflete a importância da divisão sexual do trabalho como categoria de análise da realidade social. O enfoque sobre as mulheres de nível universitário ressalta, além do papel fundamental da escolarização como vetor de ampliação do universo de escolhas feminino, as recentes mudanças no plano das relações de gênero que este contingente personifica.

Nesse sentido, buscamos destacar a heterogeneidade interna deste grupo, comparando esta população em 1970 e 2000 e em distintos grupos etários no mesmo momento histórico. Para tanto utilizamos como fonte de dados os Censos Demográficos do IBGE. As variáveis relativas ao mercado de trabalho mostram uma aproximação no tipo de inserção deste segmento com a população masculina do mesmo estrato educacional ao longo do período pesquisado. No campo da família se destaca o aumento na proporção de mulheres que terminam o ciclo reprodutivo tendo vivenciado a maternidade, apesar das Taxas de Fecundidade Total terem diminuído ao longo do período analisado. O olhar para estes dois planos de forma conjugada revela que neste grupo os salários nem sempre se relacionam de forma negativa com a presença de filhos, sendo o momento que nasce a criança o fator mais determinante. Essas tendências mostram que a maternidade e o trabalho não vem sendo vivenciados como campos diretamente constraídos, particularmente nas gerações mais jovens.

De uma perspectiva mais ampla, o grupo em questão ajuda a relativizar algumas idéias generalizantes em torno dos comportamentos femininos nas esferas produtiva e reprodutiva da vida social. Além disso, esse olhar permite refletir sobre as contradições, rupturas e continuidades - elementos comuns a qualquer processo de mudança social - que marcam as identidades femininas e masculinas na contemporaneidade.

## **ABSTRACT**

This dissertation addresses a constant issue in gender studies: the interlinkages between the productive and reproductive spheres in women's lives. The centrality of the issue reflects the importance of the sexual division of labor as a category of analysis of social reality. The focus on graduate women highlights the fundamental role of education for the expansion of the set of choices women have. This focus also emphasizes the recent changes in terms of gender relations that this group's experience represents.

Accordingly, the study highlights the heterogeneity of this group, by comparing the population in different points in time - 1970 and 2000 - and in different age groups in each moment. The source of the data was the IBGE Demographic Census. The labor market variables show a convergence on the nature of male and female insertion in that same market, when comparing graduate women to graduate men over the studied period. On the family realm, there was an outstanding increase in the proportion of women who finish the reproductive cycle having experienced motherhood, despite the the fall of Total Fertility rates over the analyzed period. Considering these two realms concurrently, it is noted that wages are not always negatively related to motherhood. Furthermore, the most fundamental aspect is the moment in time in the mother's life that the child is born. These trends show that motherhood and work have not been experienced as directly opposed fields in life, particularly for younger generations.

In a broader perspective, the studied group conduct to the relativization of some general ideas about women behavior in productive and reproductive spheres of social life. Furthermore, this approach allows assessments of the contradictions, ruptures and continuities - common elements to any process of social change - that mark the female and male identities in contemporary societies.



## SUMÁRIO

*Introdução* ..... 1

### *Capítulo I*

*Mulheres de nível universitário no Brasil: o social e o demográfico na construção do objeto* ..... 9

Escolarização feminina: ampliando o universo de escolhas ..... 10

Articulações entre a baixa fecundidade e os avanços femininos no mercado de trabalho – o olhar demográfico ..... 15

Ampliando a questão do desejo (ou não) por filhos para além da esfera econômica 24

### *Capítulo II*

*Universitárias no mercado de trabalho: aproximação ao padrão masculino?* ..... 33

Antecedentes: inserção laboral e diferenças salariais ..... 34

O lugar da trabalhadora mais qualificada no final do século XX no Brasil ..... 35

As evidências de aproximação dos padrões de inserção feminino e masculino.....41

### *Capítulo III*

*Família e filhos entre as mulheres mais escolarizadas: reconfigurações do tradicional?* ..... 55

Individualismo e diversidade de modelos familiares..... 56

Rupturas e continuidades no campo familiar: uma análise dos dados censitários..... 65

*Capítulo IV*

*Mulheres de alta escolaridade: repensando a relação entre maternidade e mundo do trabalho* ..... 78

Maternidade e mundo do trabalho: campos contrapostos?..... 79

Mulheres de nível universitário: impactos diferenciados da presença de filhos sobre os rendimentos articuladas ao ciclo de vida.....83

*Conclusão*..... 100

*Referências Bibliográficas* ..... 106

*“Descobrimo o sublime no trivial, o invisível sob o tangível –  
ela própria toda desarmada como se tivesse naquele momento  
sabido que sua capacidade de descobrir os segredos da vida natural  
ainda estivesse intacta. E desarmada também pela leve angústia  
que lhe veio ao sentir que podia descobrir outros segredos, talvez  
um mortal. Mas sabia que era ambiciosa: desprezaria o sucesso  
fácil e queria, mesmo com medo, subir cada vez mais alto ou  
descer cada vez mais baixo”.*

*Clarice Lispector – Uma aprendizagem ou  
O livro dos prazeres.*

## INTRODUÇÃO

Antes de começar o livro do qual retirei a epígrafe desta tese, Clarice Lispector expressa sua relação com aquele texto através de uma nota que sempre me perseguiu: “este livro se pediu uma liberdade maior que tive medo de dar”. Estudar a trajetória das mulheres de nível universitário no Brasil foi, desde minha dissertação de Mestrado, construir um objeto que de forma constante me obrigou a enxergar meus próprios vieses. Diante disso, é fundamental localizar minha pesquisa e minha narrativa: de onde falo e porque falo.

Minha curiosidade e amor pelos estudos de gênero começaram na Graduação em um curso eletivo de História Antiga, no qual analisávamos os perfis femininos nas tragédias gregas. A construção das mulheres como constituindo uma sociedade secreta, cujos saberes e lógicas não eram acessíveis aos homens, traduzia uma mensagem constante e clara naquelas narrativas de homens para homens: o feminino era a alteridade e o perigo. Tudo parecia bastante familiar apesar dos séculos de história que nos separavam. Os textos de Joan Scott e a nova perspectiva da história que se abriam a partir das lentes do gênero se apresentavam como um poderoso instrumental teórico. Desde esse primeiro olhar pensava que essa perspectiva poderia ser estendida para outras disciplinas: a categoria gênero parecia ter muito a dizer e contribuir à teoria social mais ampla.

Em um esforço de tentar me familiarizar com a literatura que ia naquela mesma direção através de análises do momento contemporâneo, me debrucei sobre a vasta produção brasileira dos anos 1990, na tentativa de desenhar um projeto de Mestrado que “comprovasse” a centralidade da categoria gênero<sup>1</sup> para a compreensão de dinâmicas sociais mais amplas que apenas a situação feminina. Diante da ampla gama de temas estudados, duas dimensões me saltavam como

---

<sup>1</sup> Naquele momento trabalhava no ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião) em uma série de pesquisas que partiam de questionários e bancos de dados. Esta experiência marcou meu primeiro fascínio com o poder argumentativo das análises estatísticas. Parecia-me claro que qualquer linha de estudo ganharia mais força através desta metodologia, daí a opção pela ENCE.

fundamentais para explicar o processo de rupturas e continuidades que marcam as identidades femininas na história recente brasileira: o mercado de trabalho e a escolarização. Esses recortes, intimamente articulados em diversos estudos, trouxeram uma série de questionamentos formulados em parte na dissertação de Mestrado mas, agora, mais solidamente estruturados como campo nesta tese.

Como minha formação se inseria em uma segunda geração de estudos de gênero, sempre me causou certa estranheza a forma naturalizada como os primeiros trabalhos da área tomavam sempre a intensificação tanto das taxas de inserção no mercado quanto das próprias jornadas de trabalho feminino como dimensões intrinsecamente desejáveis. Parecia evidente que, ao denunciar e visibilizar a histórica exclusão feminina deste espaço, as pesquisas reconhecessem neste lócus privilegiado uma forma de acesso a recursos financeiros e à vida pública. Compartilhava com esta visão de que a equidade tanto na inserção laboral quanto nos salários de homens e mulheres eram questões fundamentais para a alardeada igualdade de gênero. No entanto, tinha dúvidas se o tipo de inserção masculina era um modelo a ser seguido, uma vez que estes trabalhadores não tinham qualquer tipo de dedicação expressiva às tarefas de reprodução social. Ou seja, sua identidade era quase que exclusivamente definida pelo tipo de trabalho que desempenhassem e pela sua capacidade de progressão neste campo ao longo do ciclo de vida.

Em relação ao processo de escolarização feminino, por outro lado, identificava um tema mais consensual e unidirecional. Não havia dúvidas sobre a centralidade da educação formal como vetor de acesso feminino ao saber-poder. A ampliação deste processo para o contingente de mulheres como um todo traria, certamente, intensos reflexos para a sociedade brasileira. Mapear essa mudança – a reversão do hiato de gênero na educação - em sua magnitude e velocidade representaria um desafio, uma vez que, naquele momento, já era bastante difundida a idéia de que as mulheres eram mais escolarizadas que os homens. No entanto, geralmente os dados agregados não permitiam um olhar que desse conta das características históricas desse fenômeno. Talvez o único desconforto neste campo fosse um tipo de reflexão que analisa a escolarização feminina somente de forma articulada aos seus reflexos no mercado de trabalho - viés do qual não consegui escapar na dissertação, mas do qual procuro me redimir com o presente trabalho.

Diante da escolha pelo campo escolarização-inserção laboral das mulheres no Brasil, restava-me recortar um grupo específico que personificasse a ampla gama de questões que poderiam surgir a partir da articulação entre estes processos que têm a presença feminina na vida pública como eixo central. Os estudos geralmente voltavam-se para tendências agregadas, mas o recorte educacional era sempre apresentado como um vetor de importantes diferenciais entre distintos grupos de mulheres. Minha opção pelo topo do processo de escolarização partiu da recorrência com a qual parte da literatura apontava a realidade brasileira como particularmente dramática do ponto de vista da presença feminina nos postos de comando e de poder decisório. Além das mulheres de nível universitário representarem teoricamente o contingente que estaria apto a ocupar estes postos, algumas singularidades interessantes no tipo de inserção laboral deste grupo haviam sido destacadas de forma pontual nos trabalhos de Cristina Bruschini, o que me inspirava a aprofundar estas questões.

A dissertação defendida em 2004 no Mestrado em Estudos Populacionais da ENCE (Escola Nacional de Ciências Estatísticas) seguiu praticamente toda a estrutura proposta no projeto apresentado para a entrada no programa, tendo sido meu orientador - professor José Eustáquio Diniz Alves - muito importante na interlocução com a literatura sobre os temas em questão e os recortes necessários para a adequada construção do objeto naquele âmbito. Em linhas gerais, tinha conseguido mapear um campo de questões que viriam a ser o ponto de partida da presente tese.

Na dissertação, tratamos das três últimas décadas do século XX, utilizando como fonte de dados principal os Censos Demográficos para o conjunto do país. Trabalhados de uma perspectiva macro, os achados centrais da dissertação situam-se nos planos histórico e econômico. No primeiro, destacam-se três elementos: a reversão da desigualdade, que nos anos 1970 fazia com que os homens fossem ampla maioria da população de nível universitário, atingindo as mulheres em 2000 60% dos formados no grupo etário de 20 a 29 anos; uma expressiva ampliação do leque de cursos nos quais as mulheres são maioria dos formados, tendência verificada em importantes nichos anteriormente masculinos; e a persistência de elevada desigualdade salarial entre homens e mulheres de nível universitário, de fato a mais ampla dentre os estratos educacionais. No segundo plano – o econômico – os

achados revelaram existir uma relação direta entre escolaridade e participação laboral, pois as taxas do grupo em questão são praticamente iguais entre homens e entre mulheres.

Desse modo, apesar dos intensos avanços no campo educacional e da abertura de espaços privilegiados no mercado de trabalho para as mulheres com formação superior, a evolução da desigualdade não variou substancialmente ao longo do tempo. Isso levantava algumas questões importantes para a teoria econômica, sendo a principal delas a relativização da idéia do capital humano a partir das trajetórias femininas. As mulheres mostravam que a articulação entre investimento educacional e melhores postos de trabalho não era tão direta quanto supunha a teoria clássica.

Porém, mais do que respostas, o trabalho sugeria perguntas. Diante delas, era praticamente impossível afastar-me do tema no projeto de Doutorado. Ao fim deste processo, constato que, também aqui, muitas das questões que gostaria ver respondidas só podem ser compreendidas enquanto paradoxos, os quais tentei enfrentar a partir de um ferramental teórico que incorpora as contradições da vida social na contemporaneidade. Esta mudança de perspectiva se deve, em grande parte, ao mergulho nos estudos de família, aporte que me trouxe a possibilidade de dialogar com os desconfortos anteriormente expostos em relação aos dois campos que já haviam sido explorados na dissertação.

A interface quase direta entre relações de gênero e família e a abordagem da qual partimos para a presente tese deslocariam os processos anteriormente descritos para todo um campo de dilemas e escolhas. Isso porque os olhares sobre o lugar feminino no mercado de trabalho necessariamente passam por uma compreensão das mudanças que ocorreram dentro da família enquanto instituição e da forma como os planos entre um e outro campos da vida social passam a se relacionar em cada tempo histórico. Este é o principal aporte do presente trabalho. As mudanças são muitas entre a primeira e a segunda geração de mulheres que se formaram no ensino superior brasileiro e as identidades articuladas ao campo familiar, particularmente a maternidade, são parte fundamental da compreensão das dinâmicas descritas. O desenvolvimento da análise sobre o mundo do trabalho passa a ter na família, particularmente no diálogo com o conceito de divisão sexual do trabalho, seu eixo argumentativo.

Em linhas gerais a tese segue a seguinte estrutura.

Fundamentalmente teórico, o primeiro capítulo circunscreve e introduz tanto o tipo de literatura com qual a tese dialoga, quanto a perspectiva epistemológica e o fio argumentativo que nossa análise propõe-se seguir.

Um primeiro eixo explora uma dimensão bastante conhecida e já destacada nos estudos demográficos: a relação direta entre escolarização e baixa fecundidade. Além de discutir com essa produção, retomamos algumas questões destacadas na dissertação de Mestrado, no sentido das especificidades das mulheres de nível universitário no mercado de trabalho, tais como a progressão na carreira, semelhança entre padrões de participação em relação aos homens do mesmo estrato educacional e os maiores diferenciais salariais também em relação à mão-de-obra masculina. Essas questões apontam para a relevância de se pensar as repercussões desses avanços no mundo do trabalho sobre a vida familiar destas mulheres. O olhar a ser lançado, nesse sentido, foge de possíveis relações causais entre os dois campos ou da construção de dicotomias entre ambos, seja na vida social, seja nas identidades do grupo em questão.

Uma segunda dimensão trabalhada é o campo da reprodução tal qual é construído nas Ciências Sociais, de modo a problematizar as análises restritas ao campo econômico, centrais para o tipo de análise que historicamente a Demografia enquanto disciplina produziu. As críticas estruturadas por Bourdieu e Foucault consolidariam uma importante contribuição para a Demografia no sentido de mostrar os limites do conhecimento que é estruturado estritamente a partir de dados censitários.

No segundo capítulo, retomamos algumas chaves de leitura abertas em minha dissertação de Mestrado, através de um olhar comparativo sobre o tipo de inserção da população feminina de nível universitário no mercado de trabalho tanto em relação aos homens quanto diferenciações internas no próprio grupo de mulheres ao longo do período que a pesquisa abarca através dos Censos Demográficos do IBGE. Nesse sentido, buscamos enxergar em que medida o tipo de inserção laboral deste segmento foi se transformando de modo a aproximar-se dos padrões masculinos. Essa análise sistemática é um aporte novo do presente trabalho já que no Mestrado analisamos apenas os diferenciais salariais. As variáveis com as quais pretendemos trabalhar por



grupos etários são: horas semanais trabalhadas; rendimento médio em salários mínimos; posição na ocupação; e tipo de ocupação.

Em relação às especificidades deste grupo em relação ao contingente de mulheres trabalhadoras como um todo pretendemos destacar os diversos significados que o próprio trabalho assume para este grupo, muito mais ligado à construção de uma identidade e expressão individual do que propriamente ao sustento ou a uma renda secundária no orçamento familiar. Além disso, a possibilidade de progressão em uma carreira cria estrangulamentos mais solidamente interpostos aos planos relativos à família que em outros segmentos e estratos educacionais.

Outra dimensão importante neste campo profissional é a segmentação que historicamente marcou este contingente populacional no mercado de trabalho. Entre a geração de mulheres que frequentou a universidade nos anos 1970, a concentração nas carreiras tipicamente femininas, ligadas à economia do cuidado, foi uma marca que refletia opções profissionais ainda muito marcadas por tradicionais construções do feminino<sup>2</sup>. Cabe indagar-nos em que medida estas fronteiras ainda se fazem muito presentes nas escolhas da atual geração de mulheres recém-formadas nas universidades.

O terceiro capítulo analisa as dinâmicas no campo familiar, particularmente aquelas ligadas à experiência reprodutiva, e suas mudanças ao longo do tempo. Em linhas gerais, buscamos enxergar em que medida houve re-estruturações no tipo de família no qual estas mulheres estão inseridas e se, de fato, existem elementos que nos permitem pensar na emergência, neste grupo feminino mais escolarizado, de modelos menos orientados para a tradicional família nuclear que em outros estratos educacionais.

A nupcialidade do grupo em questão aparece como primeiro elemento importante de análise uma vez que instaura a relação entre um casal que possivelmente constrói o desejo por filhos a partir de um ideal de conjugalidade que também aparece como marca distintiva deste segmento populacional. A maior

---

<sup>2</sup> Outra possível interpretação para esta concentração seria uma estratégia inicial de reproduzir, no espaço universitário e no próprio mundo do trabalho, funções historicamente já desempenhadas pelas mulheres mas que a partir daquele momento seriam exercidas por elas no mercado. Desse modo, o “novo” contingente de trabalhadoras poderia estar buscando menores resistências em um período no qual o trabalho feminino começava a se expandir como um fenômeno de massa mas ainda não contava com ampla aceitação social.

parcela de mulheres que não chegam a se casar ou que se separam mais rapidamente neste grupo (fenômeno destacado pela literatura do tema), também configura um possível vetor a influenciar a baixa fecundidade encontrada neste segmento.

A dimensão central trabalhada neste eixo, no entanto, são as variáveis relativas ao nascimento de filhos no grupo de mulheres com nível universitário através de duas variáveis: a fecundidade do grupo em questão e sua parturição (particularmente a ausência de filhos) ao final do ciclo reprodutivo. Além de uma comparação evolutiva ao longo do tempo, interessa-nos, com este olhar, enxergar em que medida estaria havendo um aumento ou restrição do leque de experiências reprodutivas neste segmento de mulheres.

Uma segunda questão importante para a reflexão no que diz respeito à reprodução é a ambigüidade que a possibilidade de filhos instaura. Ao mesmo tempo em que as mulheres mais escolarizadas desfrutam de melhor condição social, o nascimento de filhos as coloca frente ao medo de uma “regressão social”<sup>3</sup> pelas condições socioeconômicas que vem piorando entre a classe média.

Finalmente, exploramos a questão do filho no contexto de um consumo cultural mais amplo neste segmento. Neste caso, a ausência de filhos seria um dos elementos indicativos do pertencimento a camadas mais elitizadas da população, já que existe uma ideologia que vincula os filhos, particularmente quando os pais os têm em idade jovem, à ignorância ou ausência de projetos individuais de crescimento. Além disso, os gastos que envolvem o nascimento de uma criança neste segmento, bem como o que é considerado “básico” para estes pais, apontam para a relevância de se pensar as condições sociais para a efetivação deste projeto.

No quarto capítulo são analisadas de forma articulada as tendências no plano da presença feminina nos postos mais bem remunerados (topo da pirâmide salarial) no mercado de trabalho e os lugares femininos nas famílias. Desse modo, buscamos destacar possíveis arranjos acionados por esse segmento social, identificando rupturas e continuidades geracionais e apontando em que medida a maior quantidade de filhos apresenta uma relação negativa com o desempenho das mulheres em suas vidas profissionais.

---

<sup>3</sup> Paralelo com a idéia de ascensão/ mobilidade social que permeia as trajetórias reprodutivas das camadas mais baixas da população.

Os resultados encontrados a partir de cruzamentos preliminares de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 mostram que, de fato, há um embate claro entre o projeto do filho e a carreira quando aquele é efetivado antes dos 30 anos – há uma concentração no estrato mais mal remunerado entre mulheres que têm filho(s). No entanto, entre os grupos mais velhos, particularmente entre as mulheres de 40 a 49 anos, a distribuição dos estratos salariais é muito próxima, ou seja, a presença dos filhos parece não atrapalhar o desempenho feminino no mercado de trabalho. Esse dado sugere que mais do que ter ou não uma criança, o que de fato intervém negativamente na construção de uma carreira é o momento em que isso acontece.

Nesse sentido, é importante destacar a articulação entre vida pública e vida privada que se dá a partir dos anos de 1970, momento no qual a relação entre estes dois campos começa a passar por intensas mudanças particularmente para as mulheres. A crescente presença feminina na vida pública traz constrangimentos à manutenção de um certo tipo de ideal de vida doméstica no qual as obrigações socialmente construídas ainda continuam centradas no feminino. Diante disso, as mulheres que chegaram a concluir um curso universitário nos anos 1970 e as gerações que o fazem nas décadas seguintes, ao mesmo tempo que personificam um pioneirismo na presença feminina no mundo público - uma vez que as universidades são em si um espaço do saber/poder bastante masculinizado - refletem em suas trajetórias os embates e constrangimentos deste processo.

Finalmente, nas conclusões, são articulados e resumidos as principais conclusões e reflexões de cada capítulo. Além disso, destacamos em que direções os achados dessa tese podem contribuir para futuras pesquisas.

## CAPÍTULO I

### **MULHERES DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO NO BRASIL: O SOCIAL E O DEMOGRÁFICO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO**

“No mundo anglo-saxão, o impulso para a particularidade levou a uma paixão pela medição estatística. A importância do que estava sendo medido tornou-se menos interessante do que a tecnologia usada para medi-lo. E, como tantas vezes acontece nas ciências sociais, aquilo que não podia ser quantificado, ou que era complexo demais para quantificar, passou a parecer menos real”.

Richard Sennett, 2001.

O grupo social que temos como foco, as mulheres de nível universitário no Brasil, apesar de consolidar-se como um contingente em franca expansão na população brasileira<sup>4</sup>, representa um segmento restrito que não assume (ainda) grande peso nas projeções sobre o futuro das Taxas de Fecundidade Totais no país ou mesmo sobre o comportamento feminino no mercado de trabalho. Olhada a partir de médias gerais, a “mulher brasileira” está longe do comportamento apresentado por este grupo mais escolarizado, seja no campo do mercado de trabalho, seja no comportamento reprodutivo. Apesar da aparente falta de relevância em termos das tendências mais agregadas que marcam os estudos de população, a importância central deste segmento estaria na compreensão de processos simbólicos e de poder que deslocam a discussão em torno da reprodução para dimensões historicamente menos exploradas no campo da Demografia.

---

<sup>4</sup> O contingente populacional feminino com nível universitário cresceu 50% apenas na década de 1990 chegando a 3,1 milhões de mulheres no Censo Demográfico de 2000. A parcela de homens de mesma escolaridade, que já era menor no Censo Demográfico de 1991, cresceu apenas 38% no mesmo período, chegando a 2,79 milhões.

De fato, a relevância de pensar a realidade deste segmento está não tanto em seu crescente peso na população como um todo, mas, fundamentalmente, nas recentes mudanças no plano das relações de gênero que este contingente personifica. O recorte adotado implica um olhar mais centrado no interior do próprio grupo em detrimento de comparabilidades com outros estratos educacionais, dimensão esta mais exaustivamente analisada na literatura recente.

A contribuição desse olhar mais segmentado é a de permitir explorar as heterogeneidades que permeiam o comportamento de qualquer população e que, por vezes, fazem com que as médias funcionem como elementos que estruturam uma realidade abstrata e inexistente. De uma perspectiva mais ampla, o grupo em questão ajuda a relativizar algumas idéias generalizantes em torno dos comportamentos femininos nas esferas produtiva e reprodutiva da vida social, bem como a refletir sobre as contradições, rupturas e continuidades - elementos comuns a qualquer processo de mudança social – que marcam as identidades femininas e masculinas na contemporaneidade.

### **1. Escolarização feminina: ampliando o universo de escolhas**

A literatura que aborda o processo de queda da fecundidade no Brasil e no mundo é bastante vasta. A entrada das mulheres no mercado de trabalho é frequentemente destacada como dimensão fundamental deste “novo contexto”, no qual identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico emergem e a reestruturação do modelo tradicional de família aparece como marca das mudanças em curso. O papel da educação formal como vetor de ampliação do universo de escolhas das mulheres também é fundamental para a compreensão desta dinâmica, uma vez que instaura novos desejos e constrangimentos seja no campo familiar, seja no mundo do trabalho. Apesar do desafio que ainda representa a análise da relação ou mesmo da possível causalidade entre estes processos sociais, o papel central da escolarização como elemento explicativo ou vetor de mudanças importantes no campo das relações simbólicas e de poder entre homens e mulheres é, em certa medida, uma questão consensual.

Nesse sentido, o processo de expansão da escolarização em diversos contextos através de mudanças na legislação, que visaram universalizar o acesso a

este bem, teria aberto às mulheres uma alternativa à educação de tipo eminentemente familiar, na qual os aprendizados estavam voltados para seu papel de mãe e esposa, oferecendo uma educação voltada para o mundo público. Prost (1992) destaca essa questão ao afirmar que toda educação escolar é educação para a vida pública. Segundo o autor, o aumento geral da escolarização remete a transformações muito mais profundas: “mais do que uma socialização dos aprendizados, seria um aprendizado da sociedade” (Prost, 1992, 82).

O ensino universitário se destaca dentro do processo mais amplo de escolarização feminina como um importante marco, pois sempre esteve mais diretamente relacionado à maior presença no mundo público e à aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho mas, também, de novos valores e práticas. A centralidade desta questão na estruturação de relações de gênero mais equânimes se reflete no fato de que, historicamente, esta foi uma bandeira que uniu as diversas correntes do movimento feminista. Perrot sintetiza essa dimensão ao afirmar que “o direito ao saber, não somente à educação mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações (do movimento feminista). Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer.” (Perrot, 2007, 159).

Diversos trabalhos (Lazo, 1990; Cavenaghi e Goldani, 1993; Alves, 1994; Sorj, 2003; Araújo e Scalon, 2005) demonstram a importância fundamental do recorte educacional nos diferenciais de participação no mercado de trabalho, taxas de fecundidade e nupcialidade entre mulheres de distintos estratos educacionais. As tendências de maior participação laboral, adiamento do casamento e nascimento do primeiro filho e as menores taxas de fecundidade encontradas na população mais escolarizada destacam o vasto efeito desta dimensão sobre outras esferas da vida social e ressaltam sua importância dentro do campo dos estudos de gênero.

Nesse sentido, o grupo social que temos como foco – as mulheres de nível universitário – personifica muitos dos avanços recentemente alcançados no sentido de relações de gênero mais igualitárias mas, também, expressa os conflitos e as contradições intrínsecas a qualquer processo de mudança social. Dentro desta linha procuraremos discutir as tensões existentes entre o crescente espaço das mulheres no mercado de trabalho e as tradicionais concepções do feminino que ainda permeiam

as práticas sociais no âmbito familiar e doméstico, que remetem à clássica divisão sexual do trabalho<sup>5</sup>.

A pesquisa realizada por Araújo e Scalon (2005) discute estas questões através de análises realizadas a partir de um vasto *survey*<sup>6</sup> aplicado a todo o país. Dentre a ampla gama de tendências apontadas pelas autoras, destacaríamos várias dimensões. A primeira seria a coexistência, na realidade brasileira, de valores e práticas aparentemente contraditórias, o que impossibilitaria análises que partem de uma compreensão dicotômica que enxerga modernidade e conservadorismo como pólos mutuamente excludentes. Essa dimensão é ressaltada por outros autores em pesquisas anteriores a esta (Figueira, 1987 e Salém, 1989). Outra dimensão relevante encontrada pela pesquisa é uma grande distância entre valores e práticas no sentido de uma divisão mais equânime das tarefas domésticas. Ou seja, enquanto no plano das idéias este ideal já seria bastante compartilhado por alguns segmentos da sociedade brasileira, nas práticas cotidianas ele seria menos reproduzido. Oliveira (2000) também encontra este elemento em pesquisa realizada com a população masculina. Finalmente, o estudo reconhece que, no caso brasileiro, a associação esperada entre modernidade e igualdade de gênero viria ocorrendo de forma não linear e pouco concomitante.

Essas questões, destacadas a partir de um olhar mais amplo sobre os resultados encontrados, revelam o quanto nossa sociedade vem passando por um processo de intensa transformação e o quão fortes são as resistências, presentes em nossa cultura patriarcal, à construção de relações mais igualitárias. É interessante perceber que as concepções mais conservadoras e tradicionais se encontram “naturalizadas” nas práticas sociais das próprias mulheres.

A educação apareceria como vetor central na aquisição de um sistema de crenças mais igualitário sobre a relação entre os sexos. Sorj (2005), em um artigo que

---

<sup>5</sup> Conceito que evidencia as distintas esferas de trabalho tradicionalmente de homens e mulheres: aqueles ficariam incumbidos da unidade produtiva (mais visibilizada e valorizada socialmente) e por isso receberiam um salário e estas seriam responsáveis pela unidade doméstica (tarefas relativas à reprodução da força de trabalho) e não receberiam qualquer remuneração.

<sup>6</sup> Pesquisa “Gênero, Trabalho e Família”, que parte de um questionário padrão, aplicável a todos os países que compõe um programa mais amplo, acrescido de perguntas relacionadas à realidade brasileira. Seus resultados constituem-se em importante eixo de análise pois articulam de forma pioneira a teoria social produzida neste campo de questões com resultados estatísticos generalizáveis e representativos da realidade brasileira.

trabalha mais especificamente as percepções de homens e mulheres acerca das esferas de ação de ambos na vida social - a partir do padrão de respostas a algumas questões selecionadas no questionário da mesma pesquisa - revela que enquanto a contribuição feminina para o sustento da família já se encontra amplamente legitimada, a contribuição masculina nas atividades domésticas não goza da mesma aceitação. Segundo a autora, a participação no mercado de trabalho, níveis mais elevados de instrução e o pertencimento a gerações mais jovens correlacionaram-se positivamente com um ideário mais igualitarista.

As concepções mais igualitárias no campo das relações de gênero estariam diretamente relacionadas, na ação feminina, à ampliação do universo de escolhas e ao maior investimento na própria qualificação bem como na vida profissional. Desse modo, o casamento e o nascimento de filhos deixariam de ser encarados como futuro óbvio e inexorável, passando a serem vistos como experiências que podem ou não existir e, principalmente, que podem ser adiados diante de outras prioridades.

O avanço dos processos de escolarização e inserção feminina no mercado de trabalho na maior parte do mundo tem sido concomitante ao declínio das taxas de fecundidade, chegando, em alguns países, a patamares abaixo dos quais a população não consegue mais se reproduzir, ou seja, 2,1 filhos por mulher. Therborn (2004) faz uma ampla discussão dessas tendências em diversas regiões do mundo ao longo do último século. Ao tratar do que chama de segunda onda mundial de queda da fecundidade (1965-2000) no contexto europeu, o autor traz elementos do debate de gênero e do processo de erosão das estruturas patriarcais sob o impacto do movimento feminista, para explicar o processo que resulta em taxas abaixo do nível de reposição na maioria dos países europeus.

Em que pesem as diversas realidades em jogo, as dimensões ressaltadas pelo autor também se verificam no grupo mais escolarizado da população feminina brasileira no recente período de nossa história<sup>7</sup>. Os principais elementos comuns seriam: o senso de domínio das mulheres sobre suas próprias vidas - tanto sexuais quanto reprodutivas, agora não necessariamente associadas graças ao advento da

---

<sup>7</sup> O autor destaca que a expansão do ensino universitário na Europa também foi um elemento importante na estruturação desse novo cenário de crescente autonomia feminina e risco da reposição populacional diante das baixas taxas de fecundidade.



pílula anticoncepcional e da entrada de outros anticoncepcionais mais eficazes no mercado - e a crescente autonomia advinda da maior escolaridade e do investimento na vida profissional.

Esse debate se amplia e vem ganhando relevância em contextos como o brasileiro, onde a Taxa de Fecundidade Total observada a partir de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2006 é 1,8 filhos por mulher, o que representa menos que a reposição populacional no longo prazo. Apesar da proximidade com o equilíbrio (a reposição exata seriam 2,1 filhos por mulher) o fato de tratar-se de uma medida que sintetiza experiências reprodutivas bastante diversas chama atenção para a realidade de alguns segmentos sociais nos quais estas taxas se encontram bastante abaixo da reposição. Berquó e Cavenaghi (2004) mostram que no Censo 2000 o grupo de mulheres com 12 anos ou mais de estudo (escolaridade que representa a entrada na universidade) apresentava uma Taxa de Fecundidade Total de 1,1 filhos por mulher, o que sugere que no segmento que temos como foco e, particularmente entre as coortes mais jovens, a magnitude do fenômeno possa ser ainda maior.

Diante da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, alheio até mesmo a flutuações econômicas (Lavinás, 2002), e da continuidade da expansão do processo de escolarização feminino (Beltrão, 2004) duas reflexões seriam fundamentais: 1) A clássica relação público *versus* privado estaria sendo re-significada<sup>8</sup> e os planos profissionais e individuais é que passariam a direcionar a forma como estas mulheres mais escolarizadas organizam sua vida pessoal e familiar? 2) As taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição verificadas atualmente neste grupo representam uma mudança histórica que tende a se manter a longo prazo?

Esta tese de doutorado visa explorar esses dois aspectos, a fim de contribuir para a ampliação do conhecimento das futuras tendências das taxas de fecundidade e ressaltar a diversidade dos comportamentos reprodutivos e das relações sociais que os estruturam nos diferentes segmentos de uma mesma população, freqüentemente encobertos pela análise totalizante de médias.

---

<sup>8</sup> Nos primeiros estudos de gênero que analisavam as tensões entre o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres era recorrente a afirmação de que seu lugar na família determinava o tipo de inserção laboral (Bruschini e Rosemberg, 1982).

## **2 . Articulações entre a baixa fecundidade e os avanços femininos no mercado de trabalho – o olhar demográfico**

Em pesquisa desenvolvida anteriormente (Guedes, 2004) demonstramos que nas últimas três décadas do século XX no Brasil havia uma distância entre os intensos avanços femininos no campo educacional e a diminuição das desigualdades salariais por sexo no mercado de trabalho. Em linhas gerais, apesar das mulheres terem aumentado sua participação relativa dentro do contingente de formados em praticamente todos os cursos universitários, os altos diferenciais salariais em relação à população masculina de mesma formação haviam caído pouco no período em questão. Parte desta desigualdade, no entanto, era explicada pelo peso de coortes mais velhas, nas quais a ampla maioria de profissionais no topo da carreira eram homens. Ou seja, parte da desigualdade havia se estruturado num processo mais amplo iniciado nos anos 1970, período em que as identidades femininas, ainda muito articuladas ao campo doméstico, influenciavam não apenas a vida familiar, mas marcavam também o tipo de inserção laboral destas mulheres mais escolarizadas.

Diante da crescente presença das mulheres na vida pública e da valorização da autonomia feminina através, principalmente, do investimento na vida profissional, a questão posta para futuras pesquisas era em que medida os baixos diferenciais salariais encontrados nas coortes mais jovens (em início de carreira) se manteriam ao longo da vida profissional – o que resultaria em uma realidade futura menos desigual - e as possíveis inter-relações destas mudanças sobre as identidades femininas no âmbito doméstico.

O avanço na compreensão destas dinâmicas para o segmento mais elitizado de mulheres - que teoricamente estaria mais apto a ocupar os cargos de maior prestígio e poder no mercado de trabalho - é fundamental em contextos como o brasileiro, no qual o acesso feminino a postos de comando é particularmente problemático. Como aponta Valenzuela, (1998), no Brasil não existe uma relação direta entre a participação econômica da mulher e a igualdade de gênero. A autora destaca que em relação a outros países latino-americanos, se por um lado temos uma alta taxa de participação feminina no mundo do trabalho, por outro estamos muito mal colocados no ranking do IPG - Índice de Potenciação de Gênero, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para medir a desigualdade de gênero em esferas-chaves da participação econômica e política e instâncias decisórias.

Neste sentido, buscamos aprofundar o olhar sobre o campo doméstico e enxergar possíveis efeitos destes valores mais orientados para o mundo do trabalho sobre o comportamento reprodutivo do grupo em questão. Essa inversão permite avançar na compreensão das relações envolvidas nestas duas dimensões da vida social e das atuais significações da divisão sexual do trabalho enquanto categoria chave para os estudos de gênero.

O fato de o estrato educacional mais escolarizado representar uma parcela de trabalhadores para os quais a concorrência e a progressão ao longo da vida profissional são marcas da participação laboral, por outro lado, consolida este grupo como um locus privilegiado de análise das tensões e negociações que envolvem a maternidade. Dentro desta perspectiva, a fecundidade bastante abaixo do nível de reposição poderia ser analisada como um indicador fundamental das tensões existentes entre os projetos individuais e familiares e o investimento na carreira<sup>9</sup>.

Como aponta Lagevin (1986), o início da vida adulta das mulheres concentra as pressões sociais para pôr uma criança no mundo e simultaneamente investir em uma carreira. Contudo, os constrangimentos que cercam ambos os campos da vida social e seus arranjos são bastante distintos dependendo do grupo social ao qual pertence a mulher.

Diante disso, buscaremos tanto destacar as singularidades do comportamento reprodutivo deste contingente em franca expansão e explicar suas dinâmicas, quanto analisar a evolução das desigualdades no mercado de trabalho entre as mulheres e os homens deste que é o estrato educacional a apresentar os maiores diferenciais salariais por sexo e que diminuem mais lentamente ao longo dos anos (Guedes, 2004).

Segundo McDonald (1996) as pessoas têm filhos em função de suas expectativas sobre como esta transição para a maternidade ou paternidade afetará suas vidas, através de um balanceamento das alternativas entre seu contexto pessoal e cultural. O nascimento de filhos é marcado, desse modo, por duas dimensões que coexistem e estão em permanente conflito e/ou negociação na vida das mulheres: os tempos biológicos e sociais. Como já foi apontado anteriormente, a constatação de

---

<sup>9</sup>Evidentemente não tomamos como “natural” o desejo pelo filho mas apenas chamamos atenção, como será explorado adiante, para a maior distância entre desejo/concretização da maternidade neste grupo em relação a outros estratos educacionais de mulheres.

que os avanços das mulheres no campo profissional não vêm sendo acompanhados por um processo de “desnaturalização” dos tradicionais papéis femininos vinculados ao nascimento de filhos e pela desconcentração do trabalho reprodutivo na figura da mãe, parece fazer com que esta experiência seja postergada até um limite máximo possível ou mesmo deixe de figurar nos planos de algumas mulheres do segmento mais escolarizado da população brasileira<sup>10</sup>.

Oliveira e Marcondes (2004) encontram este elemento na fala de mulheres pertencentes a camadas médias paulistanas, onde as demandas sociais e afetivas exigidas das mulheres na criação dos filhos entrariam em conflito com as demandas de outros projetos da vida destas informantes, como os profissionais. Segundo as autoras, a postergação da maternidade até um limite de idade máximo possível seria a alternativa encontrada pelas entrevistadas para poderem se dedicar à construção de uma vida profissional e pessoal mais estabilizada emocional e financeiramente, com as quais pudessem garantir a segurança e maturidade que consideram necessárias para assumir as responsabilidades envolvidas na condição de ser mãe.

Tain (2005) destaca a maternidade como a etapa mais decisiva em termos de possíveis efeitos negativos sobre o rendimento feminino no mercado de trabalho. Uma questão importante levantada pela autora, que necessariamente discutiremos na pesquisa, é a idéia de que a idade na qual esta experiência ocorre pela primeira vez possa influenciar negativamente na vida produtiva feminina mais do que propriamente a maternidade em si. Nesse sentido, particularmente para este segmento mais elitizado da população, as novas tecnologias reprodutivas estariam desempenhando um papel fundamental de estender o tempo biológico da fertilidade.

O estudo de Itaboraí (2003), que investiga as chances das mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho brasileiro a partir de uma ampla gama de variáveis das PNADs de 1984 e 1996, aponta para uma direção semelhante à hipótese de Tain, no sentido da pressão que a interseção entre trabalho produtivo e reprodutivo produz sobre a vida das mulheres. A autora demonstra que o efeito decisivo sobre a participação laboral feminina como um todo é o da idade do filho mais novo. A

---

<sup>10</sup> Neste sentido, o olhar sobre a distribuição das parturições ao fim do ciclo reprodutivo é de suma importância pois demonstra se de fato estaria havendo uma homogeneização em torno do filho único ou se uma grande proporção de mulheres sem filhos estaria sendo contrabalançada por outras com uma prole maior.

autora destaca que esta variável influencia mais diretamente as chances negativas de a mulher estar trabalhando do que o próprio número de filhos tidos. Entretanto, a mesma pesquisa revela que, nas camadas mais altas da população feminina com filhos menores de 1 ano, a proporção de mulheres que não estava trabalhando era menor que na população como um todo.

A maior permanência feminina deste segmento no mercado de trabalho, mesmo com filhos pequenos, pode refletir um padrão geral de inserção laboral – taxa de participação e tempo semanal dedicado ao trabalho produtivo - mais próximo ao masculino. Este quadro ressalta a relevância de se centrar a análise, no grupo em questão, sobre os rendimentos advindos do trabalho ou o tipo de ocupação (presença em cargos de chefia) para captar as desigualdades de gênero.

O estudo de Sorj (2006) reforça esta questão ao demonstrar, através da análise de dados da PNAD de 2001, um impacto diferenciado da frequência ou não de filhos a creches ou pré-escolas (crianças de até 3 anos) sobre o tipo de inserção laboral de suas mães em distintos quartis de rendimento. Em primeiro lugar, chama atenção o fato de não variar substancialmente entre os diferentes grupos a frequência infantil à creche (35,1% no estrato de trabalhadoras mais bem remunerado contra 26% no mais mal remunerado). O grupo mais bem remunerado de trabalhadoras destaca-se por algumas diferenças instigantes. Neste grupo, ter filhos em creches não afeta a taxa de participação no mercado de trabalho nem as horas trabalhadas, sugerindo que independentemente de utilizarem este tipo de serviço não as impede de exibirem alto envolvimento profissional. Contudo, é exatamente neste grupo das mais bem remuneradas que o fator ter filhos em instituições de cuidado infantil mais afeta o rendimento familiar per capita e o salário médio.

Este dado sugere que a questão chave para a análise do tipo de relação entre maternidade e mundo do trabalho neste segmento de trabalhadoras não seria captada através das variáveis comumente analisadas em estudos sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Os rendimentos parecem ser aspecto mais sensível dentre os ônus a serem pagos pelas mulheres pelos seus encargos reprodutivos. Nesse sentido, diante das especificidades do grupo que temos como foco, seria de suma importância informações que dessem conta do tipo de progressão que este contingente alcança ao longo da vida profissional e os significados diferenciados que essa dimensão foi tomando ao longo do tempo através de distintas gerações e ramos específicos dentro do próprio mercado de trabalho.

Essa diversidade de relações que as mulheres estabelecem com o trabalho produtivo é uma questão importante para a análise articulada ao campo reprodutivo porque, particularmente em segmentos mais abastados da população, sua dinâmica não é restrita à necessidade financeira, mas se insere em um campo mais amplo de afirmação de autonomia e de construção de uma identidade individual. Prost (1992) destaca esta dimensão distintiva nos anos 1970 na França, quando a principal justificativa do trabalho feminino entre os quadros superiores era a igualdade dos sexos e a independência da mulher, enquanto entre os operários e os empregados do comércio e dos escritórios ainda predominavam as justificativas econômicas.

Essa diferenciação entre segmentos populacionais em um mesmo tempo histórico faz com que a inter-relação entre esfera produtiva e reprodutiva da vida social não possa ser compreendida através da mesma lógica totalizante de que sempre o “consumidor racional” busca a maximização dos lucros e oportunidades. Partir dessa premissa simplificadora implicaria em assumir que as mulheres mais pobres teriam filhos por não ter muito a perder e as de classe média e alta não o fariam nunca já que em qualquer tempo o nascimento de uma criança implica em gasto de tempo, cuidados e recursos financeiros que não se encaixam na equação racionalizadora. Em linhas gerais poderíamos afirmar que a questão não se esgota a partir de dados censitários já que muitas das dimensões em jogo não são mensuráveis.

Diante disso a crítica a este tipo de enfoque se opera em duas direções: tanto nas camadas mais baixas quanto nas mais altas. No primeiro grupo seria equivocado supor que a população pobre não teria racionalidade envolvida no processo de reprodução. Essa dimensão será discutida de modo mais aprofundado no capítulo III, através de vertentes antropológicas que problematizam as próprias lógicas implícitas de alguns teóricos que enxergam a família da camada média como “pólo mais avançado” dentro de uma lógica evolucionista. Nas camadas médias e altas da sociedade, por outro lado, a limitação deste enfoque seria justamente supor que o comportamento do “consumidor racional” não opera a partir de constrangimentos que são bastante distintos entre homens e mulheres. Ou seja, estas não teriam filhos se incorporassem por completo a lógica historicamente masculina de maior rendimento possível no mundo do trabalho. Esse ponto também será discutido mais profundamente no capítulo II, relativo ao mercado de trabalho.

A constatação de diversos estudos, independentemente dos argumentos mais ou menos economicistas é que, de modo geral, há na população mais escolarizada de mulheres uma tendência de adiamento do nascimento do primeiro filho. Esse fenômeno se explicaria pela prioridade dada às possibilidades de qualificação e crescimento profissional em um início de vida adulta e o posterior nascimento do filho com menos impacto em uma carreira já estabelecida. No entanto, nem sempre estas temporalidades se ajustam, sendo freqüente mulheres deste segmento acabarem não se dispondo a arcar com o ônus do trabalho reprodutivo sobre sua vida profissional. Nesse sentido, sua situação assemelha-se à enfrentada em vários países europeus.

Em estudo comparativo entre países com distintas tendências de fecundidade, McDonald (1997) sustenta que o problema das taxas abaixo do nível de reposição seria resultado da incoerência entre os níveis de equidade de gênero em diferentes instituições sociais e econômicas. Nesse sentido, as instituições que partem de uma matriz de pensamento que concebe as mulheres como indivíduos seriam mais avançadas em termos de igualdade de gênero em comparação àquelas que enxergam as mulheres como mães ou membros de famílias.

No caso brasileiro, como já apontamos em trabalho anterior (Guedes 2007), que discutiu a literatura sobre nossa legislação e políticas públicas na esfera da economia do cuidado, é bastante arraigada a idéia de que os responsáveis pelas tarefas relativas ao cuidado dos indivíduos são os próprios membros da família. Esta tendência aponta para uma escassa consciência crítica acerca do papel do estado neste processo. Outra dimensão importante que está presente na literatura analisada é a idéia de que não houve mudanças substantivas na construção de concepções mais igualitárias nas representações de papéis de homens e mulheres dentro das famílias no que tange o cuidado com seus membros no período pós-constituição de 1988. Em linhas gerais poderíamos afirmar que o intenso processo de mobilização da sociedade civil que marcou a história política brasileira na década de 1980 perde fôlego no momento seguinte e poucos avanços são assistidos no campo das políticas sociais.

Uma outra questão importante - que acaba estando articulada tanto à baixa fecundidade quanto ao adiamento do nascimento do primeiro filho - é o processo de desestruturação do modelo tradicional de família e o crescimento do divórcio no Brasil a partir dos anos 1980. Berquó e Oliveira (1992) chamam atenção para esta

tendência e a contextualizam num cenário mais amplo de mudanças que viriam ocorrendo na sociedade brasileira a partir do final da década de 1960, devido, principalmente, à maior emancipação feminina. Segundo as autoras, estas mudanças implicaram alterações importantes no universo de expectativas das mulheres, deixando o casamento de ser a via privilegiada de concretização de um projeto de vida independente da família de origem.

Esta mudança, sentida na sociedade brasileira como um todo, é ainda mais intensa nas classes médias e altas da população, onde a maior autonomia feminina advinda dos rendimentos do trabalho e de um *ethos* mais individualista constróem maiores expectativas e cobranças em torno do casamento o que, conseqüentemente, cria um campo mais fértil para a prática do divórcio.

Arán (2003) destaca a maior rotatividade de situações conjugais e o decréscimo do número de filhos tidos como processos que acabam provocando uma turbulência na noção de família como aquilo que sustenta e organiza a sociedade. Segundo a autora, esta crise da família nuclear, juntamente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação entre sexualidade e reprodução e a política de visibilidade da homossexualidade, conformariam um novo paradigma para pensar a relação entre os sexos.

Historicamente a Demografia esteve muito preocupada em analisar os chamados determinantes próximos da fecundidade (Bongaarts, 1978): idade em que a mulher se torna sexualmente ativa; a prevalência, duração e intensidade da amamentação; o uso de contracepção; e a utilização do aborto. No entanto, em segmentos sociais como o que temos como foco - nos quais a utilização de métodos contraceptivos eficazes é amplamente difundida e a mulher de fato pode optar pelo momento em que deseja (ou não) ter um filho - cabe-nos indagar as construções sociais que vêm fazendo com que a gravidez esteja sendo adiada ou mesmo excluída do campo de possibilidades da vida feminina.

Nesse sentido, chamaríamos atenção para as singularidades do contingente em questão no que tange à construção social dos desejos e constrangimentos envolvidos nesta decisão. Heiland et al (2005) avançam nesse sentido ao discutirem a contradição existente nas camadas mais escolarizadas entre o desejo (entendido enquanto ideal, não como intenção) e a real fecundidade que as mulheres pertencentes a estes grupos apresentam. Utilizando-se de duas pesquisas amostrais,



uma realizada na Alemanha (DIJ Familiensurvey 1988, 1994/95) e outra cobrindo todo o continente europeu (EUROSTAT 2001, utilizada para fins de comparabilidade dos resultados com outros países), os autores mostram que, não apenas naquele país, mas em todo o continente europeu, homens e mulheres mais escolarizados querem mais filhos do que de fato têm, constituindo este o estrato em que se observa a maior defasagem entre desejo e concretização.

Nesse sentido, a pesquisa relativiza a idéia de que a educação e as oportunidades no mercado de trabalho (mais diretamente correlacionadas naquele contexto que no brasileiro) respondam por valores menos orientados para a família e mais centrados nas conquistas individuais. Por outro lado, a distância entre discurso e prática aponta para constrangimentos e contradições que permeiam as opções femininas nestes grupos sociais, bastante distintos dos presentes nas escolhas das mulheres pertencentes às camadas menos escolarizadas da população.

Possivelmente estas contradições possam estar presentes também nas camadas mais escolarizadas brasileiras que temos como foco. Isso porque grande parte dos valores e práticas que redirecionam a ação destas mulheres européias prioritariamente para o mercado de trabalho - mesmo quando afirmam querer mais filhos do que na realidade têm - também fazem parte do *ethos* bastante difundido nos meios mais elitizados da sociedade brasileira a partir dos anos 1970, sob influência do movimento feminista, especialmente, mas como ingrediente das rupturas mais amplas que as novas gerações empreenderam em relação às de seus pais.

Chamaríamos atenção, nesse sentido, para a relevância de se pensar nos termos propostos por Moore (2000), onde o sujeito no pensamento pós-estruturalista seria composto de, ou existiria como, um conjunto de posicionamentos e subjetividades múltiplas e contraditórias. O tipo de argumentação desenvolvida pela autora para este tipo de perspectiva parte fundamentalmente da idéia de que se a subjetividade fosse vista como singular, fixa e coerente, tornar-se-ia muito difícil explicar como os indivíduos constituem seu sentido de si mesmos - suas auto-representações como sujeitos - por referência a várias posições de sujeito frequentemente contraditórias entre si.

Essa tensão entre a identidade, agora também articulada ao mundo público, e a resistência à concretização da experiência da maternidade num contexto social como o brasileiro - ainda bastante marcado pelo patriarcado - remete inevitavelmente à referência por parte das mulheres ao papel social materno. Neste sentido é

marcante na atualidade um conflito de valores entre negação e resignificação da maternidade, a qual tem seu significado histórico ligado tanto à afirmação de uma “essência feminina”, quanto como pretexto para todo tipo de exclusão da vida pública<sup>11</sup>.

O debate em torno da maternidade vem sendo exaustivamente travado no seio do movimento feminista e, no que tange a abordagem da qual pretendemos partir para este trabalho, é fundamental a perspectiva mais ampla proposta por Scott: “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (Scott, 2005, 15).

Essa idéia é bastante fecunda no caso das representações que cercam a maternidade, pois se historicamente essa característica estritamente feminina (a capacidade reprodutiva) foi ressaltada de modo a naturalizar a manutenção das mulheres apenas na esfera reprodutiva da vida social, cabe indagar-nos quais são as relações sociais, na contemporaneidade, que cercam essa diferença que sempre existirá, mas que assume diferentes construções simbólicas ao longo do tempo.

Badinter (1985) oferece uma importante contribuição nesse sentido ao desvelar uma questão importante no processo de modificação das mentalidades a partir dos anos 1760: a abundância de publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Estas imporiam à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo e engendrariam o mito que continuaria vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. Segundo a autora, essa mudança fez com que as mulheres ficassem enclausuradas no papel de mãe, não podendo evitá-lo sob pena de condenação moral. Durante muito tempo (até os duros golpes que esta construção levaria do movimento feminista) esta continuaria sendo uma causa importante das dificuldades do trabalho feminino.

Uma idéia interessante trazida por Badinter é o caráter permanentemente ambíguo do conceito de maternidade, que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo - a gravidez - e a uma ação a longo prazo, a maternagem e a

---

<sup>11</sup> A mídia freqüente publica artigos e reportagens que reproduzem um ideário que no qual o trabalho feminino aparece como principal causador de todos os tipos de desestruturação das condições de vida e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

educação, que levadas ao seu limite extremo só terminariam quando a mãe colocasse no mundo o filho adulto (momento em que se conclui o processo).

No entanto, a dimensão fundamental trazida pela recente revolução no campo familiar a partir dos anos 1970, que passa a “iluminar, pela primeira vez na história, o pai e a mãe juntos” (Badinter,1985, 239), é o debate em torno das obrigações socialmente construídas como femininas no que tange o cuidado com os filhos após o nascimento. Os diversos caminhos assumidos nesse sentido passariam a ser fundamentais na própria construção do desejo feminino no campo do nascimento ou não de filhos.

### **3 – Ampliando a questão do desejo (ou não) por filhos para além da esfera econômica**

O fato de partirmos de uma problemática estruturada a partir da análise de uma base de dados estatística, com alto poder de generalização, torna sedutora a tarefa de esgotar a presente pesquisa apenas no domínio deste campo. No entanto, um diálogo exclusivo com estudos quantitativos perderia de vista a vasta produção de teorias no corpo mais amplo das Ciências Sociais, que abrem uma perspectiva fundamental ao problematizar e ampliar o escopo da temática reprodução através da desnaturalização e contextualização histórica e cultural do desejo por filhos e da forma como as sociedades se reproduzem.

Um primeiro “lembrete” fundamental da teoria sociológica é que as próprias categorias censitárias não existem enquanto realidade em si, mas refletem as relações sociais e de poder que classificam e excluem determinados grupos e/ou organizações da conceituação vigente. O exemplo mais concreto deste tipo de questão é a variável *família*, cuja dimensão central a ser captada pode variar de um país para outro<sup>12</sup>. Essa diversidade revela distintas construções simbólicas e reflete lutas e processos políticos que se inserem de modo diferenciado em cada sociedade.

Como sustenta Bourdieu (1996), ao nomear e classificar as famílias, os institutos de estatística estatais produziram, sobretudo, representações. Nesse

---

<sup>12</sup>Enquanto alguns consideram a unidade de consumo como o elemento fundante de uma família outros captam a unidade reprodutiva ou a relação conjugal (neste caso há divergência entre os que consideram o casamento homossexual e aqueles que não o fazem).

sentido, o autor sugere que as categorias familiares, compreendidas enquanto instrumento fundamental de construção da realidade social, fossem pensadas “como instituições existentes tanto na objetividade do mundo, sob a forma desses corpos sociais elementares que chamamos de famílias, quanto nos espíritos, sob a forma de princípios de classificação” (Bourdieu,1996, 133).

No que tange às próprias relações de poder que se refletem no tipo de classificação com as quais os institutos de pesquisa trabalham, é fundamental na reflexão proposta por Bourdieu a idéia de que sob a aparência de descrição, de fato, a realidade social estaria sendo construída. Dito de outro modo, o que a primeira vista poderia parecer um procedimento de descrever algo “natural” seria na realidade uma prescrição de um modelo de família a ser seguido.

Neste âmbito, é fundamental recolocar o tipo de problemática que temos como foco uma vez que as taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, tanto na população como um todo, quanto em segmentos específicos, não seriam um problema em si, apenas tornam-se uma questão ao refletirem fenômenos sociais mais amplos e manifestarem assimetrias de gênero em diversos campos da vida social. Desse modo, buscamos ressaltar a diversidade dos novos arranjos acionados entre mundo do trabalho e vida familiar, na população feminina como um todo através de um olhar que destaque a heterogeneidade do próprio grupo de mulheres com nível universitário, partindo de uma lógica que não se restringe à dimensão econômica da reprodução.

O flerte dos estudos demográficos com teorias que privilegiam o enfoque econômico é grande e vai desde a postulação seminal de Malthus acerca do ritmo de crescimento desigual entre população e os alimentos, ainda no século XIX, passando pela Teoria da Transição Demográfica - central a diversas correntes de estudos sobre fecundidade, mas relativizada dentro do próprio campo demográfico por autores que a tomam como uma síntese histórica - até a importante contribuição de Caldwell apoiada na idéia do fluxo intergeracional de riquezas<sup>13</sup>.

Através de um olhar centrado na vertente econômica neoclássica poderíamos explicar algumas das especificidades encontradas no tipo de inserção laboral do

---

<sup>13</sup> O autor analisa as quedas nas taxas de fecundidade como fruto de mudanças estruturais que fizeram com que, nas sociedades modernas, o modelo familiar baseado em grandes proles deixasse de ser vantajoso diante do encarecimento das crianças e da expansão de formas alternativas de apoio a idosos. Neste novo contexto, o fluxo de riqueza teria se invertido, passando agora de pais para filhos.

grupo que temos como foco, em relação ao contingente feminino total ou da própria forma como estas mulheres de nível universitário estruturam seus planos familiares. Mas este enfoque mostra-se bastante insuficiente ao compararmos as dinâmicas em ambos os campos entre homens e mulheres e, particularmente, as desigualdades que marcam as relações de gênero.

Nesse sentido, parece-nos demais simplificador assumir que a correlação negativa entre alta escolarização feminina e filhos se explique apenas a partir dos custos de oportunidade<sup>14</sup> que a inserção desta mão-de-obra no mercado de trabalho implica ou de uma “estrutural” incompatibilidade de papéis. Esse olhar, além de partir da problemática premissa de que é apenas em termos econômicos que a escolha de ter ou não um filho se baliza, assume uma perspectiva naturalizadora das demandas do lar e das tradicionais representações em torno da maternidade, como se estas fossem dimensões constantes em todos os grupos sociais e em todos os tempos históricos.

Dias (2007), segue esta linha ao analisar como o tipo de ocupação das mulheres trabalhadoras se relaciona com o seu comportamento reprodutivo. Apesar de reiterar a impossibilidade de estabelecer uma relação causal entre as variáveis relativas à fecundidade e a ocupação, o autor acaba por afirmar que o tipo de trabalho que a mulher realiza pode interferir em seu comportamento reprodutivo. Em relação ao grupo mais qualificado, a ocupação é vista como um obstáculo à maternidade (valorização da carreira) através de uma perspectiva que a isola do conjunto de valores, práticas e representações que conformam o campo de escolhas no qual a decisão ou não pelo nascimento do filho é pensada. Ou seja, todo um universo que particulariza este segmento e aponta para questões contraditórias e multifacetadas é apagado diante da premissa de que o que rege as relações sociais sejam princípios microeconômicos.

A centralidade da reprodução nos enfoques que buscam na população causas de problemas estruturais como pobreza e violência é outra dimensão que torna problemática esta interface direta. O viés de se olhar a população como uma variável a ser controlada (seja para um aumento ou diminuição das taxas de fecundidade)

---

<sup>14</sup> Idéia de que o ônus para o rendimento no mercado de trabalho advindo do nascimento de filhos é maior no caso das trabalhadoras mais qualificadas e com maiores salários.

representa um histórico empecilho a pensar as componentes da dinâmica demográfica, antes de mais nada, como causa e efeito diretos de relações e dinâmicas sociais mais amplas.

Foucault (1988) analisa este tipo de “prática científica” como uma das grandes inovações nas técnicas de poder no século XVIII e aponta que foi neste período que a população surge como problema econômico e político. Segundo o autor, no cerce da questão estaria o sexo e - pela primeira vez postulado dessa maneira - o modo como cada indivíduo o usa. Surgiria, a partir daí, a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico.

O ponto central da argumentação do autor seria o de que a conduta sexual da população seria tomada nos estudos demográficos, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção. Nesse sentido, como o próprio Foucault assevera, “aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais - exortações morais e religiosas, medidas fiscais - tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada” (Foucault, 1988, 33).

A contundente crítica construída pelo autor, no entanto, não explora o fato de que o modo como se estruturou historicamente a Demografia - bastante articulada às políticas públicas e desempenhando um claro papel ideológico - não significa um “caminho inexorável” sobre o qual não haveria possibilidade de mudança. As bases técnicas sobre as quais se estruturou os diversos tipos de discurso controlista, também poderiam embasar análises menos voltadas para uma dimensão normativa e mais centradas nos processos de mudança e diversidade da realidade social.

A interface deste tipo de questionamento com os estudos de gênero é bastante direta uma vez que as pressões e constrangimentos sofridos por homens e mulheres neste campo são bastante diferenciados e, do mesmo modo, o são os significados e “escolhas” envolvidas na decisão de ter um filho. A família, neste caso, aparece como elemento que *generifica* os sujeitos, estruturando diferenças e desigualdades entre os campos simbólicos feminino e masculino.

Indo nesta direção, Goldani (1997) ressalta que a distribuição e/ ou relação de poder entre homens e mulheres ou mesmo entre os membros das famílias permanece

como desafio maior para os demógrafos, que para tal deveriam expandir suas questões e seus dados mais além dos *surveys* individuais. Segundo a autora, isto seria necessário porque a distribuição de poder na família e na comunidade seria algo institucional e não estaria representado adequadamente na tradicional informação individual.

Sennett (2001) analisa a expressão emocional do poder através de uma publicação que discute a autoridade, vínculo que se construiria a partir de imagens de força e fraqueza. Segundo o autor, as crianças teriam uma necessidade fundamental de autoridades que as orientem e tranquilizem. Os adultos, por outro lado, realizam uma parcela essencial de si ao serem autoridades e, desse modo, expressarem interesse por outrem. Existiria, diante disso, um medo persistente de não ter seus próprios filhos e ser privado dessa experiência que expressaria, a um só tempo, o que é construído socialmente como a maior autoridade e cuidado possível para com o outro.

A discussão em torno das assimetrias de poder dentro do par conjugal necessariamente envolve arranjos e dimensões diferenciadas em cada segmento populacional mas, em todos os casos, apresenta uma interface direta com as decisões em torno do nascimento (ou não) de filhos. No caso de camadas médias urbanas, Heilborn (2004) destaca como questão que permeia o debate em torno da conjugalidade na contemporaneidade, a idéia de que a relação que funda o casal moderno seria de dois iguais, socialmente falando, característica que matizaria a essencialidade e exclusividade do amor que institui o par. Segundo a própria autora, o nascimento de filhos redefiniria a realidade do casal, conferindo-lhe uma espessura qualitativamente distinta do par sem filhos. Se por um lado, esse acontecimento altera a estrutura da relação, imprimindo-lhe uma expectativa legítima de duração, por outro o “ideal de igualdade” passa a ser fortemente posto à prova no cotidiano de tarefas em torno dos cuidados com o bebê, momento no qual as tradicionais identidades de gênero podem emergir e trazer conflitos ao par conjugal.

Salém (1989, 2007) encontra elementos parecidos em pesquisa sobre o fenômeno por ela chamado de “casal grávido”, nome sugestivo de uma visão de mundo e disposição prática de tornar comum ao homem e à mulher a experiência de preparar a chegada de uma criança. O tema revela as transformações profundas pelas quais passou a concepção de casal nas camadas médias, em particular com a

expectativa de reduzir diferenças de gênero e aproximar o homem do universo feminino. No entanto, a autora aponta para o pós-parto como um momento de crise, revelador de uma defasagem entre os ideais postulados e o que é implementado na prática após o nascimento do bebê.

Como a própria autora destaca, mais do que dramatizar questões sobre maternidade e paternidade, o “casal grávido” poria em cena fundamentalmente um ideal de conjugalidade designado por ela como *casal igualitário*. Esta perspectiva é bastante interessante, pois aponta o centro da problemática pós-parto para as relações de gênero e a forma como relacionalmente cada indivíduo dentro da díade negocia a distância entre o ideal de igualdade e a divisão de tarefas de cuidado com o bebê na prática. Nesse sentido, o momento do nascimento da criança (gerador da crise) poderia ser interpretado como o momento no qual se re-institucionalizaria no casal os papéis de gênero.

Esse quadro, comum aos modos de estruturação familiar da população que temos como foco, se combina com outra questão bastante particular e recente dentro deste tipo de segmento: a relação das mulheres com seu trabalho consolidada a partir de um valor de autonomia e sucesso, e não mais ligada à idéia de ajuda ou complementaridade à renda masculina. Lipovetsky (2000) destaca essa questão ao colocar que o trabalho feminino apareceria hoje como parte de uma exigência individual e identitária das mulheres.

A demanda por maior autonomia feminina tanto no sentido financeiro quanto identitário aparece também na fala dos homens como um importante elemento de conquista e construção do desejo. Ou seja, nas camadas médias e altas da sociedade brasileira já é difundido entre a população masculina um valor em torno da mulher bem sucedida e com planos individuais e profissionais (Oliveira, 2002). A “mulher de verdade”, ao menos nestes segmentos restritos, não seria mais a Amélia<sup>15</sup> de outros tempos.

A combinação destas especificidades reflete a impossibilidade de se falar de representações femininas uniformemente estruturadas em torno da maternidade e a importância do olhar segmentado sobre o contingente de mulheres em qualquer

---

<sup>15</sup>A célebre música de Ataulfo Alves e letra de Mário Lago, composta em 1941, reverencia a mulher que “achava bonito não ter o que comer e não tinha a menor vaidade”.



sociedade. Haraway (2004) segue esta linha ao diferenciar os significados que a idéia de autonomia das mulheres americanas brancas e negras sobre o próprio corpo assumiu historicamente naquele contexto. Segundo a autora, no patriarcado racista norte-americano, a “necessidade” de filhos racialmente puros, por parte dos homens brancos, colocava as mulheres livres e não livres em espaços incompatíveis, simbólica e socialmente assimétricos. Segundo a autora, no passado as mulheres negras se defrontariam com um campo social mais amplo de falta de liberdade reprodutiva no qual seus filhos não herdariam o estatuto de humanos nos discursos hegemônicos fundadores da sociedade norte-americana. O problema da mãe negra nesse contexto não seria simplesmente seu próprio estatuto como sujeito, mas também o estatuto de seus filhos e de seus parceiros sexuais.

No contexto atual, ainda marcado por estas raízes históricas, para as mulheres brancas, o conceito de propriedade do eu em relação à liberdade reprodutiva teria sido em geral focalizado no campo de eventos em torno da concepção, da gravidez, do aborto e do nascimento em função deste passado. Como a própria autora destaca, para este segmento de mulheres, “ter ou não ter filhos torna-se então, literalmente, uma escolha que define o sujeito” (Haraway, 2004, 243).

A maior preocupação com as mulheres no processo de reprodução<sup>16</sup>, por outro lado, refletiria a idéia da hereditariedade como algo mais ligado ao campo feminino, o que também reflete a assimetria de gênero que constrói as mulheres como redentoras do “ideal” de sociedade. Esse papel, por outro lado, faz com que o rompimento feminino de não ter filhos seja concebido socialmente como mais agressivo hierarquicamente que o masculino.

Esse quadro de questões aponta dimensões fundamentais à teoria demográfica, bastante centrada na racionalidade neoclássica na estruturação de suas teorias sobre fecundidade. Nesse sentido, a principal contribuição do pensamento

---

<sup>16</sup>A Demografia reforça essa dimensão ao centrar quase a totalidade de suas medidas no comportamento reprodutivo feminino. Greene e Biddlecom (2000) colocam que a ausência masculina nas pesquisas demográficas no campo da reprodução seria primeiramente normativa e refletiria a socialização de demógrafos influentes e o curso que suas pesquisas tomaram. Além disso, as autoras chamam atenção para uma outra dimensão (problemática) implícita nesta prática: a idéia de que sempre haveria consonância entre os interesses masculinos e femininos dentro do casamento. Ao encarar as respostas femininas como sendo as respostas “do casal”, estas pesquisas ignorariam as relações de poder e negociações importantes que permeiam as decisões e práticas neste campo.

social mais amplo seria a afirmação e a exploração de outras racionalidades em jogo no processo reprodutivo.

### **Considerações Finais**

Este primeiro capítulo discutiu alguns dos eixos teóricos fundamentais com os quais a presente tese trabalha nos capítulos subseqüentes. O futuro diálogo que pretendemos estruturar entre estas vertentes e os resultados empíricos achados a partir da análise comparativa entre os Censos Demográficos de 1970 e 2000 parte de uma concepção dialética da análise dos dados quantitativos. Ao mesmo tempo em que as novas tendências encontradas podem apontar questões importantes aos modelos teóricos tradicionalmente utilizados, o próprio olhar lançado sobre o dado é direcionado a partir de questões estruturadas eminentemente no campo conceitual ou teórico das ciências sociais – aqui compreendidas e utilizadas em seu sentido mais amplo.

Como o próprio título e a epígrafe do capítulo sugerem, propomos um enfoque que não separa a análise demográfica e social dos fenômenos em questão. Nesse sentido, refutamos as concepções que constróem a população como problema ou questão em si, deslocadas dos processos históricos e sociais que as conferem sentido como objeto central de investigação na teoria social. Evidentemente este esforço implica também em uma articulação entre o tipo de reflexão tradicionalmente empreendida em cada corpo disciplinar.

A contribuição particularmente da Sociologia e Antropologia através dos estudos de gênero e suas diversas interfaces representa um desafio a ser incorporado pela Demografia. Isso porque a pretensa “neutralidade científica” que marca este corpo disciplinar ainda reflete a escassa reflexão acerca dos próprios processos de poder que marcam a história do pensamento de qualquer ciência e que necessariamente precisam ser pensados e problematizados para que a epistemologia no interior do campo demográfico exista de fato.

Essa postura, historicamente mais exercitada em outras disciplinas que na Demografia, retira os estudos de gênero dos guetos que o marcam como sinônimos diretos dos estudos de mulher - ou no nosso caso, de trabalhos que utilizam a variável sexo como chave de análise - para conferir-lhe um vigor analítico e teórico

que questiona os conceitos, as categorias e os próprios vieses que marcaram nossa tradição disciplinar.

## CAPÍTULO II

### UNIVERSITÁRIAS NO MERCADO DE TRABALHO: APROXIMAÇÃO AO PADRÃO MASCULINO?

“A mulher se confunde com seu sexo e se reduz a ele,  
que marca sua função na família e seu lugar na sociedade”.

Michelle Perrot, 2007

As particularidades que envolvem o tipo de participação feminina no mercado de trabalho entre o contingente de nível universitário são diversas e algumas delas já foram mapeadas em trabalho anterior<sup>17</sup>. Ali, o tipo de análise desenvolvida segue em duas direções comparativas: por um lado em relação ao corpo mais amplo de mulheres trabalhadoras e por outro aos homens do mesmo estrato educacional, ou seja, as desigualdades de gênero neste campo.

A partir das questões mapeadas naquele campo – sumarizadas brevemente a seguir - o presente capítulo pretende indagar em que medida o tradicional conceito de divisão sexual do trabalho poderia ser utilizado para explicar as dinâmicas encontradas neste segmento. Para tanto, pretendemos em um primeiro momento analisar as mudanças mais amplas assistidas no mundo do trabalho nos últimos anos. Em seguida, comparamos os estratos de horas semanais trabalhadas e salários de homens e mulheres de nível universitário a fim de evidenciar a expansão, entre o contingente feminino, das trabalhadoras *full time* que passam a ocupar os postos mais altos da pirâmide salarial. Esse processo refletiria importantes mudanças no mundo do trabalho e, particularmente, uma realidade que cada vez mais coloca em cheque a figura masculina como o “provedor natural” da família.

---

<sup>17</sup> Trata-se de minha dissertação de mestrado, cujo principal eixo foi a análise das desigualdades salariais entre homens e mulheres de nível universitário.

## 1. Antecedentes: inserção laboral e diferenças salariais

Os principais resultados encontrados (Guedes, 2004) pela dissertação de mestrado relacionam-se, por um lado, às especificidades do tipo de inserção laboral das mulheres do segmento de nível universitário em comparação com outros estratos educacionais. Em um outro sentido foram explorados os diferenciais salariais entre homens e mulheres deste grupo ao longo do tempo e através de grupos etários e carreiras específicas. Todas as análises tiveram como base de dados os Censos Demográficos de 1970 a 2000.

Em linhas gerais a análise comparativa do grupo em questão em relação aos demais estratos educacionais da população feminina mostrou as seguintes dimensões: o grupo com nível universitário é o que apresenta as maiores e mais constantes (ao longo do ciclo produtivo de vida) taxas de participação laboral. Por outro lado, é neste grupo mais escolarizado que se observam maiores e mais constantes desigualdades salariais por sexo. Essa comparabilidade entre Censos e distintos perfis de trabalhadores foi possível graças a criação da variável salário mínimo por hora de trabalho.

Em relação aos enfoques deste expressivo diferencial salarial por sexo na população com nível universitário verificamos que na população jovem, em início de carreira, as diferenças salariais entre homens e mulheres era mais reduzida, ganhando relevância à medida que os trabalhadores envelheciam e tinham uma progressão na profissão. A área na qual havia sido cursada a graduação também apareceu como um elemento importante de análise pois as carreiras tipicamente masculinas<sup>18</sup> apresentavam um diferencial salarial por sexo maior que aquelas nas quais as mulheres representavam a maioria do contingente de formados.

---

<sup>18</sup> Seleccionamos um grupo de cursos que refletisse algumas tendências apontadas no primeiro capítulo da dissertação a partir da comparação do contingente de formados por sexo entre os Censos de 1970 e 2000: Letras e Serviço Social - intensificação da concentração feminina em carreiras desvalorizadas socialmente; Arquitetura e Odontologia - aumento da presença feminina que chega a representar maioria em carreiras de médio prestígio social; Medicina e Direito - crescimento expressivo da participação feminina sem contudo chegar à metade do contingente de formados em cursos de alto prestígio social; Engenharia – manutenção da baixa presença feminina (pequeno aumento no período) em carreiras tradicionalmente masculinas.

Estes dados mostram uma relação direta entre escolarização e participação feminina no mercado de trabalho – dimensão que reitera os achados de outros estudos como o de Soares e Isaki (2002). Além disso, as relações observadas na população feminina sugerem que a articulação entre investimento em qualificação e melhores postos de trabalho não é tão direta quanto costumam supor teorias econômicas como a do Capital Humano. Nesta direção, o olhar sobre este contingente populacional mais elitizado pode ser tomado como um lócus privilegiado para a análise das desigualdades tanto nas identidades de gênero e das relações de poder que permeiam esse campo quanto no mundo do trabalho através de enfoques menos privilegiados pela teoria econômica tradicional.

## **2. O lugar da trabalhadora mais qualificada no final do século XX no Brasil**

O intenso processo de inserção laboral da população feminina como um todo vem trazendo à tona, a partir do final do século XX, duas questões importantes. Embora as mulheres de nível universitário já se defrontassem com elas em 1970, mais recentemente vem adquirindo mais relevância na sociedade brasileira. A primeira delas é o fato de que as responsabilidades familiares não constituem um empecilho para a participação das mulheres no mercado de trabalho. Diversos trabalhos mostram que os principais incrementos da taxa total de participação laboral das mulheres nos últimos anos é resultado do grande aumento da inserção do grupo de mulheres casadas e com filhos. A segunda é a constatação de que, uma vez no mercado de trabalho, arcando com as despesas da casa de forma no mínimo compartilhada, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com crianças pequenas (Bruschini, 2001).

Esse quadro aponta para uma realidade na qual a desnaturalização do papel tradicionalmente feminino de cuidadora dos demais membros da família é um processo mais lento que a aceitação de que o provimento do sustento do lar não é um atributo exclusivo dos homens. Ou seja, é mais amplamente aceito socialmente que uma mulher trabalhe fora do que a divisão das tarefas domésticas entre ela e seu cônjuge. Oliveira (2005), destacada um elemento importante no discurso de homens de nível universitário entrevistados em sua pesquisa: a expectativa de uma companheira que trabalhe fora e compartilhe as despesas do domicílio. Para estes

segmentos, o trabalho feminino não apenas seria aceito mas desejável, podendo se converter em uma dimensão importante no processo de escolha da parceira.

Neste contexto, partimos do pressuposto de que o trabalho em tempo parcial – por permitir às mulheres acomodar seu duplo papel - acentua as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico no interior do casal. Foi este historicamente o modelo que assegurou às mulheres um investimento simultâneo e balanceado entre trabalho produtivo e reprodutivo, enquanto os homens continuaram mais centrados no primeiro. Este tipo de modelo instaura uma divisão sexual do trabalho atenuada, onde as mulheres continuam cumprindo suas atividades de cuidadoras, contribuem nas despesas da casa, mas não disputam com os homens o lugar que, no mercado de trabalho continuaria sendo por excelência masculino. Nos anos 1970 este arranjo parece ter sido amplamente acionado por casais mais escolarizados, em um contexto marcado pela concentração feminina em atividades ligadas ao magistério e/ ou outros postos de trabalhos com horários mais flexíveis.

Bruschini (1999) aponta uma mudança deste quadro com a expansão da presença feminina em carreiras universitárias de prestígio. A autora destaca o processo de entrada das mulheres em redutos tradicionalmente masculinos como fruto de uma convergência de fatores. Por um lado, em função da intensa transformação cultural nos anos 1970, que impulsionou as mulheres para as universidades. O processo de expansão das vagas dos cursos universitários que caracteriza o período é destacado por alguns autores como resposta a uma demanda eminentemente das mulheres<sup>19</sup>. Por outro, as transformações pelas quais passaram as profissões, em direção à especialização e ao assalariamento, em detrimento da antiga autonomia profissional. Essa mudança teria repercutido negativamente no nível de prestígio atribuído a esses profissionais, o que teria aberto outras possibilidades para a inserção feminina além dos espaços tradicionalmente ocupados por elas como o magistério e a enfermagem.

---

<sup>19</sup> Barroso e Mello (1975) destacam um fator fundamental para a clara estratificação baseada no sexo existente na clientela potencial do ensino superior nos anos setenta: a altíssima proporção de mulheres no curso normal. No período estudado pelas autoras, 1955 a 1970, o percentual de mulheres concluintes do colegial que cursaram esta modalidade não variou, mantendo-se constantemente por volta de 63% do total de formandas. Esta opção tornava mais difícil seu acesso às universidades uma vez que o conteúdo exigido nas provas de vestibular era quase por completo baseado em disciplinas lecionadas no chamado “Ensino Secundário Científico” e “Ensino Secundário Clássico”, cursados majoritariamente por meninos.

Os resultados a que chegamos (Guedes, 2007) vão nesta direção, pois constatamos um crescente peso da população feminina no grupo de formados em todas carreiras universitárias<sup>20</sup>. Este fenômeno é particularmente relevante para a estruturação de novas identidades de gênero se olharmos as carreiras de maior prestígio. Evidentemente esta tendência sugere a conformação de representações do feminino mais voltadas para o mundo do trabalho e para o tipo de profissional altamente qualificado que passa a ser vizado pelo mercado e pelas empresas a partir do processo de globalização e reestruturação produtiva assistido no contexto brasileiro a partir dos anos 1990.

Wainerman (2007) mostra que esse processo também vem acontecendo na Argentina, onde a incorporação feminina aos níveis mais altos de educação constituiria um fenômeno explosivo das últimas décadas. A feminização da matrícula no cenário argentino teria ocorrido mediante um avanço lento mas contínuo sobre carreiras que, no passado, eram privativas dos homens. Do mesmo modo que em outros países como o Brasil, essa tendência é concomitante à entrada das mulheres no mercado de trabalho.

A autora, no entanto, apresenta uma visão crítica ao salientar o caráter contraditório da inserção feminina em um momento de crise econômica e flexibilização das regras nas quais esta mão-de-obra se insere. Segundo ela, a incorporação de mais mulheres à atividade laboral não poderia ser interpretada simples e exclusivamente como indicador de modernização, desenvolvimento ou crescimento, como se entendia nos anos 1970, quando a participação laboral se traduzia em esperanças de mudança na condição feminina. No contexto atual o processo de intensificação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho também se deve ao fato dessa ser uma mão-de-obra mais barata e que trabalha em condições mais precárias.

Em relação a estes recentes processos históricos, Hirata (2001) destaca como conseqüência dessa inserção laboral fragilizada uma diversificação das funções desempenhadas pelas mulheres, configurando um quadro de bi-polarização das trabalhadoras brasileiras: em um extremo, profissionais altamente qualificadas, com

---

<sup>20</sup>As mulheres chegam a ser maioria dos formados na ampla maioria de cursos universitários no Censo Demográfico 2000.



salários relativamente elevados no conjunto da mão-de-obra feminina e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social. Este tipo de distribuição e o processo de valorização e maiores salários dos trabalhadores que se encontram no topo da pirâmide é uma dimensão que caracteriza tanto à mão-de-obra feminina quanto à masculina, como coloca a própria autora. No entanto, é importante salientar que enquanto esse processo é recente entre as mulheres, é antigo entre os trabalhadores homens. Este padrão comum reflete o quanto o comportamento e as trajetórias laborais de homens e mulheres deste segmento altamente escolarizado vem se aproximando, o que contrasta com a realidade assistida nos anos 1970.

Leone e Baltar (2006), reforçam essa perspectiva ao discutirem dados comparativos sobre a mão-de-obra feminina e masculina no mercado de trabalho metropolitano nos anos 90, provenientes das PNADs de 1992 e 2002. Assim como Hirata, os autores apontam que o período marca uma melhora do rendimento dos trabalhadores com nível universitário e daqueles com até 8 anos de estudo. No entanto, é destacado também o fato de que a distância salarial entre aqueles e estes aumentou no período. Ou seja, mais uma vez o processo de avanço das mulheres pertencentes ao segmento mais escolarizado rumo aos postos mais bem remunerados no mercado é destacado como elemento importante da dinâmica laboral dos anos 1990.

No segmento de trabalhadores com nível universitário, os autores mostram que as mulheres passam a ser maioria da mão-de-obra (51%). Apesar da maior participação feminina, destacam que é justamente neste grupo que as diferenças salariais seriam mais expressivas. Finalmente, apontam para a existência de uma variedade de ocupações de nível superior oferecidas às mulheres, embora essas ocupações não atinjam remunerações tão altas quanto as masculinas de mesmo nível educacional. Ao longo do tempo essas diferenças mantêm-se elevadas, apesar de terem apresentado leve tendência de queda.

Vale destacar que esse maior diferencial salarial por sexo no estrato que recebe os maiores rendimentos já seria esperado. É neste segmento que há maior diversidade de especializações e uma progressão ao longo da carreira, com o teto salarial mais variável. Os ocupantes dos cargos mais altos na hierarquia são geralmente

trabalhadores homens, cujos salários são substancialmente mais elevados que os dos demais trabalhadores de nível universitário. Em contrapartida, entre os trabalhadores da base da pirâmide salarial há um conjunto de salários uniformemente baixos, independentemente do sexo do trabalhador.

Em relação aos processos que marcam os anos 90, dois são particularmente relevantes quando se analisa o mercado de trabalho brasileiro de uma perspectiva de gênero: a terceirização dos empregos e a estagnação do setor formal. Ambas as tendências estariam articuladas ao fechamento de postos de trabalho no setor industrial da economia brasileira no início da década em função da intensificação do processo de reestruturação produtiva. Marques (2006) destaca que, neste período, o emprego formal feminino cresceu, compensando a queda de empregos masculinos, o que acabou resultando em um quadro geral de estagnação. Essa melhora da presença feminina teria sido ocasionada, particularmente, pela intensa expansão do setor de serviços, tradicional reduto da mão-de-obra feminina.

Utilizando-se de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1996 e 2000 para o setor de serviços, o autor destaca que em três subsectores o número de mulheres ocupadas supera o de homens: no setor administração pública, defesa e seguridade social; no setor ensino; e no setor saúde e serviços sociais. Em relação ao quadro geral do setor de serviços, Marques aponta que as mulheres possuem escolaridade igual ou superior à dos homens em todos os subsectores, característica relevante tendo em vista que, ao longo do período, a escolaridade média cresceu. No entanto, as mulheres auferem rendimentos médios menores que os masculinos em todos eles. Esse quadro sugere que mesmo em nichos em franca expansão e com acentuada presença feminina as desigualdades salariais por sexo, particularmente nos segmentos mais escolarizados da mão-de-obra, continuam constituindo-se como uma questão central a despontar nas pesquisas no campo do mercado de trabalho no Brasil.

Todaro et al (2001) apontam elementos importantes na direção das explicações para esta desigualdade salarial no caso do Chile. As autoras partem da idéia de que a percepção de empresários e executivos sobre o desempenho laboral de homens e mulheres teria um efeito significativo em suas possibilidades de acesso ao emprego e em suas condições de trabalho. Com base em pesquisa do contexto chileno com 203 empresas e 17 entrevistas em profundidade, as autoras concluem que a opinião

favorável ou desfavorável dos empresários a respeito do desempenho de mulheres e homens obedece fundamentalmente a uma definição prévia das características das distintas ocupações. No entanto, essa classificação teria pouco a ver com os elementos técnicos ou organizativos das ocupações, estando mais articulada ao caráter masculino ou feminino socialmente atribuído a elas. Isso refletiria a predominância de uma ordem de gênero como critério de caracterização e classificação das empresas e das ocupações como mais ou menos adequadas para homens e mulheres, definindo, com isso, verdadeiros territórios femininos e masculinos no mundo do trabalho.

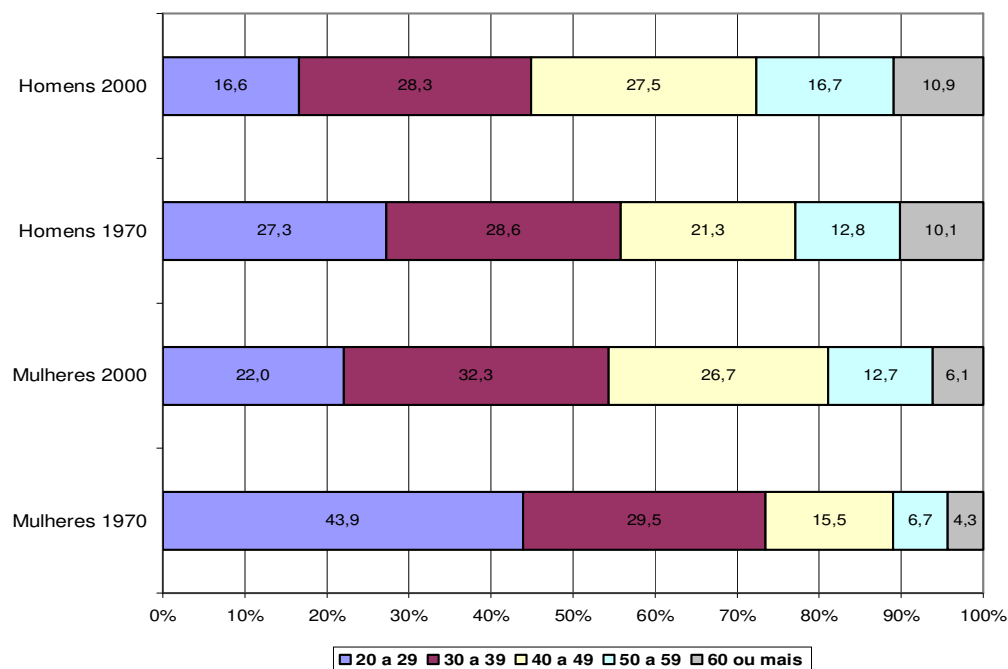
Guimarães (2001) traça um amplo panorama das desigualdades de sexo e cor no mercado de trabalho brasileiro através de dados das PNADs de 1989 e 1999. Utilizando o salário dos homens brancos como referência, a autora cria um modelo no qual são decompostos os determinantes das diferenças entre os rendimentos dos grupos de sexo e cor na população ativa. Os possíveis fatores explicativos da desigualdade de rendimentos utilizados pela autora em seu modelo são: qualificação, inserção formal, inserção regional, inserção ocupacional. Uma vez isoladas cada uma destas componentes, a persistente variação do salário/ hora seria analisada como discriminação. No caso da população negra, tanto homens quanto mulheres, a menor qualificação desta mão-de-obra parece ser o principal fator que os separa dos homens brancos em termos salariais, já que uma vez isolado este fator o diferencial salarial desaparece. O dado mais interessante trazido pela autora é que, entre as mulheres brancas, o peso líquido da discriminação é o maior. Isso porque esse grupo dispõe de todos os demais ativos que propiciariam a igualdade face aos rendimentos dos homens brancos, exibindo além do mais escolaridade significativamente mais elevada que a masculina.

Desse modo, a autora acaba por concluir que a única e significativa desvantagem na competição por rendimentos no grupo de mulheres brancas estaria inscrita no corpo, e não preponderantemente em desigualdades de origem social mais ampla. Sua condição de sexo as desqualificaria na disputa por melhores salários.

### 3. As evidências de aproximação dos padrões de inserção feminino e masculino

Grande parte das limitações em termos de comparabilidade da população masculina e feminina de nível universitário nos Censos de 1970 e 2000, principal fonte de dados com as quais trabalhamos, diz respeito à composição etária da população em questão nos dois momentos históricos. Enquanto em 1970 as mulheres deste estrato de escolaridade estavam concentradas nos primeiros grupos etários, particularmente o de 20 a 29 anos, no Censo de 2000 esta população distribui-se mais ao longo de todas as idades. Esse diferencial reflete o processo de intensa entrada feminina nos cursos universitários no final dos anos 1960 e início dos 1970, quando a ampla maioria das mulheres que compunham o grupo eram jovens recém-formadas. Passados trinta anos, os egressos dos cursos superiores distribuem-se menos concentradamente nas idades, por se tratar de um fenômeno iniciado décadas antes.

Gráfico 2.1 - Distribuição da população brasileira com nível universitário por sexo e grupos etários (Brasil -1970 e 2000)



Fonte: Censos Demográficos de 1970 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

Como mostra o gráfico 2.1 acima, a população masculina em 1970 se encontrava mais equanimemente distribuída pelos grupos etários do que a feminina. Do ponto de vista do mercado de trabalho, a principal implicação é que grande parte deste contingente populacional não se encontrar em início de carreira, como ocorre com as mulheres. Por esta razão, os homens apresentam em 1970 melhores condições de inserção e situação laboral. Não queremos aqui defender a idéia de que apenas a concentração feminina nos grupos etários mais jovens explique o grande diferencial salarial por sexo encontrado na população de nível universitário em 1970. No entanto, essa distribuição diferenciada ao longo dos grupos etários necessariamente tem que ser levada em conta nas análises sobre o tema.

O fato de a grande maioria das mulheres que chegaram a concluir um curso universitário naquele período estar no início da vida adulta e serem, portanto, recém-formadas, cria um viés do ponto de vista das variáveis relativas ao mundo do trabalho<sup>21</sup>. Apesar de reconhecermos este viés, optamos por não controlar as variáveis analisadas a seguir com a variável idade em função da ampla gama de respostas, que dificultam tanto a visualização de um perfil social claro quanto põem em cheque a validade das expansões das distribuições amostrais para o universo da população em questão. Na medida do possível, mencionaremos o sentido das limitações dos dados desse modo estruturados nas análises a seguir.

Em relação apenas à população de nível universitário empregada, tanto no Censo de 1970 quanto no Censo de 2000, buscaremos evidenciar os principais avanços das mulheres no tipo de inserção laboral que conquistaram, lançando mão das variáveis “posição na ocupação”, “horas semanalmente trabalhadas” e “classes de rendimento em salários mínimos”. Finalmente, analisamos a distribuição dos trabalhadores de nível universitário por sexo nos grandes grupos de ocupação da atividade principal em 2000, o que nos permite visualizar alguns nichos tipicamente femininos e masculinos no mercado de trabalho.

Como apontado anteriormente, o mercado de trabalho brasileiro assistiu a intensas modificações no cenário econômico ao longo do período que temos como foco. Grande parte destas transformações está articulada a expansão do modelo neoliberal da economia, cujas principais características são a flexibilização das

---

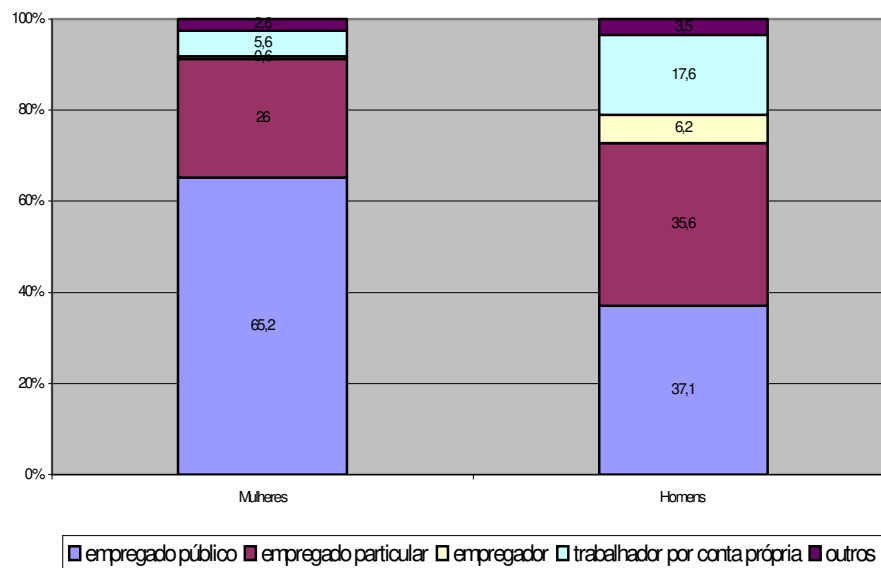
<sup>21</sup> Como será visto no capítulo III, as variáveis relativas ao campo familiar apresentam menor desagregação, razão pela qual podem ser cruzadas com a variável idade.

relações de trabalho, o desmantelamento do Estado de *bem estar social* e o crescimento do chamado setor informal. Este processo estruturou um cenário no mundo do trabalho bastante diferente daquele encontrado em 1970.

Estas mudanças se refletem na própria forma como o IBGE captou a informação relativa à “posição na ocupação” dos trabalhadores brasileiros. Enquanto no Censo de 1970 a preocupação estava mais relacionada à esfera (pública ou privada) da ocupação e as opções de resposta eram poucas (seis), no Censo de 2000 a questão da carteira de trabalho assinada passa a ser crucial e a maior opção de respostas (nove) reflete a multiplicidade de situações laborais que o levantamento passa a considerar.

## Gráfico 2.2

**Distribuição da população brasileira com nível universitário segundo a posição na ocupação por sexo - Censo 1970**



Fonte: Censo Demográfico de 1970 do IBGE. Elaboração própria.

O gráfico 2.2. acima, mostra uma situação bastante diferenciada entre trabalhadores homens e mulheres. No que diz respeito à posição na ocupação em 1970, por se tratar de populações muito desiguais em termos dos volumes absolutos

(para cada 3 homens de nível universitário havia 1 mulher) a cautela recomenda trabalhar apenas as diferenciações internas a cada grupo. A questão do contingente feminino estar bastante concentrado na categoria “empregado público” reflete o peso de categorias profissionais ligadas à chamada economia do cuidado (particularmente professoras de escolas públicas), setor em larga medida subsidiado pelo estado. O peso das professoras neste segmento de trabalhadores evidencia a difusão de um modelo bastante comum no período: professoras primárias que fizeram o curso Normal<sup>22</sup> no ensino secundário e ingressam nas universidades para diplomar-se em carreiras que as mantêm no nicho educacional, ainda que enquadradas em séries mais avançadas do ensino, respondendo por disciplinas que exigem um conhecimento mais especializado do professor.

A população masculina, por sua vez, encontra-se mais bem distribuída entre todas as alternativas de enquadramento e apresenta um percentual relativo consideravelmente mais alto que o feminino nas posições de “trabalhador por conta própria” e “empregador”. Note-se que neste grupo masculino de nível universitário enquanto 6,2% dos homens estão na categoria “empregador”- a de maior pretígio - a proporção de mulheres é apenas 0,4%. Chamá-íamos atenção também para o fato de que o significado de ser “trabalhador por conta própria” em 1970 era certamente diferente do que será trinta anos depois ou mesmo atualmente. O encolhimento do setor formal de empregos cria uma realidade na qual este tipo de inserção nem sempre resulta de uma opção feita pelo profissional, situação provavelmente corrente naquele contexto temporal.

O gráfico 2.3 a seguir apresenta as informações relativas ao Censo 2000. A categoria outros agrega as seguintes opções de resposta: trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerado em ajuda a membro do domicílio e trabalhador na produção para o próprio consumo. Apesar da dimensão investigada ser a mesma, como já mencionado, as categorias de enquadramento da posição na ocupação no Censo 2000 não são compatíveis com as utilizadas no Censo de 1970. Uma questão a ser destacada é que além desta mudança

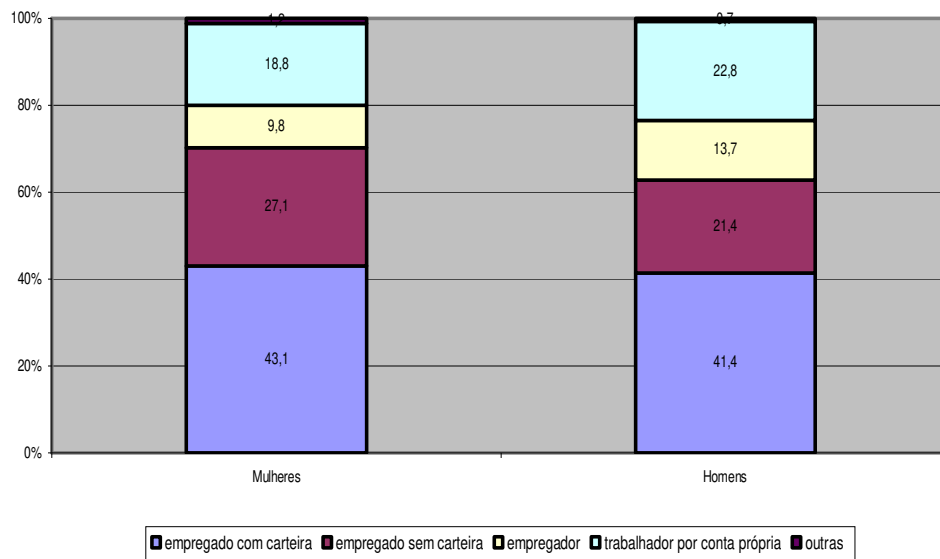
---

<sup>22</sup>Havia uma demanda reprimida da população feminina que havia cursado o normal pelo ensino universitário nos anos 1970. Isto ocorreu porque apenas a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1967 os cursos secundários profissionalizantes passam a ser reconhecidos como segundo grau e seus concluintes ficam aptos a prestar o vestibular.

nas categorias que aparecem como possíveis respostas, difere também a forma como a pergunta é formulada no Censo de 2000, passando a ser: “Neste trabalho era...”. Em 1970 a pergunta era qual é a “posição na ocupação”. Em que pese estas dificuldades de comparabilidade, o que mais chama atenção em 2000, é que a distribuição dos trabalhadores homens e mulheres é muito semelhante. Esta semelhança não observada em 1970 sugere uma possível aproximação dos padrões de inserção feminino e masculino no mercado de trabalho em 2000.

**Gráfico 2.3**

**Distribuição da população brasileira com nível universitário segundo a posição na ocupação por sexo - Censo de 2000**



Fonte: Censo Demográfico 2000 do IBGE. Elaboração própria.

A análise da distribuição feminina segundo o lugar na ocupação no Censo de 2000 revela uma tendência de maior heterogeneidade do contingente de mulheres trabalhadoras. Por um lado, a categoria empregador, de maior prestígio social, abarca quase 10% deste segmento de mulheres. Em que pesem os problemas de comparabilidade entre os Censos, o trabalho feminino como empregador adquire em 200 maior expressão do que em 1970, quando apenas 0,4% das mulheres se



enquadravam nesta categoria. Por outro lado, categorias bastante desvalorizadas socialmente como a de empregado (a) doméstico (a) (agregada a outras categorias no grupo “outros”<sup>23</sup>) não apresentam, na população de nível universitário, nenhuma participação masculina enquanto que no contingente feminino de mesma escolaridade 0,1% se encontra nesta situação com carteira de trabalho assinada e 0,2% sem sequer este direito trabalhista. Apesar deste contingente não ser tão expressivo em termos quantitativos, sua carga simbólica reflete o quanto é mais aceito e vivenciado na prática, entre as mulheres pertencentes a este segmento altamente qualificado, uma inserção mais precarizada, que não reflete nem considera o tipo de investimento feito no campo educacional por estas trabalhadoras. Esta questão também se verifica no maior peso da categoria “sem carteira assinada” na população feminina.

Esta tendência de maior diferenciação interna do contingente de trabalhadoras mulheres também se reflete na variável rendimento em salários mínimos. O balanço dos últimos trinta anos, como mostra o gráfico 2.4 a seguir<sup>24</sup>, revela uma persistência de concentração feminina nos grupos mais mal remunerados concomitantemente a um crescimento expressivo do grupo mais bem remunerado. Estes dados vão de encontro ao que sugere a literatura discutida acerca das tendências a partir dos anos 1990 para esta mão-de-obra mais qualificada.

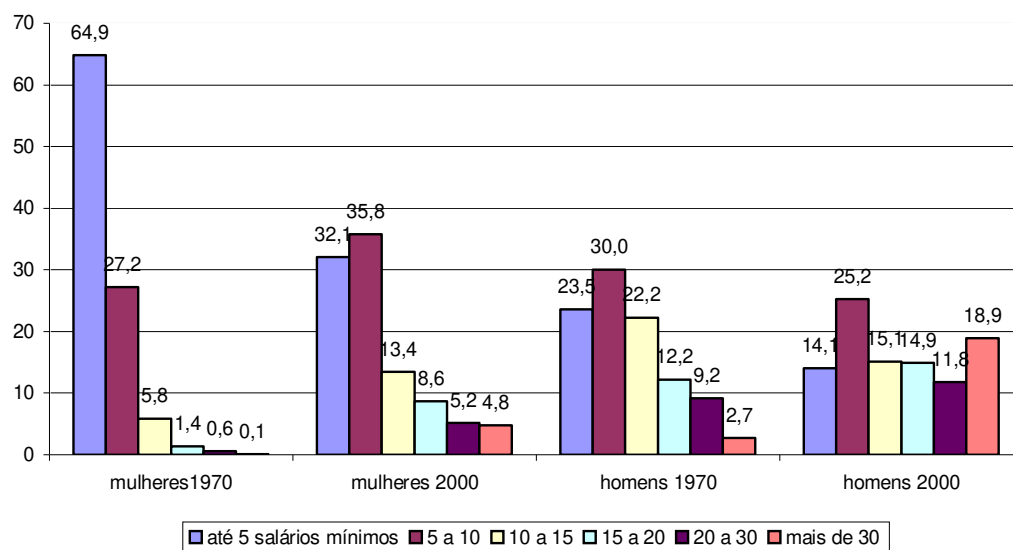
---

<sup>23</sup> As respostas agregadas na categoria “outros” por apresentarem um peso relativo muito pequeno nas distribuições em questão foram: 1 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada/ 2 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada/ 3 - Aprendiz ou estagiário sem remuneração/ 4 - Não remunerado em ajuda a membro do domicílio/ 5- Trabalhador na produção para o próprio consumo.

<sup>24</sup>Os estratos de renda utilizados no gráfico foram estruturados a partir da divisão do que o entrevistado declarou como rendimento total de todos os trabalhos (Censo 2000) e rendimento total (Censo de 1970) divididos pelo valor do salário mínimo no período em que as pesquisas foram a campo. O arranjo proposto agrega valores maiores que os utilizados nas tabulações do IBGE por tratar-se de um grupo social consideravelmente mais bem remunerado que a média da população brasileira.

**Gráfico 2.4**

**Distribuição da população brasileira de nível universitário segundo as classes de rendimento em salários mínimos - Censos de 1970 e 2000**



Fonte: Censos Demográficos de 1970 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

As principais diferenciações de um Censo para outro reveladas pelo gráfico são, no caso das mulheres, a desconcentração da população de trabalhadoras apenas no estrato mais mal remunerado (até 5 salários mínimos) passando a concentrar-se também no segundo estrato (que chega a ser majoritário em 2000) e a distribuir-se mais uniformemente nos demais. Essa melhora é a mudança mais expressiva apontada pelo gráfico. No entanto, esse diferencial em relação ao Censo de 1970 pode refletir o peso das coortes mais velhas em 2000, quando uma parcela mais expressiva de mulheres já se encontra em etapas mais avançadas da carreira e, por esta razão, melhoram seu rendimento.

No contingente masculino de trabalhadores também se observa uma desconcentração. Contudo, no caso dos homens, a distribuição no Censo 2000 equaliza as categorias de rendimento, tornando muito semelhantes todos os estratos.

Ou seja, a diferenciação interna deste grupo de trabalhadores é menor que aquela observada no contingente feminino na mesma situação. Essa equalização e o peso importante do melhor estrato de rendimento evidenciam o quanto a distribuição interna masculina é melhor que a feminina no que diz respeito aos rendimentos do trabalho.

Como mostra a literatura discutida no início deste capítulo, a brecha salarial entre homens e mulheres de nível universitário diminuiu muito pouco neste período recente. Esta conclusão é visível nas distribuições contidas no gráfico, pois ainda que a situação salarial das mulheres melhore, o avanço salarial no contingente masculino é mais intenso. Ou seja, todos os trabalhadores com nível universitário passaram a ganhar mais ao longo deste período, sendo o crescimento do grupo mais bem remunerado (mais de 30 salários mínimos) mais intenso no caso do contingente masculino.

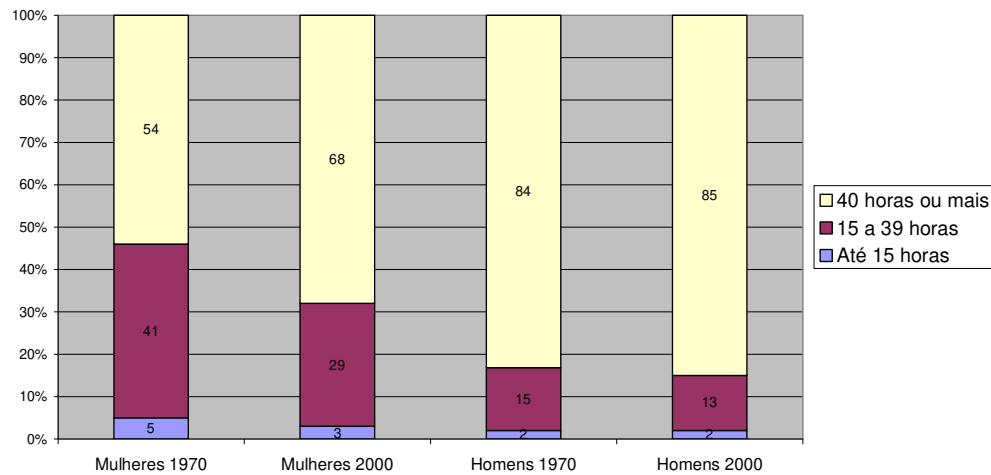
Um aspecto importante a ser salientado é que há uma necessidade de relativização da informação expressa no gráfico: o aumento do rendimento da população de nível universitário em salários mínimos pode não significar diretamente uma melhora em seu padrão de vida. Isso porque o poder de compra do salário mínimo mudou significativamente nos trinta anos que abarcam nossa pesquisa. Silva et al (2006), apontam que o comportamento do salário mínimo mostrou bastante variabilidade entre 1970 e 2000. A partir do ano de 1995 o que se percebe é uma trajetória ascendente, ainda que esta não se equipare, em termos de valores, àqueles atingidos especialmente na primeira metade da década de 80. Segundo as autoras, os valores atingidos pelo salário mínimo para a década de 1970 não foram retomados até o fim do período analisado. Ou seja, teria havido ao longo do período uma perda da classe trabalhadora em termos de capacidade de compra.

Em relação à variável “horas semanais trabalhadas”, existe maior semelhança entre homens e mulheres. Em linhas gerais ambos os contingentes de trabalhadores apresentam ampla maioria concentrada no estrato que representa o chamado trabalho *full time*, correspondente a pelo menos 40 horas por semana. Essa tendência se acentua de um Censo para o outro no caso das mulheres e permanece bastante semelhante no caso dos homens. Os trabalhadores masculinos de nível universitário já estavam mais concentrados neste estrato em 1970, enquanto as mulheres se

aproximam da distribuição masculina ao longo do período, como mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 2.5**

**Distribuição da população de nível universitário por sexo e segundo estratos de horas semanais trabalhadas (Brasil 1970 - 2000)**



Fonte: Censos Demográficos de 1970 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

De fato as mulheres de nível universitário apresentam um quadro em 1970 onde o trabalho em tempo integral já representava a maioria. Contudo, nesta época o peso das trabalhadoras em tempo parcial também é expressivo, o que não ocorria nem ocorre com os homens. A queda na proporção de mulheres em tempo parcial e daquelas que trabalham apenas até 15 horas semanais no Censo 2000 mostra que este contingente vem se aproximando cada vez mais do padrão masculino no que tange o tempo despendido com trabalho voltado para o mercado. Os homens, por outro lado, por já apresentarem em 1970 uma distribuição muito concentrada no estrato de mais horas semanais trabalhadas, quase não modificam sua composição em 2000, evidenciando nesta data um ligeiro aumento do estrato que mais trabalha.

A literatura aponta que, em relação a outros estratos educacionais, as mulheres de nível universitário são as que estão mais inseridas no mercado de trabalho (taxas de participação) e são também as que dedicam maior tempo ao

chamado trabalho produtivo ou voltado para o mercado (Scalon e Araújo, 2005). Diante disso, a questão posta para os estudos de gênero seria como se comportam os homens pertencentes a este estrato educacional em relação ao trabalho reprodutivo no interior das famílias. Ou seja, se a nova realidade de casais de provedores de fato impulsiona uma reacomodação dos papéis tradicionais também no universo doméstico da vida social.

Com a introdução da pergunta sobre uso do tempo com tarefas domésticas na PNAD a partir de 2001, este universo passa a poder ser desvendado e a variável escolaridade mais uma vez aparece como dimensão fundamental para a compreensão de expressivos diferenciais na população brasileira. A partir de tabulações da referida pesquisa, Dedecca (2004) aponta que as mulheres inseridas no mercado de trabalho e que realizam afazeres domésticos tendem a auferir uma remuneração menor que aquelas que não realizam afazeres domésticos. O dado interessante é que essa diferenciação de remuneração não é encontrada entre os homens. Outra dimensão importante destacada pelo autor é que, em todos os estratos educacionais, as mulheres despendem mais horas com o trabalho doméstico que os homens.

Em trabalho mais recente (Dedecca et al, 2008), o autor afirma que entre as mulheres há uma relação inversa entre nível de escolaridade e jornada de trabalho destinada à reprodução social. Segundo ele, mulheres com baixa escolaridade tendem a ter jornadas domésticas em média 75% superiores às das mulheres com nível universitário completo. No entanto, é destacado que a melhor inserção ocupacional amenizaria a discriminação com relação à mulher, mas não permitiria superar sua situação em termos de jornada de trabalho para a reprodução. Isso não apenas porque elas continuariam despendendo um volume ponderável de horas com este objetivo mas, também, porque os homens em mesma situação não ampliam suas responsabilidades nas atividades de reprodução social da família.

O informe divulgado pelo IBGE em agosto de 2007, com base em dados da PNAD, aponta que os homens com mais escolarização são os que mais realizam afazeres domésticos. Entre os que estudaram mais de doze anos, cinco em cada dez desenvolvem tarefas do lar. Ou seja, apesar de ainda trabalharem menos neste âmbito doméstico que as mulheres de mesmo estrato educacional (particularmente aquelas com filhos menores de 14 anos), os homens de nível universitário são os que mais

declaram dividir tarefas<sup>25</sup>. Isso corrobora mais uma vez a idéia de que a escolarização se relaciona diretamente com representações mais igualitárias, seja no trabalho voltado para o mercado, seja na vida familiar.

A pesquisa, no entanto, não revela os diferenciais quantitativos do número de horas semanais dedicadas ao trabalho de reprodução social, o que não permite uma comparabilidade mais apurada entre estratos educacionais. Mello e Castilho (2008) destacam uma dimensão importante nesse sentido: as horas médias semanais dedicadas a afazeres domésticos da população ocupada, com 10 anos ou mais, por sexo e estratos de escolaridade. O gráfico a seguir, extraído do referido trabalho, ilustra os intensos diferenciais a partir desse recorte.

Tabela 2.1 - Horas médias semanais dedicadas a afazeres domésticos do pessoal ocupado com 10 anos ou mais, segundo sexo e escolaridade - Brasil 2005

Anos de estudo	Homem	Mulher
Zero	10,28	24,8
1 a 3	9,48	24,43
4 a 7	9,16	23,09
8 a 11	9,03	19,97
12 e mais	7,53	16,02
Não indentificado	7,93	19,72
Total	9,06	20,84

Fonte: Melo e Castilho (2008), IBGE, PNAD 2005.

As autoras apontam que tanto homens quanto mulheres com mais de 12 anos de estudo – o que corresponderia a pelo menos o curso de graduação iniciado mas não necessariamente concluído – dedicam menos tempo que os demais estratos educacionais às tarefas domésticas. A relação direta entre escolaridade e menos horas dedicadas a este tipo de trabalho possivelmente refletem arranjos que contam com algum tipo de serviço doméstico prestado por empregadas nos domicílios deste segmento. Mesmo contando frequentemente com estas trabalhadoras, que “atenuam” as tensões na divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres, estas continuam dependendo mais tempo com estes afazeres. Os dados da PNAD de 2005

<sup>25</sup> A dimensão analisada neste caso é apenas se desempenham ou não alguma tarefa doméstica, não sendo abordada, portanto, a intensidade desta jornada.

mostram que, neste segmento mais escolarizado, enquanto as mulheres despendem 16,02 horas semanais para este tipo de tarefas, os homens dedicam apenas 7,53.

Uma outra dimensão fundamental a ser analisada é como se distribuem as mulheres e homens de nível universitário entre as ocupações uma vez que a intensa expansão do contingente de indivíduos com este nível educacional a partir dos anos 1990 criaria um excedente de mão-de-obra qualificada que, possivelmente, não estaria inserida na área a qual se dedicou no curso de graduação. A tabela a seguir mostra esta distribuição no Censo Demográfico de 2000<sup>26</sup>.

Tabela 2.2 - Distribuição da população de nível universitário inserida no mercado de trabalho por sexo e segundo grandes grupos de ocupação no trabalho principal

(Brasil - 2000)

	Homens	Mulheres
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	19,32	10,94
Profissionais das ciências e artes	45,97	52,75
Técnicos de nível médio	12,82	14,93
Trabalhadores de serviços administrativos	7,01	13,27
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	5,86	5,18
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	1,66	0,25
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2,90	0,99
Trabalhadores de reparação e manutenção	0,54	0,03
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,70	0,15
Ocupações mal especificadas	2,22	1,51
Total	100	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Elaboração própria

<sup>26</sup> Não realizamos o mesmo tipo de cruzamento com o Censo de 1970 porque os dados deste período não se encontram disponibilizados em grandes grupos. Como destaca Barreto (2008), ao todo a pesquisa categorizou 267 tipos de ocupações, organizadas a partir de uma ampla gama de classes de atividade da ocupação principal.

Os dados mostram que o principal diferencial de peso relativo - que acaba se refletindo nas demais categorias - é a maior concentração masculina em “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes”. O fato de esta ser uma categoria profissional que reflete prestígio social e está associada a maiores salários poderia explicar, em parte, os diferenciais salariais encontrados entre homens e mulheres tratados acima. Em contrapartida, as mulheres encontram-se mais concentradas nas categorias “profissionais de ciências e artes”.

O balanço destas quatro variáveis analisadas reflete um quadro de clara aproximação feminina em relação ao padrão masculino de participação no mercado de trabalho. Tanto o “lugar na ocupação” quanto o “número de horas semanais trabalhadas” já apresentam em 2000 uma distribuição bastante semelhante entre homens e mulheres. As principais permanências são observadas nas variáveis “renda em salários mínimos” e “tipo de ocupação”. Apesar do crescente peso da mão-de-obra feminina nos estratos mais altos de renda, há ainda uma distância em relação ao contingente masculino. Esse diferencial pode refletir a continuidade da concentração feminina em alguns nichos ocupacionais menos valorizados no mercado de trabalho.

### **Considerações Finais**

Apesar do investimento em termos de qualificação e tempo destinado à esfera produtiva serem bastante próximos entre homens e mulheres, os tipos de ocupação ainda fazem com que a renda masculina responda provavelmente por uma parcela maior do provimento das famílias. Esse quadro, por um lado, mostra que a idéia de uma “divisão sexual do trabalho atenuada” já não seria muito aplicável à realidade dos anos 1970, quando a maioria das trabalhadoras de nível universitário já estavam inseridas em tempo integral. Em todas as variáveis analisadas assistimos à expansão de um modelo de trabalhadora cuja renda é fundamental nos provimentos familiares. Isso sugere um lugar central do mundo do trabalho e dos planos de progressão nas carreiras nas escolhas femininas em 2000.

De fato é difícil afirmar se essa tendência reflete pressões em relação à cultura de consumo das camadas médias e altas da sociedade brasileira ou se



apontam para uma crescente lógica feminina que reconhece o campo do trabalho como um lócus fundamental de realização e afirmação da identidade. Possivelmente ambos. O interessante a ser ressaltado na presente análise é que as escolhas ou constrangimentos que permeiam a última barreira interposta na direção de inserções laborais equânimes por sexo - o tipo de ocupação que ambos exercem – é bastante mais simbólica, por refletirem escolhas das próprias mulheres, que os constrangimentos concretos que historicamente alijaram as mulheres do espaço público.

### CAPÍTULO III

#### FAMÍLIA E FILHOS ENTRE AS MULHERES MAIS ESCOLARIZADAS: RECONFIGURAÇÕES DO TRADICIONAL?

“Sem dúvida é preciso deixar de apreender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção dessa realidade”.

Pierre Bourdieu, 1996

Os últimos trinta anos no Brasil foram marcados por intensas mudanças no plano das relações de gênero e os rebatimentos desse processo no campo familiar são diretos. O modelo de família tradicional foi posto em cheque na medida em que as revoluções tanto contraceptiva quanto sexual deslocaram o significado do casamento e dos filhos para as mulheres, de “projetos naturais” para um campo de escolhas possíveis mas não mais destino único no universo feminino.

A intensa presença de mulheres nas universidades nos anos 1970 expressa essa nova realidade na qual diferentes identidades femininas emergem e diversas representações em torno da família passam a circular. Nesse sentido, as singularidades que marcam o estrato mais educado da população brasileira são muitas e advêm principalmente de todo um processo de investimento na própria formação e no saber – lócus historicamente masculino – que acaba por resultar no desejo e na valorização da presença feminina na vida pública.

Evidentemente as práticas das mulheres de nível universitário em relação à população como um todo sempre foram menos orientadas para valores familistas em si, o que consolida este segmento como um grupo que não reproduz tão fortemente a base binária da norma homens e produção/ mulheres e reprodução. A questão que procuramos explorar no presente capítulo, diante disso, mais do que os diferenciais

em relação a outros estratos educacionais (esforço já empreendido por diversos autores discutidos no capítulo I), seriam as rupturas e mudanças assistidas nas dinâmicas familiares deste contingente nos últimos trinta anos. Ou seja, se houve uma convergência no comportamento conjugal e reprodutivo destas mulheres enquanto grupo e quais seriam as tendências de diferenciais em relação aos homens de mesma escolaridade no que diz respeito ao lugar na família.

Esse esforço articula-se às análises desenvolvidas no capítulo anterior. Enquanto naquele procuramos destacar as dinâmicas do mundo do trabalho de forma isolada, neste pretendemos analisar as dinâmicas específicas no campo da família para o segmento de nível universitário. Interessa-nos particularmente responder em que medida as práticas neste campo estariam apontando para uma maior individualização das mulheres em questão, com modelos menos orientados para a família tradicional. Nesse sentido, a menor proporção de casadas e a ausência de filhos ao fim do período reprodutivo seriam indícios importantes. Para tanto, partimos primeiramente das teorias produzidas no âmbito dos estudos sobre famílias e camadas médias e posteriormente articulamos estes aportes aos achados a partir de algumas variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1970 e 2000 especificamente no grupo de mulheres com nível universitário. As tendências são discutidas à luz da centralidade que o olhar sobre a família foi tomando recentemente nos estudos demográficos (Cabella, 2006). Esse crescente interesse se disseminou particularmente em função da necessidade de compreensão e previsibilidade das dinâmicas populacionais diante do fenômeno das taxas de fecundidade bastante abaixo do nível de reposição – realidade comum a vários países desenvolvidos e cada vez mais próxima em contextos como o brasileiro. Como mostraremos, mesmo em uma sociedade como a nossa esse tipo de resultante demográfica – população que não se reproduz - já é antiga para alguns segmentos populacionais como o que temos como foco.

## **1. Individualismo e diversidade de modelos familiares**

Na célebre análise que empreende sobre a família e a infância, Áries (1981) desenvolve uma tese central para os estudiosos deste campo: a ausência do

sentimento da infância na Idade Média e o surgimento, a partir do fim do século XVII, de um novo lugar assumido pela criança e a família nas chamadas sociedades industriais. Nesse processo, o autor destaca duas dimensões fundamentais que estariam relacionadas. A primeira seria o advento da escola, que passa a substituir a aprendizagem como meio de educação, o que teria feito com que as crianças deixassem de conviver primordialmente com os adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A segunda seria a difusão de um modelo familiar baseado em uma afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos – elemento que não aparecia nos séculos anteriores. Essa afeição teria sido expressa particularmente através da importância que se passara a dar à educação. A organização familiar em torno da criança e a centralidade que ela adquire teriam deslocado os próprios significados sociais das grandes proles, do nascimento e da perda de um filho. Nesse cenário de intensos sentimentos de preocupação e cuidados voltados para o filho, teria passado a ser necessário limitar o número de crianças para cuidar melhor delas.

Como o próprio autor destaca, um reflexo fundamental dessa revolução escolar e sentimental, construído ao longo do tempo, mas em um período histórico não muito distante, foi um malthusianismo demográfico, uma redução voluntária da fecundidade, observável a partir do século XVIII na Europa. Desse modo, a perspectiva proposta por Ariès reafirma a idéia de que os comportamentos demográficos sempre refletem e sinalizam mudanças sociais mais amplas – perspectiva adotada na presente tese. Nesta direção, o autor enxerga nesta primeira onda de queda da fecundidade uma estreita relação com o desaparecimento da antiga sociabilidade e a difusão de um processo fundamental: a polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão.

Uma questão importante que é discutida apenas tangencialmente por Ariès neste processo de ruptura na história das mentalidades é o lugar feminino nesta “nova sociabilidade”. A tradição que se cunha a partir desse momento em pensar o bem-estar das crianças reafirma um modelo de família nuclear como ideal que circunscreve bem marcadamente os papéis de homens e mulheres. Implícita na noção de cuidado infantil estaria o olhar naturalizador da mãe como a figura que desempenha os trabalhos neste campo. Como aponta Badinter (1988), a ideologia produzida em torno do amor materno difundiria um modelo no qual as mulheres que

não se adequassem às rígidas normas de como ser uma boa mãe, ou pior ainda, optassem por não ter filhos, estariam fugindo a uma essência e natureza femininas últimas.

Esse conjunto de representações, bastante presente no imaginário social contemporâneo, constrói o processo de crescente presença das mulheres na vida pública como um vetor importante da alardeada “crise da família”. Essa conceituação, que reflete uma visão bastante conservadora e idealizada da família do passado, ignora um elemento fundamental que ganha visibilidade com os estudos pós-estruturalistas, particularmente a partir da contribuição de Michel Foucault<sup>27</sup>: as relações de poder que sempre permearam as identidades nesta unidade fundamental da vida social.

A metáfora da família e dos indivíduos que a compõem como um campo, sistema de forças que se relaciona através de interesses múltiplos, contrapõe-se à visão idealizada de corpo ou unidade. Naquela concepção, as pessoas que compõem a família teriam planos e desejos nem sempre convergentes mas em permanente interação - visão que é bastante fecunda e utilizada por outros autores. Bourdieu (1996) reconhece não apenas os planos dentro dos quais estas relações de força interagem na família – físico, econômico e sobretudo simbólico – mas também as lutas que caracterizam sua direcionalidade em um sentido mais amplo rumo à transformação ou conservadas sob o manto das tradições.

Essa perspectiva confere um sentido de temporalidade e circunscreve as representações acerca da família em mentalidades datadas, retirando o olhar cristalizado sobre as práticas e representações que circulam neste campo da áurea sagrada e natural que costuma cercá-lo. Em um sentido ainda focaultiano, o poder permearia não apenas as relações entre os membros familiares mas, também, os próprios discursos que se produziram sobre a família. Como destacamos no capítulo I, por vezes para além de descrever as dinâmicas deste campo e seu papel na reprodução tanto biológica quanto social, a reflexão teórica preocupou-se em definir “modelos ideais” e prescrever a vida em família como um ideal a ser seguido.

---

<sup>27</sup>A produção do autor que contribui e instaura importantes elementos para os estudos de gênero é vasta. No que tange o deslocamento tanto do espaço de análise do poder quanto ao nível que este se efetua, vide Foucault, Michel *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

Nessa direção, Fonseca (1995) analisa alguns mitos que cercam os olhares contemporaneamente lançados sobre a família e desconstrói algumas noções que permeariam o próprio pensamento social. A autora destaca primeiramente a idéia de “fragmentação” da família atual e demonstra, como apontam diversos estudos, que o modelo conjugal “ideal e natural” não era a norma no passado. Ou seja, os filhos fora do casamento, as mulheres chefes de família e a extensa população de solteiros não seriam uma invenção da modernidade. Outro mito discutido pela autora é a idéia de que a família começou mal e só hoje teria chegado a ser sede de relações pessoais “esclarecidas”. Subjacente a este argumento haveria uma lógica evolucionista que enxergaria o modelo familiar idealizado pelas próprias classes dominantes como sendo o mais “humano” da história. Ao problematizar as premissas que estruturam o próprio pensamento, Fonseca propõe um olhar mais (auto) crítico em relação à reflexão no campo dos estudos de família:

*“(...) o mito do passado, em geral, não é nada mais do que um valor que caducou. Para repudiá-lo, abraçamo-nos aos valores da atualidade. Sendo seres sócio-históricos, nunca estamos acima dos valores mestres da nossa época. Mas, enquanto pesquisadores, temos a obrigação de tentar o impossível – superar os limites dos nossos próprios (pré-)conceitos”* (Fonseca, 1995, p. 87).

A empreitada proposta pela autora é particularmente desafiadora se pensamos que o presente trabalho parte de um eixo tradicionalmente cunhado nos estudos antropológicos, mas pouco explorado nos estudos demográficos: o estranhamento do que é familiar. Indo nesta direção, chamaríamos atenção para a naturalização na contemporaneidade do público como o lugar por excelência de realização e auto-afirmação individual. O espaço do trabalho, os planos de progressão em uma carreira e a busca do prazer seriam imperativos de um tempo no qual, particularmente para as pessoas pertencentes às camadas médias e altas da população, as demandas individuais é que constroem o tipo de relação familiar. Prost (1992) sintetiza essa inversão ao afirmar que “há meio século, a família passava na frente do indivíduo; agora, é o indivíduo que passa na frente da família” (Prost, 1992, p.94). Como o

próprio autor destaca, com exceção da maternidade<sup>28</sup>, a família seria a reunião dos indivíduos que a compõem nesse momento, tendo cada indivíduo sua própria vida privada e esperando que esta seja favorecida por uma família de tipo informal. Nesse sentido, a grande mudança seria o julgamento que se passa a fazer em torno da família a partir da contribuição que ela pode oferecer à realização das vidas privadas dos indivíduos que a integram.

Vaitsman (1994) também destaca este elemento em sua análise sobre a família pós-moderna no Brasil a partir dos segmentos médios urbanos. Segundo a autora, as relações que estruturam a família conjugal moderna seriam a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre papéis públicos e privados segundo o gênero. A redefinição da posição das mulheres na sociedade, particularmente com a entrada no mercado de trabalho e a expansão da escolarização, tornariam rarefeitos estes pilares e abririam caminho para novas relações. A família pós-moderna constituir-se-ia, a partir disso, através da inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas. Os padrões de casamento e família seriam, a partir disso, flexíveis e heterogêneos. No plano da estrutura patriarcal estas transformações teriam afetado decisivamente a família conjugal moderna pois, a partir do momento em que homens e mulheres passam a se definir como iguais e autônomos, sua estabilidade torna-se frágil. Isso porque, diferentemente do modelo anterior onde havia uma complementariedade de funções masculinas e femininas, a estabilidade agora dependeria dos desígnos da individualidade de cada um.

O mesmo tipo de relação, que parte da lógica de favorecimento da vida privada individual pelo projeto familiar mais amplo, pode ser acionado na análise sobre os projetos reprodutivos. O questionamento em torno de ter ou não ter filhos na contemporaneidade parte do mesmo princípio de balanceamento entre prós e contras nas vidas dos indivíduos que compõem o casal – nem sempre convergindo em uma mesma direção. Como já foi apontado anteriormente, uma série de racionalizações

---

<sup>28</sup>A distinção apontada em relação à maternidade pode ser um ponto importante para a análise que desenvolvemos: o reconhecimento de que este seria um laço à parte diante das demais relações familiares (não solúvel ou transitório) pode configurá-lo como fronteira importante na expansão da lógica individualista.

são postas em jogo neste processo de decisão, sendo a dimensão econômica apenas uma dentre várias outras levadas em consideração.

Therborn (2004) analisa as ondas de queda da fecundidade pelas quais teria passado a população mundial a partir deste mesmo prisma: a idéia de que essa mudança só ocorre a partir de uma nova percepção dos custos e benefícios dos filhos. Segundo o autor, as duas variáveis fundamentais na análise destas dinâmicas são o senso de domínio pessoal e o senso do benefício do controle da natalidade. A partir de um olhar estrutural sobre os processos em jogo, ele propõe que estas variáveis seriam modeladas por três conjuntos de determinantes: cultural, estrutural e familiar. O sistema familiar definiria os direitos e deveres bem como as cargas e os benefícios dos membros da família. Neste campo, o autor confere centralidade ao conteúdo normativo e à estrutura de decisões no interior da família em sua análise – o que remete mais uma vez às relações de poder e ao modo como se operam as identidades de gênero. A estrutura social organizaria as pessoas em posições em um sistema econômico e político e conectaria essas posições com as familiares. As determinações culturais, por outro lado, estruturariam as perspectivas e objetivos de vida através das posições familiares e estruturais ou em desafio a elas.

A partir da enorme empreitada a qual se propõe – a análise da família no mundo ao longo de um século – Therborn levanta uma questão fundamental aos estudos demográficos: a idéia de que a mudança estrutural é um importante motor da mudança histórica, mas não tem sido o principal ou o único vetor das mudanças assistidas no campo da fecundidade nos tempos modernos. Esta visão contrasta com a Teoria da Modernização ou a própria Teoria da Transição Demográfica. Segundo o autor, os principais processos de mudança estrutural, como a industrialização ou a expansão do capitalismo, tenderiam a apresentar efeitos cuja direcionalidade não seria tão óbvia e clara. Em relação ao próprio custo-benefício dos filhos (elemento central nas dinâmicas de fecundidade) o autor destaca que os efeitos seriam desagregadores e nem sempre na mesma direção.

Oliveira (2008) faz uma leitura crítica da obra em questão e destaca que o olhar de Therborn teria privilegiado motivações em seu modelo explicativo da queda da fecundidade e minimizado constrangimentos que as mudanças estruturais trazem para a vida das pessoas. Segundo a autora, parte das mudanças de natureza estrutural



seria descrita como externa aos indivíduos. Seu eixo argumentativo, a partir disso, centra-se na idéia de que constrangimentos e motivações estariam inextricavelmente ligados pela experiência de vida.

A partir do modelo explicativo mais utilizado pela Demografia, a Teoria da Transição Demográfica, as taxas de fecundidade bastante abaixo do nível de reposição combinadas à alta imigração internacional assistidas em alguns países europeus caracterizariam uma Terceira Transição Demográfica (Coleman, 2006). Nestes contextos estaria havendo uma mudança importante da composição cultural e étnica das populações, ocasionada pela permanência das baixíssimas taxas de fecundidade – provocando ao mesmo tempo um aumento do peso relativo de idosos e redução da população em idade economicamente ativa – articuladas à intensa entrada de imigrantes de outras regiões mais pobres.

Este tipo de enfoque mostra-se insuficiente para a análise de dinâmicas como a brasileira em função não apenas da grande heterogeneidade que marca nossa sociedade no que tange às dinâmicas reprodutivas e às características estruturais que refletiriam cada etapa da transição mas, também, porque conferir ao modelo analítico europeu um caráter de teoria preditiva das demais dinâmicas populacionais implica em um olhar que reitera aquela experiência como “futuro inexorável” de qualquer sociedade em uma arbitrária linha evolutiva.

Greenhalgh (2001) faz uma crítica contundente a este respeito. Analisando a recente história da demografia americana, a autora destaca a estreita e problemática relação entre a produção acadêmica do campo demográfico e interesses de Estado. Em relação à utilização da Teoria da Transição Demográfica, destaca que teria se produzido um roteiro de desenvolvimento do Terceiro Mundo que “confirmou tanto a superioridade do modo ocidental de vida quanto a sabedoria de exportar práticas ocidentais para as partes presumivelmente menos afortunadas do mundo” (Greenhalgh, 2001, 32).

Independentemente das dimensões enfatizadas por cada autor na análise do processo de sucessivas quedas nas taxas de fecundidade na maior parte dos países, um elemento é comum e em certo sentido consensual: a articulação do fenômeno com uma cultura moderna na qual a idéia de construção individual e as possibilidades de modelar o próprio futuro são pilares fundamentais. Nesse sentido,

outros fenômenos que também refletiriam esses modelos de vida mais individualizados aparecem como concomitantes às taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição: a crescente proporção de domicílios unipessoais (pessoas morando sozinhas) e de casais sem filhos, onde tanto o homem quanto a mulher trabalham. A sigla que vem designando este tipo de arranjo é DINC - duplo ingresso, nenhuma criança.

Barros et al (2008) destacam, a partir de dados comparativos entre as PNADs de 1996 e 2006, que houve um crescimento relativo dos arranjos domiciliares brasileiros (com base na família principal) de tipos unipessoais e casais DINC. O aumento daqueles foi de 8,21% para 11,07% e destes de 13,06% para 15,75%. O quadro geral mostrado pelos autores reflete a sistemática emergência de tipos de família distintos dos tradicionais, uma vez que aquelas tendências são concomitantes à perda de peso relativo da família “casal com filhos” que apresenta uma acentuada diminuição relativa: de 59,71% em 1996 para 51,6% em 2006.

Outro dado interessante trazido pelos autores é o fato de que o grau de instrução da pessoa de referência da família DINC se mostra muito acima da média, mesmo se comparados aos chefes dos casais de dupla renda com filhos. Segundo os autores, estes casais construiriam seu próprio seguro investindo em capital humano, atingindo empregos mais confiáveis e rentáveis e obtendo maior cobertura previdenciária. Vemos nesta estratégia um possível abandono da antiga lógica de filhos como fonte de seguro em caso de adversidades momentâneas ou na velhice dos pais.

Essas tendências, particularmente relevantes nos países desenvolvidos, vem ganhando cada vez mais expressão no cenário brasileiro. Tanto naqueles contextos nos quais essas práticas e valores já se encontram mais amplamente difundidas, quanto nos segmentos da sociedade brasileira como o que temos como foco – os estratos mais escolarizados - esses processos vão redesenhando o cenário no qual as escolhas reprodutivas são definidas por homens e mulheres.

Beck e Beck-Gernsheim (1998) chamam atenção para o fato de que, na contemporaneidade, deixa de ser direta tanto a articulação entre amor e casamento quanto o desejo “natural” dos casados por filhos. Através de uma análise que articula vida produtiva e familiar, os autores destacam que na sociedade altamente

industrializada as pessoas seriam treinadas para realizar de forma constante um comportamento racional que segue regras de competência e carreira: ser rápido, eficiente e disciplinado. Diante disso, o filho representaria o outro “lado natural” no projeto de vida, o contrapeso que se constituiria como esperança ou promessa.

Por outro lado, os autores destacam um novo modelo de decisão no qual a responsabilidade pela descendência prima sobre o desejo de ter filhos. A lista de condições cada vez maior que vai desde postos de trabalho seguros e bons salários até uma preocupação constante e prolongada com a formação escolar refletem uma lógica contraditória na qual por intensa preocupação e zelo se renuncia à descendência<sup>29</sup>. Esses processos resultariam em um movimento em espiral: quanto menos filhos nascem, mais valioso se torna cada um e mais “necessidades básicas” são construídas ao seu redor.

Diversas pesquisas foram produzidas no Brasil no campo da Antropologia nos anos 1980 utilizando a difusão da ideologia individualista como um importante vetor para pensar as dinâmicas familiares em camadas médias urbanas (Salém, 2007; Heilborn, 1984; Duarte, 1983). Em que pesem as distintas articulações que cada uma faz com a teoria de Dumont (1985), é bastante claro o diálogo com o autor como uma obra de referência. Em linhas gerais, sua tese parte do antagonismo entre o holismo, ideologia que marcaria as sociedades tradicionais e hierárquicas e o individualismo, representante da ideologia ocidental moderna. Enquanto a primeira seria marcada pela hierarquia e enfatizaria as relações em detrimento das pessoas, ou a totalidade sobre as partes, a segunda se ordenaria a partir do princípio da igualdade. Tendo como marca um indivíduo moralmente autônomo, essa visão de mundo representaria a sociedade como um empecilho ao exercício pleno da liberdade individual. Nesta perspectiva, o individualismo seria uma marca da modernidade em contraposição ao holismo das sociedades tradicionais. Como teoria geral, o autor não aplica o modelo sugerido a segmentos específicos de uma sociedade, mas reconhece que podem existir no interior de cada nação importantes diferenças sociais e regionais.

A articulação deste modelo teórico com outros autores citados anteriormente, como Therborn e Oliveira, no que tange a explicação do contexto de decisões que

---

<sup>29</sup> Os recentes problemas ambientais também são destacados como elementos importantes nesta nova ética expressa na decisão de não ter filhos.

envolvem a decisão de ter ou não um filho, suscita uma tensão que é observável em outros campos de pesquisa das ciências sociais e que também se faz presente neste debate: o papel diferenciado que cada autor atribui à motivação individual e às construções coletivas. A emergência do individualismo tal qual é analisada por Dumont parece localizar-se mais na segunda dimensão, apesar de produzir ela mesma, mudanças nos valores e práticas que direcionam a motivação de homens e mulheres envolvidos nos processos de reprodução social.

No caso brasileiro são evidentes a coexistência de valores difusos e a circulação de diversas representações familiares e de gênero no mesmo espaço social. Para o presente trabalho, partimos da hipótese de que a própria difusão do individualismo não assume o mesmo significado no grupo de pessoas com nível universitário como um todo. O que de fato parece-nos evidente a partir da vasta produção acadêmica neste campo é que são as camadas médias e, particularmente, os segmentos mais escolarizados da população, os grupos nos quais a ideologia individualista parece ter mais aderência e consolidar um conjunto de práticas e valores mais igualitários<sup>30</sup>. A repercussão disso no campo familiar aponta para modelos familiares menos formais e tradicionais.

Como veremos a seguir, na análise comparativa entre os Censos Demográficos de 1970 e 2000, três dimensões são constantes neste segmento em relação à população total e reafirmam os modelos aqui chamados de menos tradicionais: a alta proporção de indivíduos divorciados (tanto homens quanto mulheres); o peso das mulheres como chefes de domicílio e o menor número de filhos tidos, tomando como indicador a parturição. Nosso objetivo, diante dessas tendências - que não são propriamente novas<sup>31</sup> - é mapear as mudanças internas a este contingente populacional, ou seja, o que há de diferente entre a primeira geração que viu as mulheres invadirem os espaços universitários e as pessoas mais jovens deste mesmo grupo trinta anos depois.

---

<sup>30</sup> Se do ponto de vista das relações que esta ideologia difunde destacam-se construções coletivas que privilegiam ideais de igualdade e autonomia, particularmente no par conjugal, por outro evidencia-se também a produção de hierarquias valorativas das camadas mais abastadas em relação aos segmentos populacionais nos quais esses valores não vigoram como referência.

<sup>31</sup> É bastante recorrente na literatura sobre escolarização e gênero a menção sobre os diferenciais em questão.

## **2. Rupturas e continuidades no campo familiar: uma análise dos dados censitários**

Do mesmo modo que no campo do trabalho, também nas dinâmicas familiares os diferenciais internos ao grupo de mulheres com nível universitário ao longo do tempo não foram mapeados. Existe uma idéia comumente difundida – e demonstrada por ampla literatura – de que quanto maior a escolarização, menos conservadores e tradicionais seriam os comportamentos no âmbito familiar. Contudo, resta ainda a questão de como este segmento de alta escolaridade se comportou ao longo do tempo enquanto grupo: as tendências convergem numa mesma direção? Ao longo dos trinta anos que a pesquisa abarca houve uma difusão das práticas e valores, já correntes neste grupo nos anos 1970, na sociedade brasileira como um todo. A expansão do ideário individualista e a menor resistência social aos comportamentos que anteriormente eram distintivos deste segmento podem ter direcionado mudanças importantes em relação ao período inicial que temos como marco. Isso porque mais ampla aceitação das representações que circulam nesta camada fazem com que não se configure uma ruptura tão radical com o que se concebe como “tradicional” neste campo familiar. Esse quadro - no qual os comportamentos deste segmento passam a ser menos distintivos de uma camada mais privilegiada da sociedade e ganham maior aceitação nos anos 2000 - cria um contexto marcado menos por rupturas e mais por re-significações do que sejam o lugar feminino na família, a situação conjugal e nos comportamentos reprodutivos. Analisamos estas três variáveis comparativamente entre os Censos Demográficos de 1970 e 2000. Em relação às duas primeiras é possível uma análise comparativa com a população masculina de mesma escolaridade. Na última, contudo, a informação é restrita apenas a mulheres, razão pela qual analisamos estritamente o contingente feminino.

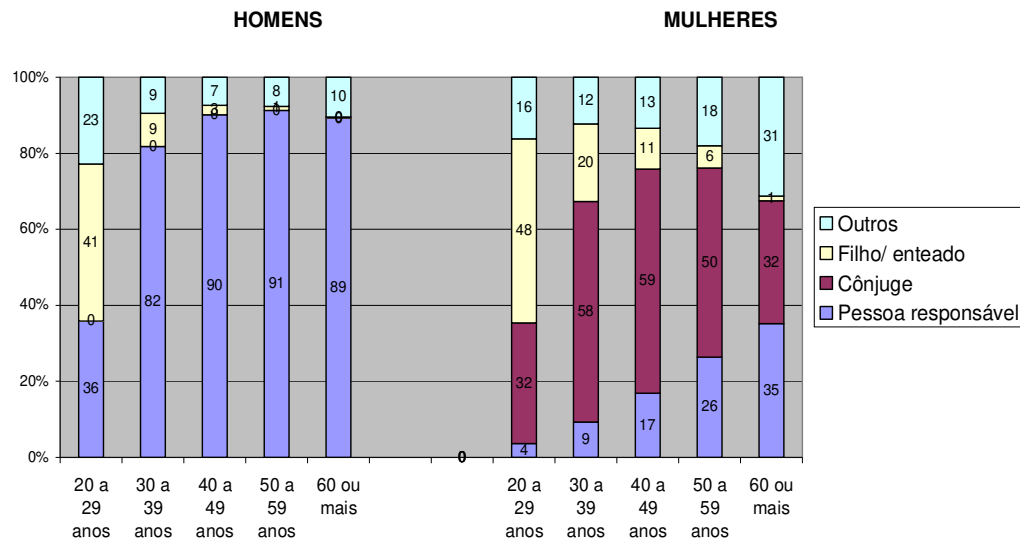
Uma vez que as três variáveis são diretamente articuladas ao ciclo de vida, trabalhamos de forma constantemente articulada aos grupos etários, o que por vezes possibilitou uma análise que se aproxima da comparação de coortes sintéticas. Ou seja, a interpretação de que a dinâmica assistida na idade subsequente pode ser pensada como a tendência futura dos grupos mais jovens. Particularmente no campo da família esta suposição pode ser problemática em função da rapidez com a qual se observam as mudanças ao longo do tempo em cada geração. Diante disso, realizamos análises que partem tanto dos grupos etários como isolados e independentes entre si,

quanto deste exercício que os enxerga como reflexo de um ciclo de vida no período em questão.

Por trabalharmos com uma população restrita, particularmente no Censo Demográfico de 1970, consideramos mais prudente não cruzar mais que duas variáveis. Isso fez com cada variável fosse vista apenas em relação à distribuição etária e não cruzássemos as três variáveis analisadas entre si. Na medida do possível, sinalizamos estes entrecruzamentos analíticos nas próprias interpretações dos gráficos e tabelas.

Gráfico 3.1

**População de nível universitário por grupos etários e segundo a condição na família (Brasil 1970)**



Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1970. Elaboração própria.

A realidade expressa no gráfico, mesmo restrita ao segmento mais escolarizado da população brasileira, reflete identidades femininas e masculinas articuladas ao campo da família bastante diferenciadas nos anos 1970. Com exceção do primeiro grupo etário, a ampla maioria da população masculina é categorizada

como chefe - forma como era captada a variável no período em questão<sup>32</sup> – na família que compõem. A inexistência da categoria “cônjuge” no caso dos homens em todos os grupos etários e o altíssimo peso desta categoria para as mulheres de forma constante mostra a relação direta entre presença masculina e chefia. Poderíamos interpretar, diante disso, a categoria “chefe” no caso das mulheres como um segmento que necessariamente vive fora da casa dos pais e sem companheiro. No entanto, a tendência é que este contingente passe a ser composto, nos grupos etários mais velhos, não apenas por mulheres solteiras mas também por separadas e viúvas – daí o aumento sucessivo do peso relativo desta categoria.

Além da baixa proporção de mulheres responsáveis, outro dado interessante que o gráfico traz é o alto peso relativo da categoria “filha” no caso das mulheres. A permanência desta alta proporção mesmo nos grupos etários mais velhos (comparação em relação aos homens) mostra que era comum a permanência das mulheres na casa dos pais quando não se casavam. Ou seja, a autonomia em relação à família de origem era assegurada em maior medida pelo marido que por um projeto individual. Isso se reflete no fato de apenas a partir do grupo etário de 40 a 49 anos a categoria “chefe” assumir maior peso relativo que a categoria “filha”. Chamemos a atenção para o fato de que neste grupo etário já não é incomum terem morrido os pais, o que consolidaria não um movimento de independência em relação ao núcleo de origem mas uma realidade sobre a qual não teria havido opção.

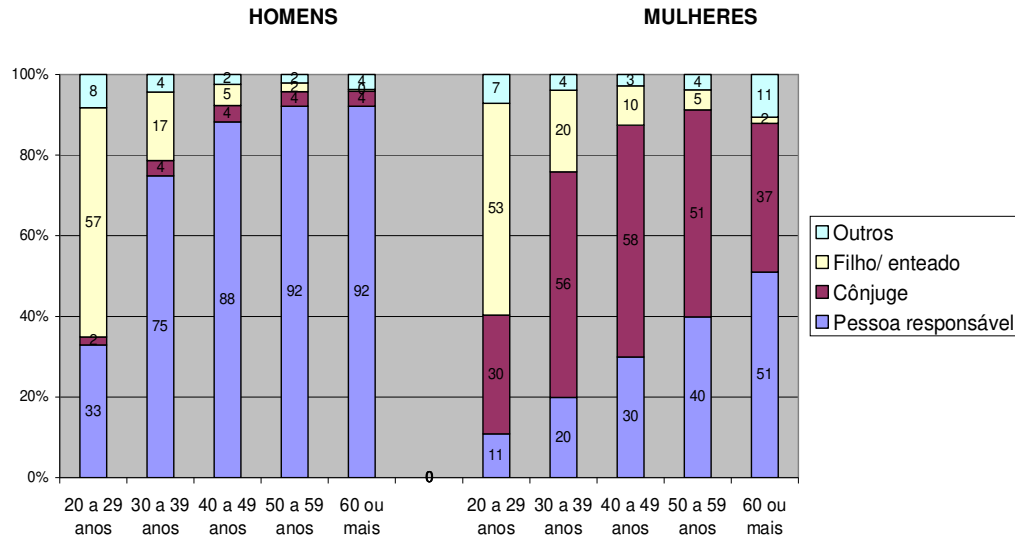
Mello (2006) faz uma análise comparativa segundo sexo das idades medianas de alguns eventos de transição para a vida adulta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1970. Apesar de trabalhar com a população como um todo, a autora também reconhece o casamento como principal razão pela qual as mulheres saem de casa mais cedo que os homens. A partir de dados do Censo Demográfico de 1970 ela mostra que enquanto os homens apresentavam uma mediana 23,8 anos ao saírem de casa, as mulheres tinham como mediana a idade de 21, 6 anos. Essa diferença ocorreria porque, além das mulheres se casarem mais jovens (geralmente com homens um pouco mais velhos), uma parcela dos homens saía mais tarde e ainda moraria sozinho antes de formar uma nova família.

---

<sup>32</sup> Em 2000 esta categoria passa a ser captada como “pessoa de referência”.

Gráfico 3.2

**Distribuição das pessoas de nível universitário por grupos etários e segundo a condição na família (Brasil 2000)**



Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 2000. Elaboração própria.

Os gráficos construídos a partir do Censo de 2000 mostram uma realidade ainda distinta entre homens e mulheres, mas evidencia diferenciações importantes em relação ao Censo de 1970. Aumenta substancialmente a proporção de mulheres responsáveis em todos os grupos etários e uma proporção ainda que reduzida de homens cônjuges começa a aparecer<sup>33</sup>, o que sugere que a presença de um marido deixa de ser necessariamente sinônimo da situação na qual a mulher é “cônjuge”. No entanto, o peso desta categoria ainda é bastante elevado na população feminina em todos os grupos etários. Um dado bastante interessante que o gráfico traz é a maior permanência dos homens na casa dos pais no grupo etário de 20 a 29 anos. Esse diferencial mostra que se é verdade que esta nova geração é marcada pelo fenômeno da extensão da transição para a vida adulta, o processo parece ser mais acentuado no caso da população masculina.

<sup>33</sup>Parte desta mudança pode ser reflexo da nova forma como passa a ser formulada a pergunta a partir do Censo 2000: anteriormente era “chefe” e passa a ser “responsável”, termo menos masculinizado.



Um dado interessante trazido por Vieira (2008) é que existe um quadro contrastante entre mulheres de alta e baixa renda em relação à transição para a vida adulta no Brasil. A partir de dados censitários a autora destaca que tanto na saída da casa dos pais quanto na união conjugal e maternidade há um rejuvenescimento da idade mediana na qual estes fenômenos ocorreriam de 1970 para 2000 na população feminina de baixa renda. Paralelamente, teria havido um adiamento de todas essas idades medianas para as mulheres de alta renda domiciliar *per capita*. Em relação aos homens de estrato de renda também alto os diferenciais mostram que, de fato, estes saem da casa dos pais mais tarde que as mulheres tanto em 1970 quanto em 2000, sendo praticamente igual a diferença nos dois momentos. Enquanto em 1970 a idade mediana na qual as mulheres de alta renda saíam de casa era 23,39 anos e a dos homens era 25,76 anos, em 2000 aquelas passam a apresentar como idade mediana 24,75 anos e estes 27,05 anos.

As mudanças no comportamento da variável “condição na família” são diretamente articuladas, tanto no caso dos homens quanto no das mulheres, pelos ciclos de vida e pelo modo como se estruturam os planos em torno do casamento. A seguir analisamos para os dois Censos Demográficos a variável “situação conjugal”, que reforça algumas das tendências apontadas anteriormente. Todas as categorias que envolviam situações de separação e casamento foram unificadas para fins de melhor visualização das tendências, já que nos trinta anos que a pesquisa abarca houve importantes mudanças na legislação que fizeram com que as distintas situações se aproximassem do ponto de vista legal<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Na categoria dos casados agrupamos casais que fossem unidos legal e/ ou religiosamente bem como homens e mulheres que viviam juntos em união estável mas não eram casados legalmente. A legislação brasileira reconhece desde 1996 os mesmos direitos e deveres que os casados legalmente aos casais nesta condição desde que: seja uma união duradoura (mínimo 3 anos); pública; contínua e com o objetivo de construir uma família. Na categoria separados agregamos os desquitados e divorciados. No Censo de 1970 a primeira categoria ainda aparecia porque a Lei do Divórcio só foi aprovada em 1977, passando a reconhecer o direito dos indivíduos divorciados de se casar novamente.

Tabela 3.1 - Distribuição da população de nível universitário por sexo, grupos etários e situação conjugal

1970											
	HOMENS					MULHERES					
	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	
Solteiro	68,7	20,3	10,7	9,6	8,7	Solteira	65,8	36,6	29,6	29,2	24,8
Casado	30,6	77,8	86,0	85,8	79,6	Casada	33,0	59,1	60,3	51,2	33,4
Separado	0,6	1,7	2,7	3,0	3,7	Separada	1,0	3,2	6,0	6,9	6,2
Viúvo	0,1	0,2	0,6	1,5	8,0	Viúva	0,2	1,1	4,1	12,6	35,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

2000											
	HOMENS					MULHERES					
	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	
Solteiro	76,1	31,9	13,3	8,0	6,8	Solteira	68,0	34,5	24,0	22,0	23,8
Casado	22,8	62,3	75,2	78,1	78,1	Casada	29,7	56,2	58,8	54,9	40,1
Separado	1,1	5,6	10,9	12,4	8,6	Separada	2,2	8,5	14,3	15,2	9,8
Viúvo	0,0	0,1	0,6	1,5	6,5	Viúva	0,1	0,9	2,8	7,9	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria. Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 2000

Alguns elementos são comuns nas distribuições encontradas nos dois Censos Demográficos em relação às distribuições de homens e mulheres. Dentre eles destacam-se: a maior proporção de mulheres solteiras em todos os grupos etários, com exceção de 20 a 29; a maior proporção de homens casados em todos os grupos etários com exceção de 20 a 29; a maior proporção de viúvas em todos os grupos etários, diferença que se acentua no grupo 60 anos ou mais e reflete a maior expectativa de vida feminina; a maior proporção de separadas em todos os grupos etários. Em relação a esta última categoria, destacaríamos que a variável capta a situação no momento do Censo, ou seja, o homem categorizado como casado pode estar no segundo casamento. Esse dado pode sugerir uma menor incidência de recasamentos no caso do contingente feminino. Vários estudos apontam esta tendência como um elemento encontrado em distintos estratos de escolaridade (Berquó, 1992).

Marcondes (2008) também constata esse padrão de maior índice de recasamentos na população masculina, geralmente com mulheres solteiras, a partir de pesquisa desenvolvida com dados do registro civil. Segundo a autora, entre os recasamentos formais realizados no país, as maiores proporções encontram-se na combinação de pessoas divorciadas com pessoas solteiras. Esta modalidade de casamento representaria mais de 70% dos recasamentos. Seus dados mostram que, no caso brasileiro, a união de um homem divorciado com mulher solteira chegou a 44,4% dos registros de casamentos de divorciados e viúvos realizados no ano de 2006.

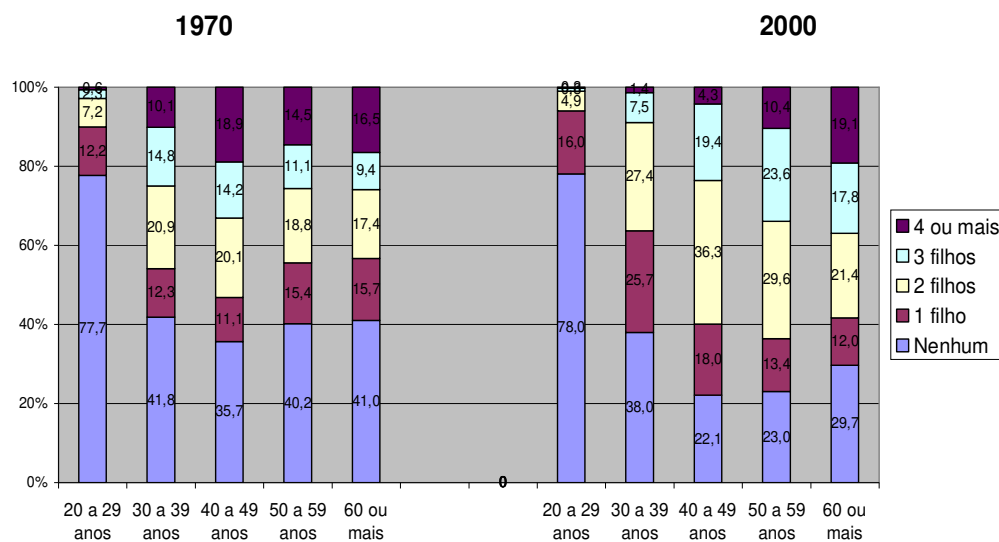
Em relação às principais mudanças do Censo Demográfico de 1970 para o de 2000 diversas dimensões chamam atenção. Há um intenso aumento do peso relativo da categoria “solteiro” entre homens de 20 a 29 e 30 a 39 anos - o que reitera a hipótese proposta anteriormente de que a extensão da transição para a vida adulta seria um fenômeno que, entre os mais escolarizados, estaria expresso com mais intensidade na população masculina. Tanto entre homens quanto entre mulheres há uma diminuição na proporção de casados em todos os grupos etários - fenômeno que possivelmente está articulado ao aumento do peso relativo da categoria dos “separados” também em todas as idades. É interessante perceber que enquanto o peso dos “viúvos” homens permanece praticamente o mesmo ao longo do período, no caso das mulheres há uma queda nesta proporção em todos os grupos etários. Isso pode sugerir que os diferenciais de idade entre cônjuges esteja diminuindo neste grupo ao longo do tempo.

O quadro traçado sugere que as mudanças mais intensas ocorreram internamente nos contingentes feminino e masculino, sendo menos expressivas nos diferenciais por sexo nos processos em questão. Em linhas gerais poderíamos dizer que, entre a população de nível universitário, os homens demoram mais a se casar mas, quando o fazem, este fenômeno é mais amplamente compartilhado pela população masculina. As proporções diferenciadas na população de separados sugere que as mulheres se casam e recasam menos.

A hipótese fundamental que este dado sugere é que a educação e seus conseqüentes benefícios, seja na inserção laboral, seja no campo da nupcialidade, convertem-se em recursos de forma diferenciada para homens e mulheres. Enquanto para os homens ampliam-se as chances de encontrar uma companheira ao longo do ciclo de vida, as mulheres diminuem esta probabilidade conforme vão ficando mais velhas. É importante salientar que diferentemente do que sugerem diversas matérias divulgadas na imprensa, esta correlação não permite atribuir causalidade ao fenômeno. Ou seja, não se sabe se o vetor é a maior seletividade da população feminina mais escolarizada ou, de fato, um desejo deliberado da população masculina em ter companheiras menos escolarizadas.

Gráfico 3.3

**Distribuição das mulheres de nível universitário por grupos etários e segundo a parturição - Brasil**



Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 2000. Elaboração própria

O quadro comparativo entre as parturições deste segmento mais escolarizado no início e no final do período analisado mostram diferenciações fundamentais para a análise que pretendemos empreender. A primeira geração de mulheres universitárias é marcada por uma realidade dicotômica, que se reflete na alta proporção da população com “nenhum filho” concomitante às parturições a partir de 3 filhos. Por outro lado, o quadro encontrado no ano de 2000 revela uma ampla maioria das mulheres concentradas entre 1 e 2 filhos, sugerindo ter havido uma homogeneização do comportamento reprodutivo neste segmento<sup>35</sup>. Se por um lado as grandes proles passam a ser raras, por outro diminui também a proporção de mulheres que chega ao final do ciclo reprodutivo sem ter vivenciado a experiência da maternidade<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> O processo de homogeneização no número de filhos é percebido na população feminina como um todo mas no grupo em questão essa convergência é observada em patamares mais baixos.

<sup>36</sup> Uma dimensão importante a ser destacada é que o acesso ao curso universitário foi bastante ampliado ao longo dos trinta anos em questão, o que resulta em um perfil sócio-econômico diferenciado das mulheres em questão. Em 1970 o contingente analisado, além de proporcionalmente muito menor na população brasileira, representava um segmento mais destacado de elite. Isso confere singularidades e diferenciações em relação a população feminina total muito maiores naquele momento que nos anos 2000.

Essa mudança importante pode ser reflexo, tanto de dinâmicas menos centradas no casamento, quanto de experiências que melhor conjugam os planos profissionais e os projetos reprodutivos. Uma dimensão central nesse sentido é a postergação da maternidade, que se reflete na queda do contingente “sem filhos” a partir do grupo etário 30 a 39 anos (este padrão já existe em 1970, mas se acentua em 2000). A espera pelo momento ideal de concretização do projeto reprodutivo, no entanto, pode resultar na consolidação de proles mais reduzidas que o projeto inicial. Em termos de dinâmica reprodutiva final, esse dado é bastante importante pois sugere que as taxas de fecundidade total neste grupo, que sempre foram bastante baixas, estariam diminuindo ainda mais ao longo do tempo. Ou seja, se já era verdade que em 1970 este era o segmento da sociedade brasileira que menos se reproduzia, nos anos 2000 ele passa a se reproduzir ainda menos.

Alves (2007) mostra que de fato a Taxa Total de Fecundidade que já era baixa no segmento de mulheres que ao menos iniciou o ensino universitário (12 anos ou mais) em 1996 (1,5 filhos por mulher), declina ainda mais, chegando ao baixíssimo patamar de 1 filho por mulher em 2006. Este dado sugere que entre as mulheres que chegam a completar o curso superior, que temos como foco (15 anos ou mais de estudo), a taxa seja ainda mais baixa<sup>37</sup>. A partir de dados da PNDS o autor faz uma análise comparativa na evolução deste indicador em outros estratos educacionais. A tabela 3.2 a seguir ilustra estes diferenciais.

---

<sup>37</sup> Dias (2008) analisa as dinâmicas reprodutivas a partir do grupo ocupacional a que pertencem as mulheres a partir de dados do Censo Demográfico 2000. Em relação ao contingente de nível universitário, um de seus grupos de análise, o autor encontra para as mulheres entre 30 e 34 anos a Taxa de Fecundidade Total de 1,2 filhos.

Tabela 3.2 - Taxa de Fecundidade Total (TFT) para o Brasil segundo anos de estudo da mulher - 1996 e 2006

	1996	2006
Nenhum	5	4,2
1 a 3 anos	3,6	2,8
4 anos	3	2,8
5 a 8 anos	2,4	2,1
9 a 11 anos	1,7	1,6
12 anos ou mais	1,5	1

Fonte: Alves, José E.D. 2008. PNDS 96/06

Neste curto período de dez anos que a análise comparativa da PNDS contempla, vemos que o decínio da Taxa de Fecundidade Total no segmento mais escolarizado é o terceiro mais expressivo, ficando abaixo apenas dos dois segmentos menos escolarizados de mulheres. Este dado é bastante simbólico se levarmos em conta que o grupo com 12 anos ou mais de estudo já apresentava uma taxa bastante abaixo do nível de reposição em 1996. Ou seja, mesmo apresentando níveis muito baixos, essas taxas ainda não se estabilizaram completamente, podendo declinar ainda mais. Entre os grupos intermediários fica claro que o fenômeno das Taxas de Fecundidade abaixo do nível de reposição já é uma realidade não apenas entre as mulheres mais escolarizadas da população brasileira.

Segundo dados do relatório da PNDS de 2006, a idade mediana ao nascimento do primeiro filho entre mulheres com 12 ou mais anos de estudo é 26 anos<sup>38</sup>. Esse dado sugere que uma ampla maioria das mulheres deste segmento tenha filhos antes dos trinta anos, o que de certo modo é surpreendente diante da literatura que reitera a postergação deste evento nos segmentos mais escolarizados. Possivelmente a idade no grupo que temos como foco (15 anos ou mais) seja mais elevada. Já a descendência média final foi de 1,4 filhos por mulher. As diferenciações observadas entre esta medida e a Taxa de Fecundidade Total refletem

<sup>38</sup> No estrato educacional anterior, 9 a 11 anos de estudo, a idade mediana das mulheres ao nascimento do primeiro filho é 23 anos.

a rapidez das mudanças em curso e a importância de se trabalhar com dados por coorte.

Em termos de análise comparativa das tendências a partir dos anos 1970 entre segmentos educacionais, as intensas quedas das taxas de fecundidade pelas quais passaram outros segmentos de mulheres no Brasil nas últimas décadas apontam para uma tendência de aproximação de seus comportamentos reprodutivos com o padrão consolidado historicamente pelas mulheres de nível universitário. Simões (2006) analisa, a partir de dados dos Censos Demográficos (mesma base que utilizamos na presente tese), os diferenciais nas Taxas de Fecundidade Total entre mulheres brasileiras em idade fértil. Os estratos educacionais trabalhados pelo autor são “até 3 anos de estudo” e o grupo com “8 anos ou mais”, e apontam para um processo de convergência ocorrido na sociedade brasileira no período recente. O autor mostra que enquanto em 1970 a diferença era de 4,5 filhos, em 2000 ela alcança o patamar de apenas 1,8 filhos. Essa média nacional reflete uma variação da Taxa de Fecundidade Total de 3,46 no estrato pior escolarizado até 1,65 no estrato melhor escolarizado. Por outro lado, é destacada a importância da heterogeneidade que permeia o território nacional.

Diante desse quadro, vemos que houve uma difusão dos comportamentos reprodutivos consolidados historicamente até os anos 1970 como particulares do grupo de mulheres mais escolarizadas para o universo mais amplo da população feminina. Por vezes as sucessivas quedas nas Taxas de Fecundidade Total são analisadas de forma articulada ao intenso processo de escolarização pelo qual passou a população feminina na história brasileira recente. Nesse sentido, é importante destacar que foi entre os estratos menos escolarizados que se assistiu às maiores quedas nas últimas décadas, o que problematiza mais uma vez a utilização de modelos explicativos unidirecionais, que concebem os efeitos de uma variável de forma constante na estrutura de escolhas dos diferentes grupos e em diferentes momentos históricos. Em relação às mudanças internas ao próprio contingente que temos como foco, vemos que, se por um lado houve uma queda nas Taxas de Fecundidade que já eram baixas, por outro, a proporção de mulheres que chegam ao fim do ciclo reprodutivo tendo vivenciado a experiência da maternidade aumenta no tempo.

## Considerações Finais

A literatura da qual partimos para a análise dos dados censitários procurou fundamentalmente evidenciar as diversas representações que circulam em nossa sociedade acerca das identidades femininas no campo familiar. Aparece de forma bastante clara nesta produção clássica sobre infância, maternidade e o próprio processo de queda das taxas de fecundidade o quanto as mulheres de nível universitário são um segmento que personifica a emergência do *ethos* individualista e das próprias conquistas femininas recentes em termos de presença no mundo público. Em linhas gerais, poderíamos dizer que elas foram “pioneiras” de valores e práticas que atualmente já se encontram mais amplamente difundidos em nossa sociedade.

Ao longo das três décadas que marcam nosso período de análise o próprio significado do diploma universitário mudou bastante na sociedade brasileira. Se nos anos 1970 ele representava em si uma ruptura com o modelo feminino restrito às obrigações familiares e a entrada em um reduto tradicionalmente masculino, em 2000 ele já é bastante valorizado como projeto no campo de escolhas das mulheres – fato que se reflete tanto na maioria feminina nas coortes de recém-formados em 2000 quanto na abertura do leque de carreiras nas quais as mulheres têm maior peso no conjunto de formados (Guedes, 2007). Essa diferenciação marca a geração de 1970 como mulheres que vivenciavam a dicotomia entre vida pública e vida familiar de forma mais acentuada que a geração de 2000. Isso porque os direitos e deveres, os próprios papéis socialmente construídos como masculinos e femininos dentro da família se redesenharam, ganhando uma fluidez que atinge também esse segmento que já relativizava com maior facilidade as identidades de gênero naquele primeiro momento.

Isso se reflete nos dados analisados. Nas três variáveis em questão vemos contradições que espelham o próprio processo de mudança social. Nas variáveis “lugar na família” e “estado conjugal”, cuja comparação com a população masculina de mesmo nível educacional é possível, vemos que as diferenças nas distribuições são muito mais acentuadas para as mulheres de um Censo para o outro. No primeiro caso é destacado o aumento de peso relativo da categoria “chefe” em todos os grupos etários, mas a categoria cônjuge mantém um peso relativo muito próximo ao Censo



anterior. No segundo, vemos que a proporção de solteiras aumenta ligeiramente, mas esta tendência é acompanhada do aumento das divorciadas. Ou seja, esse segmento de mulheres casa-se mais e separa-se mais em 2000. Em relação à parturição é clara a homogeneização em torno do filho único/ dois filhos. Se por um lado se tornam raras as mulheres com mais de dois filhos, por outro, a proporção que chega ao fim do ciclo reprodutivo sem filhos também diminui.

Esse quadro relativiza a idéia comumente difundida de que a alta escolarização feminina responda por valores menos orientados para a família. O processo em curso parece apontar mais na direção de uma re-significação das representações tradicionais do que uma negação do casamento ou da maternidade. Parece-nos que, cada vez mais, as vivências neste campo familiar são negociadas com outras esferas da vida social, deixando de ocupar o lugar de prioridade absoluta que tinham até pouco tempo atrás.

## CAPÍTULO IV

### MULHERES DE ALTA ESCOLARIDADE: REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE MATERNIDADE E MUNDO DO TRABALHO

“A cultura acumula dualismos como armas que podem ser buscadas, afiadas e repostas. Velhas opressões armazenadas como dualismos facilitam e abrem caminho para novas opressões”.

Val Plumwood, 1993<sup>39</sup>.

A literatura clássica sobre gênero e mercado de trabalho costuma pensar a maternidade como uma etapa de grandes empecilhos à participação e rendimento das mulheres no campo produtivo. O caso das mulheres de nível universitário mostra que estas esferas da vida social nem sempre estão diretamente contrapostas, sendo o momento em que nasce o filho mais determinante do que propriamente ter ou não filhos para o rendimento da mulher trabalhadora pertencente a este segmento.

O presente capítulo constrói esta constatação a partir de dados comparativos entre os Censos de 1991 e 2000<sup>40</sup> para este grupo educacional específico, nos quais a distribuição em estratos de renda é substancialmente distinta dependendo do número de filhos tidos (parturição) e do grupo etário em questão.

Este dado, por um lado, relativiza a idéia de que existe uma relação negativa e constante entre altos rendimentos e filhos e, por outro, demonstra a impossibilidade de se falar de representações femininas uniformemente estruturadas em torno da maternidade. Nesse sentido, destacaríamos a contribuição do pensamento social mais amplo à teoria demográfica ao expandir a análise para além da esfera econômica

---

<sup>39</sup>Plumwood, Val. *Feminism and the mastery of nature*. Nova Iorque, Routledge, 1993, p.43.

<sup>40</sup>A comparabilidade neste capítulo deixou de ser o Censo de 1970 porque a forma como é investigada a variável renda neste e no Censo seguinte (1980) é com estratos rígidos e pré-estabelecidos, o que nos impede de realizar os cruzamentos a que nos propomos. A mudança metodológica, implementada a partir de 1991, torna possível um olhar comparativo.

através da afirmação e exploração de outras racionalidades em jogo no processo reprodutivo.

O enfoque proposto, para além de pensar a realidade do segmento de mulheres com nível universitário a partir de seu crescente peso na população brasileira, busca refletir acerca das recentes mudanças no plano das relações de gênero que este contingente corporifica.

### **1. Maternidade e mundo do trabalho: campos contrapostos?**

Um dos dualismos fundamentais da nossa cultura é o binômio produção/reprodução. Encarados como pólos opostos no universo social, o primeiro estaria relacionado à esfera da razão (cultura) e o segundo à esfera da natureza. Essa construção fundamental implica em alocar de forma quase automática a produção no campo simbólico masculino e a reprodução no campo simbólico feminino.

De fato essa delimitação rígida marcou historicamente o pensamento social moderno. As recentes mudanças no plano das relações de gênero estariam pondo em cheque estes limites rígidos e tornando mais fluidas as fronteiras que separariam estes dualismos na própria teoria social. Na realidade, como aponta Fausto-Sterling (2001), no uso cotidiano estes conjuntos de associações andam juntos e sua utilização em forma de dualidades tornariam invisíveis as interdependências de cada par.

Na teoria de gênero não é propriamente novo falar em masculino e feminino como campos simbólicos inter-relacionados ou aludir ao caráter eminentemente relacional das situações vividas por homens e mulheres nas distintas sociedades. Scott (1998) discute bem esta perspectiva e o (novo) papel da história diante dela: “O universal implica uma comparação com o específico ou particular (...). Mas essas comparações são mais freqüentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado” (Scott, 1998, p.77).

Se na perspectiva desta discussão conceitual mais ampla de gênero muito já se avançou na direção de importantes relativizações e até mesmo de

problematizações de um pensamento dual, pouco tem sido explorado em relação aos dualismos que se desdobram a partir do par fundamental cultura/ natureza. Ou seja, nos parece que a discussão é bastante centrada no primeiro eixo, quando em realidade também os elementos constituintes do chamado “natural” seriam cultural e historicamente construídos.

Nesse contexto a relação entre produção e reprodução, ou maternidade e mundo do trabalho através de um olhar mais centrado na vida cotidiana das mulheres, naturaliza ambos como campos mutuamente excludentes. Isso resulta em um tipo de pensamento que articula diretamente à maternidade tal qual foi vivenciada até recentemente como um elemento constante na vida social. Ou seja, converte as representações que cercaram a idéia do que é ser mãe historicamente - e os prejuízos que estas construções representam ao tipo de participação feminina na vida pública e mais particularmente na inserção laboral das mulheres - como “conseqüências naturais”.

Esse olhar reitera o mundo do trabalho como o espaço por excelência masculino e transforma a diferença biológica em imperativo de uma desigualdade estrutural. Louro (1997) chama atenção para importantes distinções conceituais implícitas nestas noções de diferença e desigualdade. Enquanto aquela apóia a alteridade com que sempre se estruturou a história e é determinada por relações de poder que definem quem é a referência, esta é um conceito político, posto em contraposição à idéia de igualdade entendida como “diferentes equivalentes”. Nesse sentido, a autora propõe que os estudos feministas fujam do dilema “diferença ou igualdade”, uma vez que a igualdade entre idênticos não necessita ser afirmada, ela justamente é acionada para reivindicar que sujeitos diferentes sejam considerados não como idênticos mas como equivalentes.

Essa idéia é particularmente fecunda no campo dos estudos sobre a maternidade e seus embates sobre o mercado de trabalho uma vez que a questão fundamental posta, particularmente para as camadas mais altas da sociedade brasileira, é que o trabalhador homem sem qualquer tipo de envolvimento com o trabalho reprodutivo é a referência na ampla maioria das empresas. Ao naturalizar essa lógica que invisibiliza o trabalho historicamente desenvolvido pelas mulheres, os trabalhadores mais jovens (homens e mulheres) incorporariam um estilo de vida para o qual não há claramente espaço para a um investimento no projeto reprodutivo.

A naturalização da idéia de que os filhos atrapalham o desempenho no mundo do trabalho faz com que o projeto seja freqüentemente encarado como secundário, plano a ser concretizado apenas em “condições ideais”. Não pretendemos a partir desta perspectiva naturalizar o desejo por filhos mas apenas salientar que existe por parte desta camada social um claro constrangimento: o investimento na carreira necessariamente é visto como prioridade, fonte por excelência de auto-afirmação e identidade. Esses atributos anteriormente restritos à esfera masculina, cada vez mais estariam adentrando o campo de valores das mulheres.

A representação deste processo como uma “masculinização” das mulheres, por outro lado, reflete o quanto as identidades de gênero estão cristalizadas e naturalizadas em ambos os campos da vida social. Isso porque as mudanças em curso apontam para rupturas importantes, que abrem caminho para perspectivas mais politizadas da categoria gênero – neste caso instauradora de questões epistemológicas que ultrapassam os estudos de mulher ou sobre mulheres. Este uso já vem sendo empregado em várias áreas e traz a reflexão deste campo para o centro do debate acerca da própria história do pensamento. Nos termos propostos por Scott (1994), a diferença sexual não seria a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância. O que de fato existe seria uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.

Tal qual no caso da História, como destaca a referida autora, também no campo disciplinar demográfico, ao aceitarmos que as mulheres teriam características inerentes e identidades objetivas consistentes e predizivelmente diferentes das masculinas, estaríamos reiterando a idéia de que a diferença sexual é um fenômeno natural e não social. A incorporação de visões sobre o que constitui a experiência masculina e feminina partiria de definições normativas pré-existentes. Nesse sentido, fica mais evidente a política que esta perspectiva engendra e o quanto a reflexão de gênero está intimamente ligada à discussão epistemológica do campo disciplinar.

Concomitantemente a este quadro, fortalecido também pela ideologia de uma sociedade que viveu o fantasma da explosão demográfica<sup>41</sup>, há entre as camadas médias e altas uma representação de que ter filhos, particularmente se os pais são jovens, seja reflexo de ignorância ou falta de projeto individual. Esse olhar é em

---

<sup>41</sup>Mesmo nos anos 1980, quando as Taxas de Fecundidade Total já haviam caído substancialmente, ainda era bastante difundido no discurso da mídia e da opinião pública a idéia de que a população brasileira crescia descontroladamente.

parte reiterado através da alteridade acionada por pesquisadores de classe média ao analisarem representações e práticas cotidianas distintas das suas. Como destaca Fonseca (1995), a naturalização do modelo da camada média como referência, converte as experiências reprodutivas dos estratos sociais mais baixos, para os quais os filhos não são cercados de tantos condicionantes, em exóticas e problemáticas.

A questão central, a partir de lógicas tão distintas que coexistem no mesmo tempo e espaço social, seria a forma como novos tipos de representações que cercam a maternidade vem sendo cunhadas e suas repercussões sobre as relações traçadas pelas mulheres no mundo do trabalho.

No campo do pensamento econômico, Melo e Serrano (1997) fazem um balanço de diversas correntes e o tipo de desdobramento diferenciado através do qual cada uma pensa o papel historicamente feminino. Em relação à visão neoclássica - que norteia também diversos pressupostos da teoria demográfica no campo da fecundidade - os autores afirmam que a idéia fundamental seria a de que, num mercado ideal, os agentes fariam suas escolhas de acordo com o princípio da maximização e plena informação, o que levaria a resultados eficientes na alocação de recursos. Os autores apontam a incongruência deste tipo de premissa quando se analisa o trabalho doméstico a partir de duas dimensões. A primeira seria a constatação de que as mulheres, ao realizarem este tipo de tarefa, não estariam se comportando tal qual uma empresa capitalista. A segunda seria a noção de que a maternidade jamais poderia ser analisada a partir da idéia de otimização com base em seu individualismo e utilitarismo.

Em síntese, a articulação maternidade e mundo do trabalho abarca dois planos analíticos distintos: enquanto o primeiro é regido por práticas e valores não passíveis de uma análise microeconômica, em relação ao segundo é verdade que os princípios de otimização e racionalidade econômica em grande parte regem as relações neste campo. No entanto, ao aplicarmos a idéia do consumidor racional às decisões que permeiam a vida reprodutiva, reproduzimos um tipo de análise automatizada e englobante que perde de vista uma ampla gama de questões que apontam novas relações entre ambos, visíveis mesmo na análise estritamente quantitativa.

## **2. Mulheres de nível universitário: impactos diferenciados da presença de filhos sobre os rendimentos articuladas ao ciclo de vida**

Uma das principais questões que se apresentavam no momento em que analisamos os lentos avanços das mulheres de nível universitário rumo a melhores postos de trabalho era em que medida a presença de filhos explicava um pior rendimento por elas auferido, comparativamente aos homens. A fim de enxergar essa relação, pretendemos, no presente tópico, fazer uma breve análise que cruze nossos campos de leitura: número de filhos tidos (parturição), condição na família e salário. Para tanto, dissecamos o grupo de nível universitário (o que também isola a variável escolarização) a fim de enxergar em que medida de fato as mulheres mais bem sucedidas dentro deste contingente (maiores salários) têm menos filhos. Através desta perspectiva busca-se avançar na compreensão da clássica dicotomia trabalho produtivo versus reprodutivo, ou seja, se na prática as duas dimensões da vida social estão dissociadas e se houve mudanças ao longo da década de 1990<sup>42</sup>.

Para tanto, o olhar geracional é de suma importância já que todas as variáveis com as quais pretende-se trabalhar - o lugar na família, a parturição e os níveis salariais - são profundamente influenciados pela idade da mulher, ou seja, estão diretamente ligadas ao momento de vida no qual ela se encontra quando o levantamento censitário é realizado.

Pretendemos destacar, no entanto, que analisaremos as tendências e padrões de cada Censo Demográfico separadamente, como uma fotografia no tempo. Esse procedimento previne qualquer comparabilidade entre grupos etários em 1991 com outros, dez anos mais velhos, no Censo de 2000. Desse modo, partimos da idéia de que a coorte seria o grupo etário de dez anos somente em um Censo determinado. A metodologia censitária permite a interpretação de que um grupo etário seja tomado como o mesmo dez anos mais velho no Censo seguinte. Evitamos, contudo, partir deste tipo de pressuposto por estarmos trabalhando com um segmento muito

---

<sup>42</sup> Como já apontamos anteriormente, trabalharemos apenas com os Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2000. Isso porque os Censos de 1970 e 1980 apresentam uma estratificação salarial rígida e pré-estabelecida, o que impede a estruturação dos cruzamentos que realizamos a seguir. A partir de 1991 a resposta passa a ser aberta, o que permite a comparabilidade através da estratificação proposta, em 3 grupos que utilizam os Salários Mínimos como referência.

pequeno, cujos pesos amostrais possam sair da margem de segurança com os cruzamentos realizados<sup>43</sup>.

O conceito de coorte sintética – análise da evolução de determinada variável ao longo dos grupos etários como a trajetória de um indivíduo ou grupo modelar e hipotético - também está contemplado nas análises propostas. No entanto, frequentemente relativizamos este olhar por tratar-se de um grupo que sofreu intensos processos de mudança ao longo do período que a pesquisa abarca. Por esta razão, tomamos alguns cuidados ao supor que as mudanças de padrões ao longo dos grupos etários reproduziriam o modo como as variáveis se comportariam em um grupo específico.

A população com a qual trabalhamos para os cruzamos a seguir analisados é formada por mulheres de nível universitário; de 20 a 59 anos (intervalo etário que compreende a conclusão do curso e reflete o ápice da participação laboral feminina); empregadas (população economicamente ativa, excluindo-se as desempregadas ou que exercem função sem remuneração). Esse recorte procurou isolar a parcela específica de mulheres que estariam dentro do ciclo reprodutivo (ou com filhos ainda em casa, resultando em trabalho reprodutivo que majoritariamente é desempenhado por elas) e inseridas no mercado de trabalho<sup>44</sup>.

Nas duas primeiras tabelas realizamos novamente a análise das distribuições relativas às variáveis “lugar na família” e “parturição” porque, além de visualizarmos o Censo Demográfico de 1991, a metodologia empregada no presente capítulo foi distinta. Excluímos as mulheres de nível universitário que não trabalhavam – no capítulo 3 todas as mulheres estavam incluídas. Mesmo diante destas diferenciações as distribuições do Censo 2000 não divergiram mais que 10% em nenhum dos cruzamentos.

---

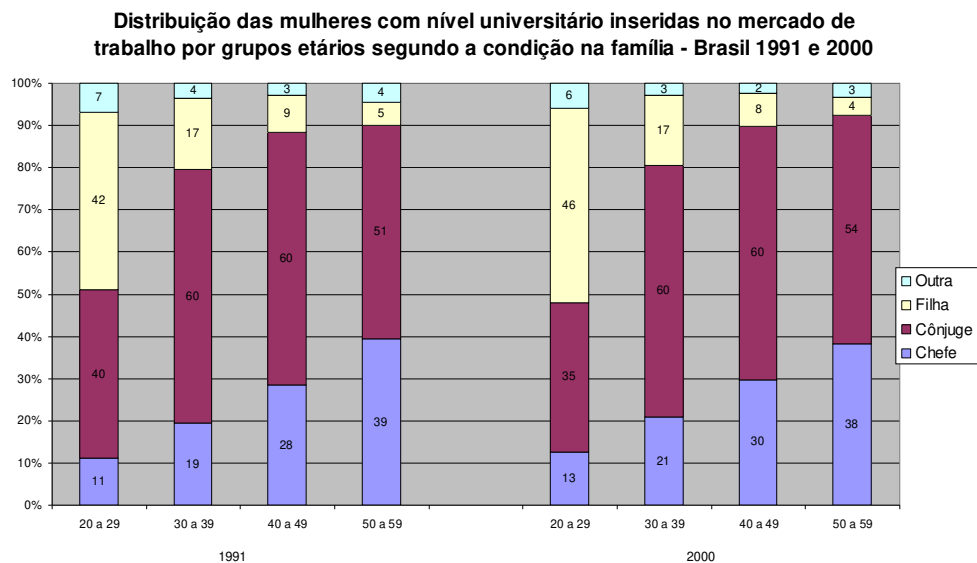
<sup>43</sup> Além disso, o grupo pode ter se modificado ao longo do tempo porque trabalhamos com uma característica (ser portador de um diploma universitário) que pode agregar mais indivíduos na amostra em questão. Sabemos que esta dimensão vem ganhando importância com o recente processo de intensa expansão do setor privado de ensino universitário no Brasil.

<sup>44</sup> Há uma relação direta entre escolaridade e inserção laboral. No grupo em questão as trabalhadoras representam quase a totalidade do contingente pois 87% estavam nesta situação segundo dados do Censo 2000, taxa de participação próxima à masculina.



A primeira dimensão trabalhada foi a distribuição da população em questão por grupos etários e segundo a condição na família. Em linhas gerais ela pode ser interpretada como um indicador do grau de autonomia e do modo como estas mulheres planejam suas vidas em relação à saída da casa dos pais e do casamento. No primeiro caso uma maior dependência dos pais quando jovens se refletiria na parcela que se encontra na categoria “filha”. A categoria “chefe”<sup>45</sup> entre as coortes seguintes representaria maiores responsabilidades em relação a categoria “cônjuge”, que assume o provimento da família de forma compartilhada com o chefe homem. O gráfico a seguir ilustra as tendências por segmentos etários de dez anos.

**Gráfico 4.1**



Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

O gráfico aponta distribuições bastante semelhantes para os anos de 1991 e 2000. Comparativamente, a participação relativa da categoria “filha” tende a diminuir enquanto a de “chefe” aumenta nos grupos etários mais velhos. Em ambos

<sup>45</sup> No Censo Demográfico 2000 há uma mudança metodológica e ao invés de “chefe” a pergunta passa a ser feita como “responsável” pela família. Para a viabilização da comparabilidade entre ambos consideramos analiticamente tratar-se da mesma categoria.

os Censos verifica-se que a categoria “cônjuge” tem peso relativo menor no grupo etário de 50 a 59 anos<sup>46</sup> em relação ao anterior (40 a 49), o que pode ser interpretado como efeito seja de divórcios, seja da mortalidade dos maridos (viuvez).

Em relação à análise de mudanças assistidas dentro de cada grupo etário de um Censo para o outro, destaca-se mudanças expressivas apenas nas mulheres de 20 a 29 anos, onde há um aumento do peso relativo das “filhas”. Chamaríamos atenção, contudo, para o fato da perda relativa de peso ter ocorrido apenas na categoria “cônjuge”. A categoria “chefe”, por outro lado, cresce em todos os grupos etários, com exceção do grupo 50-59 anos no qual diminui apenas 1%, neste espaço de dez anos. Estas dimensões apontam para uma mudança de comportamento, possivelmente menos orientado para o casamento, o que acentua a tendência já apontada por outros estudos (Lazo, 1990) de postergação do casamento entre as mulheres mais escolarizadas, bem como de maior tendência de divórcios neste contingente.

Essa tendência, no entanto, pode ser reflexo do fato deste contingente ser mais bem inserido profissionalmente e isso proporcionar-lhe uma menor vulnerabilidade na ausência do homem para compartilhar os gastos familiares. Essa dimensão é ressaltada por Garcia e Oliveira (2005), que apontam uma relação negativa entre a variável escolarização e a vulnerabilidade dos domicílios chefiados por mulheres no México. Evidentemente a análise por domicílio difere da unidade de análise baseada na família mas a chefia do domicílio (que pode ser composto por mais de uma família) implica na chefia de uma família ao menos. Partindo de uma reflexão que inverte a lógica comumente acionada, as autoras apontam que a chefia feminina representaria um reflexo da maior autonomia das mulheres e sua capacidade de auto-manutenção em relação àquelas que moram com o marido.

A segunda dimensão, tratada é a parturição da população em questão. Esta variável articula-se à condição na família, já que a maioria dos nascimentos ocorre dentro de um casamento. De uma primeira perspectiva mais geral, procura-se enxergar se o processo de queda das taxas de fecundidade chega a ser significativo

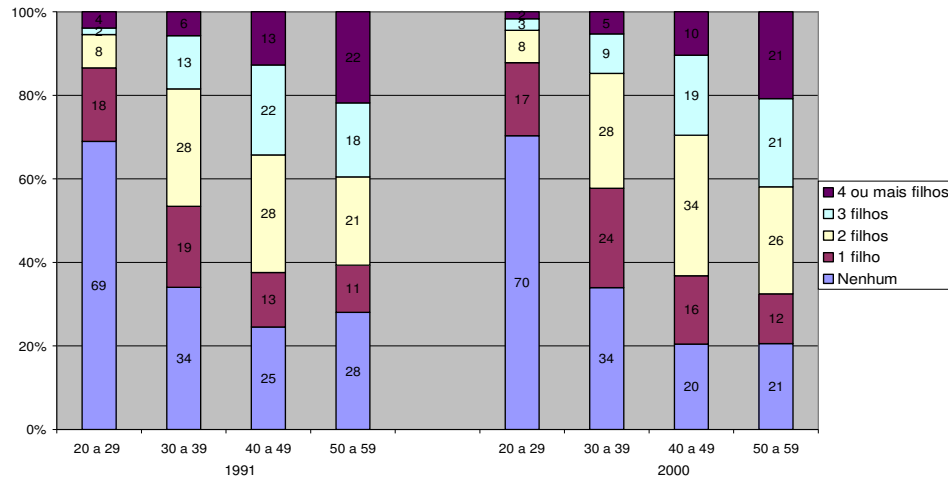
---

<sup>46</sup> Uma dimensão importante a ser destacada é que este grupo etário apresenta certa seletividade na amostra em questão pois trabalha apenas com as mulheres empregadas. O fato de uma parcela do contingente feminino já ter se aposentado nesta idade faz com que os dados tenham que ser relativizados.

neste período entre as mais escolarizadas – população na qual sabidamente este fenômeno é menos significativo que na população feminina como um todo, pois as taxas já eram mais baixas. O gráfico a seguir ilustra essas tendências.

**Gráfico4.2**

**Distribuição das mulheres com nível universitário inseridas no mercado de trabalho por grupos etários segundo a parturição - Brasil 1991 e 2000**



Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

De modo geral a distribuição dos gráficos é bastante semelhante. Como seria esperado, a parcela feminina sem filho diminui nos grupos etários mais velhos, onde aumenta o peso das mulheres com 1 ou 2 filhos. Chama atenção, no entanto, o comportamento dos dois grupos etários mais velhos (40 a 49 e 50 a 59 anos) no Censo de 1991 e do último no Censo 2000. O menor peso relativo das categorias “1 filho” e “2 filhos” em relação aos grupos etários mais jovens sugere que as mulheres destas coortes apresentaram um comportamento reprodutivo com tendência dicotômica - não ter filhos ou apresentar uma prole maior. Esta dimensão se assemelha ao padrão dicotômico assistido também nos grupos etários no Censo de 1970, analisadas no capítulo III.

O comportamento das mulheres de mais de 40 anos em 1991 e em 2000 aponta para a singularidade do momento em que definiram seus projetos de vida. Estas mulheres cursaram a universidade em um período<sup>47</sup> no qual a formação superior era um espaço majoritariamente masculino e que recém se abria para as mulheres. Trata-se de gerações para as quais a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho envolviam o confronto com um modelo mais rígido de projeto familiar das gerações anteriores. O conflito entre projetos reprodutivos e profissionais parece ter dividido estas gerações entre aquelas que optaram por não ter filhos e as que tiveram proles mais numerosas.

Por outro lado, é interessante perceber que, em 2000, o contingente de mulheres que encerra seu ciclo reprodutivo (mais de 40 anos) sem filhos é menor que em 1991. Essa dimensão, articulada à tendência de concentração nas categorias “1 filho” e “2 filhos” neste grupo de 40 a 49 anos, indica uma homogeneização da parturição nestas gerações mais jovens, que estariam conjugando mais a experiência da maternidade com o mundo do trabalho.

No âmbito da presente tese não controlamos estes resultados segundo o efeito composição. É possível que uma “nova” parcela de mulheres tenha cursado o ensino universitário nos anos 1990 e tenha sido captada em 2000. Ou seja, que os grupos em 1991 não possam ser analisados como exatamente os mesmos dez anos depois no Censo 2000. Os resultados encontrados apontam na direção interpretativa que propomos, mas o tema merece estudos mais aprofundados de coorte. Particularmente porque a literatura aponta um processo contrário na população feminina como um todo: o aumento nos anos 1990 na proporção de mulheres que terminam o ciclo reprodutivo sem filhos.

Rosero-Bixby et al (2008), caracterizam a dinâmica demográfica das últimas décadas na América Latina a partir de tendências rápidas e sustentadas de declínio da fecundidade sem uma mudança concomitante nas idades em que ocorrem a formação de uniões, o nascimento do primeiro filho e a estabilidade na proporção de mulheres sem filhos. As evidências da década de 1990 de coortes mais jovens, contudo,

---

<sup>47</sup> Em trabalho anterior (Guedes 2004) demonstramos que a parcela feminina que muda de estrato educacional após os 30 anos é bastante pequena, o que possibilita afirmar que mulheres mais velhas cursaram a universidade há mais tempo.

mostram que a proporção de mulheres sem filhos vem aumentando, seja em função da postergação da transição para a maternidade, seja de mulheres que chegam ao final do ciclo reprodutivo sem filhos. A análise multivariada dos autores mostra que a alta escolarização seria o fator de maior influência na ausência de filhos em todas as idades, mas o estrato populacional mais escolarizado é visto separadamente apenas no grupo de 25 a 29 anos. Nos dados apresentados sobre o Brasil para este grupo etário específico é evidente o aumento na proporção de mulheres sem filhos no Censo de 2000. Isso também se verifica no gráfico apresentado acima. No entanto, nosso dado de que aumenta a proporção de mulheres sem filhos nos grupos etários que representam o final do ciclo reprodutivo podem colocar em questão a universalidade da tendência apontada pelo referido estudo.

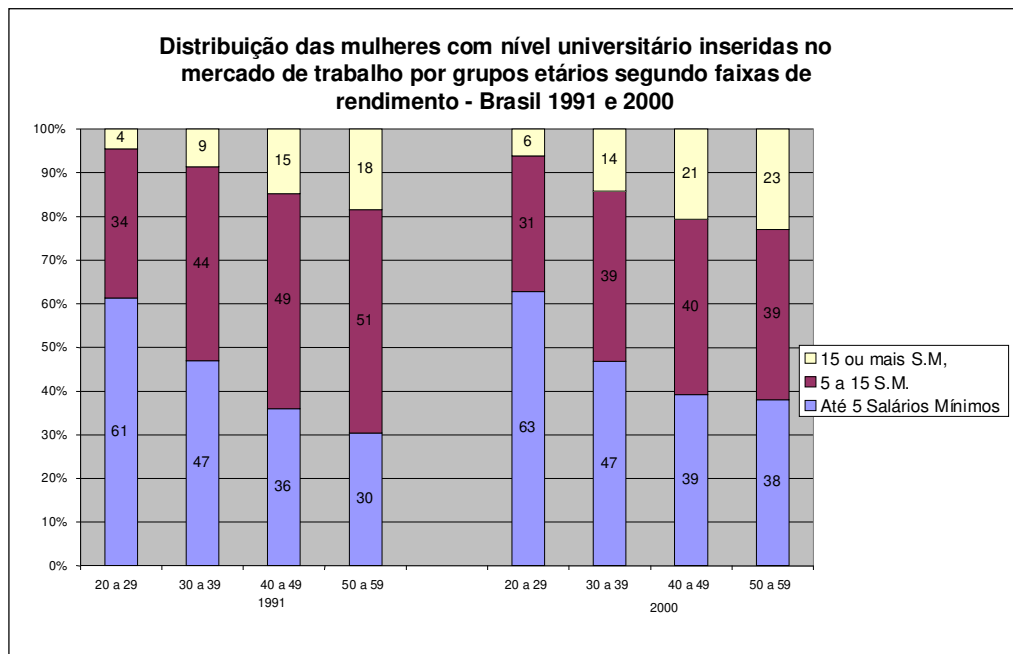
Apesar do contingente de mulheres que finaliza o período reprodutivo sem filhos ter diminuído de um Censo para o outro, o peso relativo deste contingente ainda é grande no grupo de mulheres com nível universitário. Souza (2005) analisa a parturição em distintos estratos educacionais e ressalta o maior peso das mulheres sem filhos neste segmento mais escolarizado. Nesse sentido, reiteramos as singularidades do contingente em questão no que tange a construção social dos desejos e constrangimentos envolvidos no nascimento dos filhos.

A terceira dimensão trabalhada refere-se aos níveis salariais das mulheres de nível universitário inseridas no mercado de trabalho. A análise dos estratos de renda fornece um panorama geral da distribuição deste contingente dentro de uma pirâmide salarial. Os três estratos considerados – 0 a 5 Salários Mínimos, 5 a 10 Salários Mínimos e 15 ou mais Salários Mínimos – possibilitam uma análise comparativa temporal da situação deste grupo social no mercado de trabalho<sup>48</sup>. O gráfico a seguir ilustra algumas mudanças.

---

<sup>48</sup> A categorização que tem como base o Salário Mínimo possibilita comparações entre os dois Censos, por um lado, mas encobre o poder de compra deste que é bastante variável ao longo do tempo, por outro. Como mostramos no capítulo II, em relação aos dois períodos em questão o poder de compra deste em 1991 era menor que em 2000.

**Gráfico 4.3**



Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE

As distribuições da população em questão para os dois momentos históricos são bastante semelhantes, seguindo uma tendência de aumento de peso relativo dos maiores estratos salariais para as trabalhadoras mais velhas, provavelmente com carreiras profissionais mais consolidadas. A comparação entre grupos etários revela mudanças mais intensas nos grupos 40 a 49 anos e 50 a 59 anos de um Censo Demográfico para outro. A maior concentração no estrato mais bem remunerado nestes grupos mais velhos pode apontar uma tendência de progressão ao longo da carreira profissional.

De um modo geral, a renda destas trabalhadoras apresenta um padrão dicotômico no período em questão, já que tanto o estrato mais mal remunerado quanto o mais bem remunerado tem seus pesos relativos aumentados em todos os grupos etários. Esse quadro, que aponta para a diminuição relativa do estrato intermediário (5 a 15 salários mínimos), reflete um processo de maior heterogeneização deste contingente de trabalhadoras e uma desigualdade interna maior em 2000, particularmente a partir dos 40 anos.

Se analisarmos desde uma perspectiva do crescimento relativo interno de cada segmento salarial de um Censo para o outro, no entanto, a expansão das trabalhadoras do topo da pirâmide é mais expressivo. De fato 50% no grupo de 20 a 29, 55% no grupo 30 a 39, 40% no grupo 40 a 49 e 28% no grupo 50 a 59. Simbolicamente, o crescimento relativo das trabalhadoras que recebem mais de 15 Salários Mínimos na década em questão também consolida um fenômeno de suma importância: a maior presença feminina em postos de trabalho de prestígio e possivelmente de maior poder decisório, aspectos nos quais a realidade brasileira ainda é bastante incipiente. Possivelmente estes avanços estão relacionados e necessitam ser explorados em relação às mudanças apontadas anteriormente, tanto na “condição na família” quanto na “parturição”, uma vez que a inserção laboral feminina é frequentemente articulada a uma divisão sexual do trabalho que ainda vigora.

Um segundo momento da exploração do banco de dados estruturado foi o cruzamento das variáveis parturição e rendimento entre os distintos grupos etários com os quais trabalhamos anteriormente. O objetivo principal desse olhar seria enxergar o tipo de relação entre ambos os campos, possivelmente distinto dependendo do momento em que se tem o filho. Com o intuito de explorar as articulações entre a situação salarial do grupo de trabalhadoras de nível universitário e o campo familiar vivenciado pelo grupo em questão, fizemos alguns cruzamentos entre as variáveis analisadas anteriormente em cada um dos grupos etários.

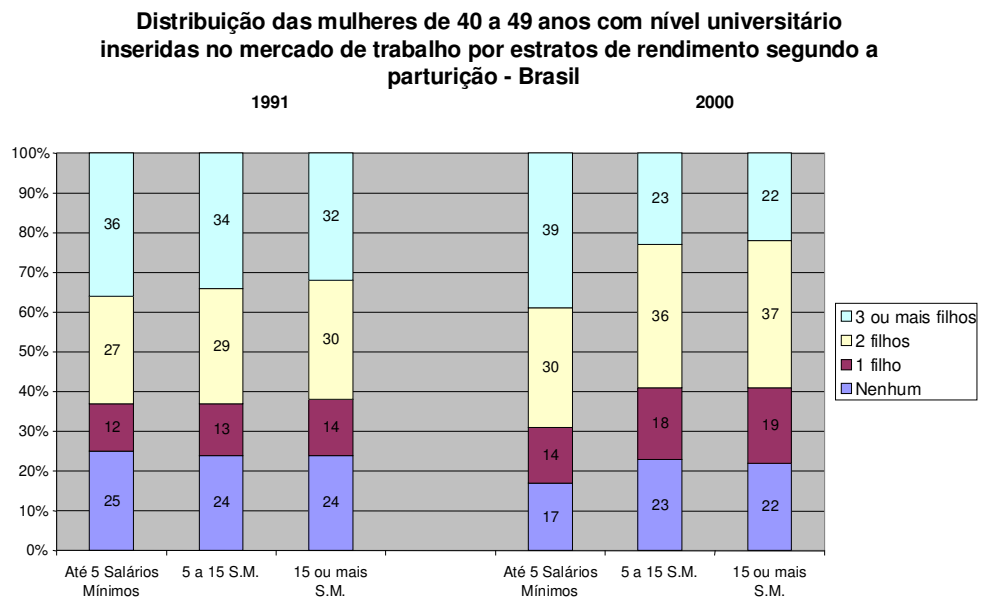
Desse modo, buscamos primeiramente enxergar em que medida existiriam perfis sociais bem definidos das trabalhadoras do topo e da base da pirâmide salarial e se, de fato, as mudanças introduzidas pelo vetor educacional fazem com que os campos laboral e familiar se relacionem através de dinâmicas distintas daquelas observadas na população feminina como um todo.

Nesse sentido, o poder explicativo da análise ancorada apenas em dados quantitativos é limitado já que as relações encontradas entre dinâmicas familiares e laborais, por vezes apresentam-se de modo diverso e contraditório de um grupo social para outro. Tendo em vista esta complexidade, no âmbito deste trabalho procuramos apresentar algumas linhas gerais destas articulações no caso das

mulheres mais escolarizadas na tentativa de relativizar algumas análises mais generalizantes.

Em um primeiro momento, privilegiamos o olhar sobre a distribuição das mulheres dentro de cada estrato de renda na população de 40 a 49 anos. Este segmento é particularmente interessante para a análise que pretendemos desenvolver porque trata-se de um período no qual a grande maioria das mulheres já encerrou seu ciclo reprodutivo e está no ápice da carreira. Esta interface oferece um olhar sobre possíveis arranjos acionados em outras etapas da vida destas mulheres.

#### Gráfico 4.4



Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

Em linhas gerais o gráfico apresenta tendências um pouco distintas para os anos em questão. Enquanto em 1991 a variável renda parece não relacionar-se muito com a quantidade de filhos, já que os valores são muito próximos entre os três estratos, no Censo 2000 parece haver uma diferenciação mais clara. A distribuição

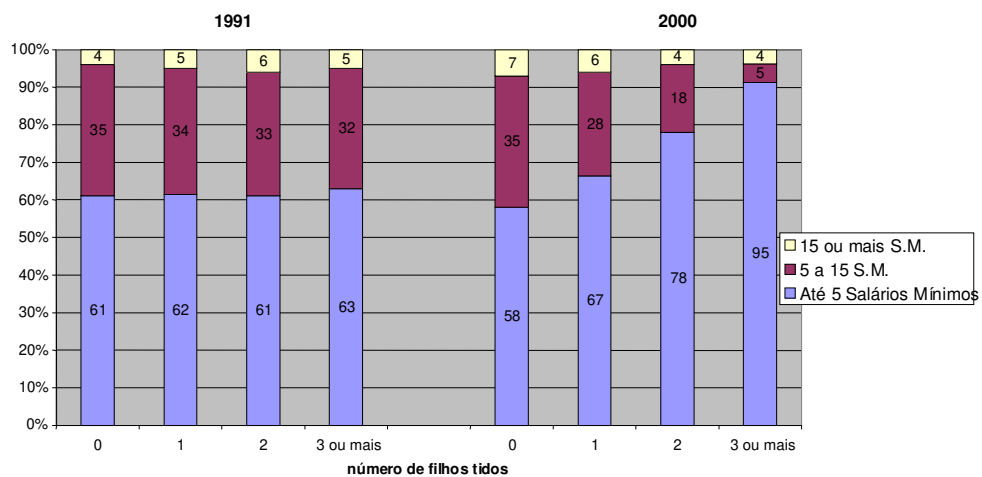


do número de filhos tidos nos dois estratos mais bem remunerados é bastante semelhante. Em ambos, a categoria “3 filhos ou mais” apresenta proporção menor do que no estrato pior remunerado. Ou seja, maior parturição está associada a menor remuneração do trabalho. Esse dado sugere que no espaço de dez anos o nascimento dos filhos pode ter passado a se relacionar um pouco mais com as remunerações neste grupo mais escolarizado.

A seguir, invertemos o olhar e analisamos as distribuições dos estratos de renda dentro de cada categoria de parturição. Os gráficos 4.5, 4.6 e 4.7, cada um retratando um grupo etário diferente, mostram o quanto as relações entre mundo do trabalho e vida familiar são diversos dependendo do momento de vida em que há a presença de filhos.

**Gráfico 4.5**

**Distribuição das mulheres de nível universitário inseridas no mercado de trabalho de 20 a 29 anos por parturição segundo estratos de renda - Brasil**



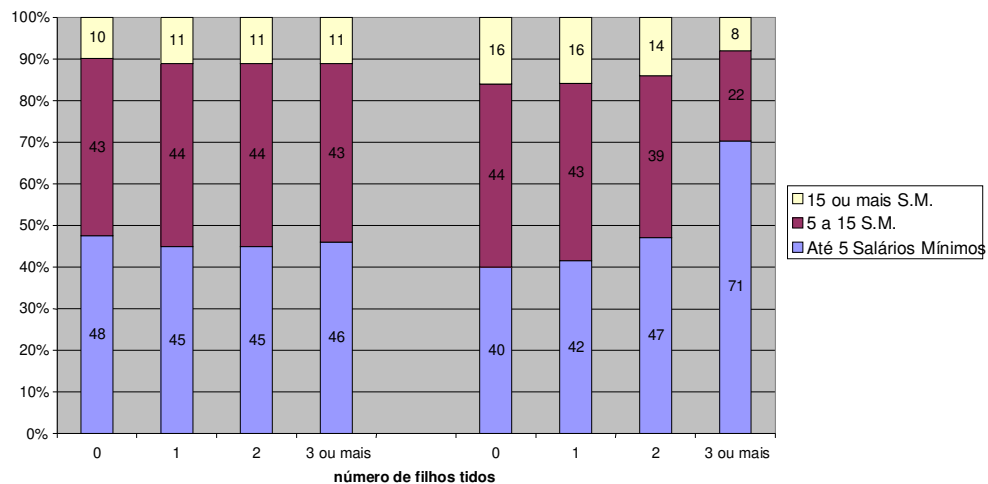
Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

Neste grupo etário mais jovem, a informação mais interessante que o gráfico traz é a distribuição diferenciada dos estratos de renda entre as parturições nos dois Censos em questão. Enquanto em 1991 o número de filhos tidos parece não influenciar o tipo de rendimento já que as distribuições são muito semelhantes, em

2000 esta relação é direta: quanto maior a prole, maior é o peso relativo do estrato mais mal remunerado e, em contrapartida, menor é a camada de trabalhadoras mais bem remuneradas (15 salários mínimos ou mais). Este quadro sugere que, neste segundo momento (Censo 2000), possa haver um efeito negativo da presença de filhos sobre os rendimentos para as mulheres desta idade, marcada pelo processo de início de carreira e necessidade de grande investimento na vida profissional. Esta interpretação é reforçada pelo fato de que a única parturição a apresentar melhores distribuições salariais no período em questão ser o segmento de mulheres sem filhos.

#### Gráfico 4.6

**Distribuição das mulheres de nível universitário inseridas no mercado de trabalho de 30 a 39 anos por parturição segundo estratos de renda - Brasil**  
1991 2000

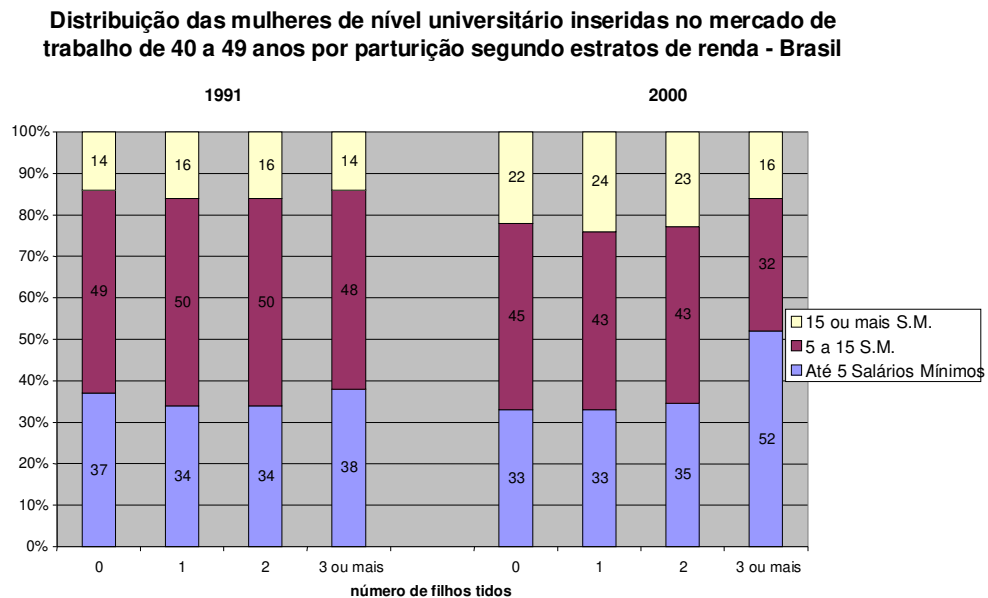


Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE. Elaboração própria

Diferentemente do gráfico anterior, as mudanças nas distribuições observadas de 1991 para 2000 parecem apontar para uma melhora nos salários das mulheres de 30 a 39 anos. Isso se reflete na diminuição do peso relativo do estrato mais mal remunerado e no crescimento do segmento com melhores salários. A única exceção é o grupo de mulheres com 3 filhos ou mais, que de fato apresenta uma distribuição concentrada no estrato mais mal remunerado.

Os padrões de distribuição mais próximos nas distintas parturições entre 1991 e 2000 sugerem que possa haver um menor peso da presença de filhos sobre os salários femininos neste período intermediário (30 a 39 anos). Isso se reflete particularmente nos baixos diferenciais entre não ter filhos ou ter apenas 1 filho para o ano de 2000. Os dados deste período parecem apontar um claro efeito negativo sobre os salários femininos a partir do segundo filho, quando o percentual relativo do contingente mais mal remunerado cresce substancialmente.

**Gráfico 4.7**



Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

Neste terceiro grupo etário – as mulheres de 40 a 49 anos - marcado pelo fim do ciclo reprodutivo e o auge da vida produtiva das mulheres, vemos que tanto em 1991 quanto em 2000 as distribuições de estratos salariais são muito semelhantes em todas as categorias de parturição. Essa tendência, juntamente com o pequeno aumento do peso relativo do segmento mais bem remunerado em ambos os períodos conforme aumenta o número de filhos (1 ou 2), mostra que a relação entre prole e salários das mulheres se inverte neste segmento. A presença de filhos passa a estar positivamente relacionada com a proporção de mulheres mais bem remuneradas,

estando as que têm crianças em condições ligeiramente melhores que as sem filhos. Novamente a exceção são aquelas com 3 ou mais filhos, que continuam apresentando uma distribuição concentrada no estrato mais mal remunerado.

Como já foi apontado anteriormente, esse quadro sugere que não apenas os filhos não atrapalhariam nesta idade mais avançada – ao contrário das anteriores – como sua presença pode refletir melhores condições materiais e estabilidade para concretizar esse projeto. Por outro lado, é importante salientar que é constante a pior distribuição das mulheres com 3 ou mais filhos, o que demonstra que a pequena prole é uma dimensão importante para essa melhor inserção laboral.

O fato de não podermos captar, através destas informações censitárias, o momento em que cada acontecimento se dá (seja uma progressão na carreira, seja o nascimento dos filhos) ao longo da vida destas mulheres, faz com que uma outra análise possa ser levantada: a idéia de que diante da necessidade de sustento de uma criança as mulheres deste segmento invistam mais fortemente em seu trabalho. Essa hipótese, no entanto, se insere em uma lógica bastante distinta do tradicional papel feminino pois concederia à mãe um lugar central de sustento da criança.

A mudança em relação ao fator que se relaciona com os rendimentos mais baixos sugere uma outra chave de leitura: não necessariamente o lugar na família, particularmente a maternidade, é que define o tipo de inserção laboral das mulheres – pressuposto de alguns estudos dos anos 1980. Bruschini e Rosenberg (1982), por exemplo, afirmaram que a participação das mulheres em atividades extra-lar depende não só das oportunidades efetivamente existentes no mercado de trabalho, mas também das possibilidades determinadas pela posição que elas ocupam na família e pela classe social à qual pertencem.

Evidentemente sempre é arriscado e arbitrário atribuir causalidade a um ou outro fator nos processos em questão. Mas as tendências apontadas no segmento feminino de nível universitário sugerem que nos arranjos mais recentes entre mercado de trabalho e vida familiar, o primeiro vem ganhando força e centralidade na estruturação dos planos das mulheres. Nossa hipótese interpretativa é de que não é a maternidade que define a inserção laboral mas é esta que contribui para definir o momento da maternidade. Isso porque os dados sugerem que o investimento exclusivo no trabalho (ausência de filhos) no primeiro momento do ciclo de vida

adulta (grupo etário 20 a 29 anos) é que assegura um rebatimento não negativo do nascimento do filho sobre os salários femininos.

No entanto, não é possível inferir a partir de dados censitários uma dimensão fundamental desses arranjos: os desejos e contradições que permeiam o processo de escolha desse “momento ideal” para o nascimento de uma criança. Nesse sentido, estudos mais antigos já apontavam os constrangimentos sofridos por mulheres que trabalhavam fora no sentido de concretizarem a prole desejada. Xavier (1982), a partir de um amplo e pioneiro survey realizado na cidade de Recife, compara a população feminina inserida ou não no mercado de trabalho. A autora destaca que as mulheres que trabalham fora desejariam ter mais filhos do que de fato tem, enquanto as que não trabalham encontram-se mais satisfeitas neste campo.

Ainda em relação às comparações destes resultados encontrados dentre as mulheres de nível universitário com a população total de trabalhadoras, Pazello e Fernandes (2004) mostram, a partir de dados das PNADs de 1992 e 1999 que, neste contingente mais amplo, a variável salário-hora obtida pelas mulheres sem filhos é superior à aquela obtida pelas mulheres com filhos. No entanto, estes diferenciais tenderiam a diminuir no longo prazo. Os autores sugerem que para poder conciliar as atividades de cuidados com os filhos com aquelas do mercado de trabalho, as mulheres com filhos aceitem menores salários-hora desde que o posto de trabalho ofereça jornadas mais flexíveis e/ou mais curtas. Em relação a esta última dimensão os dados analisados também mostram que as jornadas de trabalho são mais curtas entre as mulheres que tem filhos.

Em linhas gerais, da análise dos dados, poderíamos levantar que no caso das mulheres de nível universitário, o momento em que se concretiza a maternidade talvez seja mais importante do que propriamente ter ou não filhos em termos de efeitos negativos sobre os rendimentos no mercado de trabalho. Essa tendência, acentuada no Censo 2000, é importante porque salienta um processo de crescimento da heterogeneidade da mão-de-obra feminina, cada vez mais inserida nos padrões de progressão ao longo da vida profissional e, por essa razão, mais diverso ao longo do tempo e entre distintas coortes. Isso pode apontar para um quadro de avanço relativo, no qual as mulheres não estariam mais uniformemente mal remuneradas e em pior situação quando concretizam um projeto reprodutivo.

Tanto a discussão teórica da qual partimos quanto as evidências empíricas com as quais trabalhamos ao longo deste e dos demais capítulos da tese mostram que houve melhora no tipo de inserção laboral deste segmento particular de mulheres, já que cresce a proporção delas, consistentemente, nos melhores estratos de rendimento. Por tratar-se de um contingente que historicamente apresentou taxas de fecundidade bastante baixas, há uma idéia de que a melhora no mercado de trabalho possa relacionar-se ao “abandono” dos tradicionais papéis femininos na família, particularmente a maternidade. Com o presente capítulo procuramos mostrar que estes campos nem sempre estão contrapostos, podendo em alguns setores da sociedade estar sendo articulados de modo diferente, o que refletiria novos contornos das identidades femininas que vem emergindo nas últimas décadas.

### **Considerações Finais**

Várias das questões aqui expostas não podem ser expandidas para a população feminina como um todo. Como foi colocado no primeiro capítulo, o processo educacional influencia diretamente não apenas na estruturação dos desejos, aqui entendidos como construções sociais, mas também os constrangimentos que são distintos de um grupo social para outro. Por tratar-se de mulheres pertencentes às camadas mais altas da sociedade brasileira, o significado do casamento, do nascimento de filhos e a própria maneira como se inserem no mercado de trabalho está ligada a concepções mais individualizadas, frutos de idéias e valores difundidos pela segunda onda do movimento feminista.

Em linhas gerais, o olhar sobre o contingente feminino de nível universitário reafirma a heterogeneidade interna da população de mulheres e a diversidade de arranjos encontrados dentro desse mesmo estrato educacional. Estas características ressaltam a importância de enfoques que vão mais além da variável escolaridade. Desde um ponto de vista geracional, duas principais mudanças se destacam. A primeira refere-se à diminuição da proporção de cônjuges entre as coortes mais jovens, refletindo possivelmente o adiamento do casamento já que nas coortes seguintes a proporção é igual nos dois Censos Demográficos analisados. A segunda é a tendência à consolidação do comportamento reprodutivo em torno de um padrão de 1-2 filhos, com a perda de peso relativo das grandes proles ou da ausência de filhos.

Ambas apontam para um comportamento menos dicotômico e mais homogeneizado do grupo em questão, que avança nas conquistas laborais, com melhora crescente dos salários sem, contudo, abrir mão do casamento e da maternidade.

O debate em torno da relação maternidade-carreira profissional é central nos estudos de gênero por trazer à tona a clássica oposição entre trabalho produtivo versus trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho como categoria e lente de enfoque da realidade social. Ao analisar o tipo de relação que vem se estabelecendo entre estes dois campos nas práticas sociais das mulheres de nível universitário buscamos fundamentalmente, por um lado, chamar atenção para as intensas mudanças que estas representações vem sofrendo e por outro, apontar um novo cenário no qual possivelmente os planos e realizações profissionais é que consolidem o “momento ideal” de concretização do projeto reprodutivo.

O olhar sobre as camadas médias mais escolarizadas da população refletiria, desse modo, a diversidade de desejos e constrangimentos que cercam o nascimento de um filho, particulares a cada segmento social e também a cada geração. Pensar essas dinâmicas no grupo em questão implica em reconhecer o modo diferenciado como se expressa o processo de desconstrução das tradicionais identidades femininas e masculinas em nossa sociedade.

## CONCLUSÃO

**“Na verdade, só existem duas coisas  
irreversíveis: a morte e o conhecimento”.**

**Rosa Montero**

O recorte educacional é bastante consagrado no campo dos estudos populacionais. A estratificação dos diversos grupos a partir da variável escolarização vem se mostrando, desde os primeiros trabalhos realizados no Brasil e mesmo em outros países, um olhar que está diretamente relacionado a intensos diferenciais observados na população feminina através de taxas e indicadores, seja nas análises sobre as dinâmicas laborais, seja nas tendências observadas e discutidas no campo da família. Em relação a este último, é particularmente destacada a centralidade da educação na compreensão da evolução da fecundidade como componente fundamental da dinâmica demográfica. Em praticamente todas as regiões do mundo os processos de expansão da escolarização feminina são concomitantes às quedas nas taxas de fecundidade.

Nesse sentido, o conjunto de questões que a presente tese discute tende a ganhar uma centralidade cada vez maior no debate sobre a equidade de gênero no Brasil. Isso porque além da continuidade do processo de expansão da escolaridade que vem sendo observado na população feminina, os dados mais recentes sobre a Taxa de Fecundidade Total mostram que já nos encontramos em um patamar abaixo do nível de reposição. Como reitera a literatura européia, os países que vem conseguindo enfrentar de modo efetivo a questão da reposição populacional são aqueles nos quais existem políticas públicas voltadas para a desconstrução das tradicionais representações que cercam a maternidade e o estímulo concreto à presença feminina no mundo público. No grupo que temos como foco, mais do que apenas o acesso às creches, isso implica em ações concretas que consolidem a permanência das mulheres no mercado de trabalho e sua progressão na carreira mesmo com filhos pequenos. A possibilidade de transferência de direitos como a licença maternidade a outros membros da família também assegura a



desnaturalização da mãe como única cuidadora dos filhos e desloca a discussão para um lócus que não foi privilegiado em nossa análise, mas que também que é fundamental: o papel dos homens no trabalho de reprodução social. Esse campo ainda representa um desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro.

A grande distância entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada no grupo em questão, por outro lado, traz à tona a relevância de se pensar as construções coletivas e as motivações individuais que impedem a concretização do número de filhos que se deseja. Nesse sentido a realidade brasileira se aproxima do que Peri e Pardo (2008) chamaram de “insatisfação por defeito” (Peri e Pardo, 2008, 22) no contexto uruguaio: uma expressiva parcela da camada média que se vê constrangida entre suas aspirações de ascensão social e os custos de educar um filho segundo suas expectativas. Chamá-riamos atenção, no entanto, para uma série de dimensões que complexificam e expandem o debate para além do *custo de oportunidade* envolvido nesta decisão.

Nos estudos populacionais existe certa padronização dos enfoques no sentido de utilizar a variável educação nas análises quantitativas de dados, mas é frequente a ausência de reflexão mais apurada acerca da escolarização feminina em sua relação concreta com as práticas, valores e representações que permeiam a vida das mulheres. Este esforço de reflexão, eminentemente teórico, foi um dos eixos fundamentais do presente trabalho. Ao olhar o contingente mais escolarizado procuramos sempre destacar suas possíveis singularidades em relação à população feminina como um todo e avançar na explicação de seu comportamento diferenciado. O olhar sobre as relações de poder e a forma como se estruturam identidades femininas menos orientadas para o tradicional papel de mãe e esposa produziram um afastamento de explicações totalizantes que circunscrevem e atrelam o comportamento feminino a lógicas de racionalização exclusivamente econômicas.

Possivelmente conseguiríamos ter avançado mais nesta direção se o trabalho tivesse contado com a análise de entrevistas em profundidade. Na realidade, esta metodologia de pesquisa fez parte do plano inicial da tese, mas foi abandonada no último ano diante do estabelecimento de outras prioridades e estratégias que arredondassem mais o trabalho e seus achados no campo quantitativo. Procuramos sanar esta lacuna estabelecendo um diálogo sistemático com a literatura

antropológica. A utilização desta metodologia qualitativa historicamente cunhada neste campo de estudos, se por um lado se apresentava como desafiadora e coerente com parte da bibliografia da qual partimos; por outro, trazia o perigo de construirmos uma reflexão compartimentada, com partes que não dialogam entre si e que pretendem abarcar uma ampla gama de questões que possivelmente extrapolassem o fôlego da presente empreitada.

Diante do campo de questões construídas nesta tese, a realização de um trabalho de campo parece-nos um desdobramento natural para futuras pesquisas. O viés de cientista social, sempre na condição de observador dos discursos e práticas a partir das questões que tem como foco, manteve-se ao longo da realização desta tese e incutiu em mim o desejo de realização deste esforço em etapas futuras de minha trajetória acadêmica. Não consigo deixar de registrar aqui uma constatação feita de modo totalmente despretensioso e (ainda) nada formal do ponto de vista metodológico ao longo destes quatro anos. Quando dialogava com colegas ou pessoas mais distantes sobre os temas de meu interesse acerca da vida feminina, mais acentuadamente no momento em que ainda tinha como plano realizar um trabalho de campo, foi bastante curioso observar que era quase uma constante expressões entusiasmadas de desejo em grande parte das mulheres de serem entrevistadas. Todas pareciam ter uma vivência “particularmente interessante” a relatar sobre o tema. Nestas conversas informais, ouvi muitas histórias sobre os dilemas, angústias e sentimentos contraditórios que permeiam as escolhas e planos de mulheres que quiseram ou querem<sup>49</sup> vivenciar a experiência da maternidade sem abrir mão de sua progressão no mundo do trabalho. A constatação dessa vontade de refletir e falar sugere e corrobora a convicção de tratar-se de tema chave na contemporaneidade.

Uma dimensão bastante recorrente em diálogos com outros pesquisadores foi a relevância de se pensar o conjunto de questões proposto em um grupo que frequentemente conta com serviços domésticos realizados por empregados. Nesse sentido os estudos sobre o uso de tempo, discutidos no capítulo II, trazem achados inequívocos. A maior disponibilidade de recursos a serem investidos, seja na contratação de empregadas mensalistas (cada vez mais raras diante do elevado custo), seja na de diaristas que exerçam apenas as tarefas mais pesadas, não assegura

---

<sup>49</sup> Entre as mulheres que ainda não finalizaram o período reprodutivo e não têm filhos parece haver uma angústia latente acerca de quando será possível efetivar esse projeto.

o cumprimento de todas as tarefas domésticas a serem desempenhadas no cotidiano dos domicílios. Apesar de o estrato educacional de nível universitário ser o que menos horas dedica aos serviços da casa, os diferenciais de tempo gasto entre homens e mulheres no âmbito doméstico, particularmente quando o arranjo familiar contempla um filho pequeno, continuam existindo.

Em relação às tendências encontradas no tipo de inserção laboral por sexo no contingente populacional com nível universitário, analisadas capítulo II, parece-nos bastante claro que as trabalhadoras dos anos 2000 não se relacionam com sua profissão de modo muito diferenciado dos homens. Nos trinta anos que a pesquisa abarca houve uma grande aproximação em relação à população masculina no número de horas semanais trabalhadas (diferencial favorável aos homens de apenas 16% na proporção de trabalhadores que têm uma jornada igual ou superior a 40 horas); na distribuição salarial (uma perda de peso da categoria mais mal remunerada para as mulheres, apesar da permanência de uma baixa proporção de trabalhadoras com salário superior a 30 salários mínimos) e na posição na ocupação (maior heterogeneidade das trabalhadoras, que passam a ocupar mais as categorias mais valorizadas como empregador). Apesar de não termos os dados comparativos para a variável “tipo de ocupação”, é bastante evidente que há ainda uma expressiva segmentação profissional. Isto sugere que ainda vigore, mesmo que de modo menos acentuado que nos anos 1970, as representações de “profissões femininas” e “profissões masculinas” nas escolhas deste segmento. Essa pode ser uma das causas da manutenção das desigualdades salariais destacadas anteriormente.

As dinâmicas laborais dos anos 1990, das quais a melhora nas condições de trabalho e particularmente salariais para os trabalhadores do topo se destaca, são claramente percebidas na melhora dos postos femininos no mercado. Se por um lado podemos dizer que houve uma tendência a que a mão-de-obra feminina se tornasse mais heterogênea, por outro, mantiveram-se a desigualdade salarial e os nichos ocupacionais por sexo, que também se reproduzem nesta camada mais alta dos trabalhadores. Não nos parece que dentro deste segmento mais escolarizado as mulheres tenham sido particularmente favorecidas pelas dinâmicas recentes. Isso porque a expansão do contingente de homens que passam a ganhar mais de 30 salários mínimos no período que a pesquisa abarca (de 2,7% em 1970 para 18,9% em 2000) é maior que o crescimento relativo na população feminina (de 0,1% para

4,8%). Esse dado é uma evidência clara do quanto os melhores postos do mercado de trabalho desde o ponto de vista salarial ainda estão concentrados em mãos masculinas.

Em contrapartida, no campo familiar vemos que os capítulos III e IV se articulam diretamente nas tendências encontradas. Naquele, as distribuições por idade que apresentam maiores mudanças são as das variáveis lugar na família - crescimento da categoria “responsável” em todos os grupos etários, o que aponta a maior autonomia feminina seja em relação aos pais, seja ao marido – e na variável parturição. A evidência de diminuição na proporção de mulheres que termina o ciclo reprodutivo sem filhos, concomitante à queda na Taxa Total de Fecundidade ao longo do período, evidencia a limitação de se trabalhar com este indicador, que expressa níveis médios da fecundidade. De fato há uma homogeneização do comportamento reprodutivo deste grupo, o que também é um dado importante. Arriscamos afirmar, a partir disso, que o padrão consolidado entre aquelas que têm filhos é o da mulher que tem uma ou, no máximo, duas crianças ao longo do período que vai dos 30 aos 40 anos. Esse intervalo já aponta para uma estratégia reprodutiva que tem o mercado de trabalho como uma dimensão fundamental a ser levada em conta na construção deste “momento ideal” para o nascimento da criança. A opção de postergar a maternidade, por outro lado, pode fazer com que haja uma parcela que não consegue engravidar<sup>50</sup>. Ou seja, possivelmente nem todas aquelas que não engravidaram o fizeram por uma escolha deliberada. Outra dimensão importante desta estratégia é que, mesmo conseguindo engravidar do primeiro filho tardiamente, a mulher que deseja ter mais filhos encontra um limite biológico que pode impedi-la de concretizar a prole desejada. Em todos esses cenários encontramos constrangimentos à efetivação do número de filhos desejados, elemento destacado por parte da literatura discutida nos capítulos I e III.

O perfil feminino traçado em relação ao projeto reprodutivo acima descrito se articula com os achados do capítulo IV. Isso porque os cruzamentos entre idade, estratos salariais e parturição são consistentes no sentido de mostrarem a relação entre altos salários, maternidade tardia e prole bastante reduzida. O dado mais

---

<sup>50</sup> Levy e Molêdo (1972) mostram que há uma ligação direta entre idade da mulher e fertilidade. De fato há uma queda constante e progressiva na capacidade feminina de engravidar desde 4 anos após a menarca.

interessante deste capítulo está nas diferenças da relação entre presença de filhos e estrato salarial em cada um dos grupos etários. Enquanto nas mulheres de 20 a 29 anos aquelas que de fato têm filhos estão concentradas no estrato mais mal remunerado, na população feminina de 40 a 49 anos esta relação se inverte e o grupo que está mais concentrado no estrato melhor remunerado é de mulheres com filhos. Essa informação mostra que o momento em que nasce a criança é central para a relação entre estas variáveis. Além disso, este dado relativiza, para este contingente populacional de nível universitário, a idéia de que a maternidade sempre se relacione negativamente com o nível salarial.

Esse quadro, traçado a partir de dados do Censo 2000, mostra que não existe mais uma segmentação entre “mulheres que ganham bem e não têm filhos” e “mulheres que ganham mal, mas têm filhos”. Ao longo do período parece ter havido uma mudança importante: passa a não existir um perfil claramente definido de quem seja esta mulher com elevado salário e plano de carreira solidamente estruturado ao longo do ciclo de vida. Mais que isso, é possível que tenha sido justamente sua boa inserção profissional que tenha garantido segurança para a efetivação do projeto reprodutivo. Nesse sentido, o filho poderia ser visto como uma *proxy* desta estabilidade financeira.

O fio argumentativo da presente tese foi a exploração da clássica relação entre trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo. Ao analisar o tipo de relação que vem se estabelecendo entre estes dois campos nas práticas sociais das mulheres de nível universitário buscamos, fundamentalmente; por um lado, chamar atenção para as intensas mudanças que estas representações vêm sofrendo e, por outro, apontar um novo cenário no qual possivelmente os planos e realizações profissionais é que definam o “momento ideal” de concretização do projeto reprodutivo.

O olhar sobre as camadas médias mais escolarizadas da população em suas singularidades refletiria, desse modo, a diversidade de desejos e constrangimentos que cercam o nascimento de um filho, particulares a cada segmento social e também a cada geração. Pensar essas dinâmicas no grupo em questão implica reconhecer o modo diferenciado como se expressa o processo de desconstrução das tradicionais identidades femininas e masculinas em nossa sociedade.

Em um sentido mais amplo, relativizar as práticas e valores dos segmentos médios e altos, seja no mercado de trabalho, seja no domínio da família e dos papéis

que ela generifica, representaria também uma tentativa de desnaturalizar as próprias lógicas implícitas nestas escolhas e dilemas, exercitando um princípio comum aos cientistas sociais: estranhar o familiar.

## Referências Bibliográficas

SOUZA, Guaraci A. A de. Implicações Sociais dos novos padrões de reprodução demográfica na Bahia. In **Caderno CRH**, vol.18, nº 43, 2005. p. 71-86.

ALVES, José E. D. Transição da Fecundidade e Relações de Gênero no Brasil. Belo Horizonte, 1994. 298f. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/ UFMG.

\_\_\_\_\_. A baixa fecundidade brasileira e seus impactos nas projeções populacionais. (mimeo). disponível em

[www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo\\_pnds\\_e\\_projecoos\\_09jul08.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo_pnds_e_projecoos_09jul08.pdf). 11 p.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. In **Revista de Estudos Feministas**, nº 11, vol 2, 2003. p. 399-422

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.15-78

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Flaksman, Dora (trad.) 2ª. Edição. Rio de Janeiro: ed. LTC, 1981. 196 p.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 268 p.

BARRETO, Arnaldo L. Interesses de Estado e as Classificações de Ocupação Profissional nos Censos Demográficos Brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Anais...**, 2004. 10 p.

BARROS, Luiz F. W.; ALVES, José E.D.; CAVENAGHI, Suzana. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 27 p.

BARROSO, Carmem L. M.; MELLO, Guiomar N.. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. In **Cadernos de Pesquisa**, nº 15, dez 1975. p 47-77.

BELTRÃO, Kaizô I. e ALVES, José Eustáquio D. A reversão da desigualdade de gênero na educação brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, **Anais...** Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) - Caxambu, Setembro de 2004. 24 p.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. El hijo como experiencia de sentido y como autoexperiencia. In **El normal caos del amor**. Barcelona: El Roure Editorial, 1998. p 186- 253.

BERQUÓ, Elza; GARCIA, Sandra; LAGO, Tania. (Coord.). Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: PNDS 2006. São Paulo: CEBRAP, 2008. (Relatório final). 583 p. Acesso em 2 fev 2009, Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio\\_final\\_pnds2006.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf)

\_\_\_\_\_ ; CAVENAGHI, Susana. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos níveis de fecundidade no Brasil e sua variação na última década. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004. 18 p.



\_\_\_\_\_. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **História da vida privada no Brasil v.4:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.411-437.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Maria Coleta F A de. Casamento em tempos de crise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.2, jul./dez.1992. p.155-167

BONGAARTS, John. A framework for analyzing the proximate determinants of fertility. In **Population and Development Review** 4, 1978. p 21-51.

BOURDIEU, Pierre. Apêndice: O espírito da família. In **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996. p 124-135.

BRUSCHINI, Cristina. \_\_\_\_\_. LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In *Cadernos Pagu*, n.17/18, 2001. p 157-198.

\_\_\_\_\_. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou permanências de discriminações? Brasil(1985/95). In: ROCHA, Maria I. B. (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.15-78.

\_\_\_\_\_. LOMBARDI, M. R. . Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, v.7. Florianópolis: 1999. p. 9-24.

\_\_\_\_\_. **Mulher, casa e família:** cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1990. 222 p.

\_\_\_\_\_; ROSEMBERG, Fúlvia. “A mulher e o trabalho”. In ROSEMBERG, F. e BRUSCHINI, C. (orgs). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

CABELLA, Wanda M. Dissolução e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai. Campinas, 2006. 275f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CAVENAGHI, Suzana M. e GOLDANI, Ana G. Fecundidade e família: os tamanhos das famílias das mulheres e das crianças no Brasil. In **Revista Brasileira de Estudos de População**, no. 10, 1993. p 107- 124.

COLEMAN, David. Immigration and ethnic change in low-fertility countries: a third demographic transition. *Population and Development Review*, n. 32. Washington, 2006. p 401- 446.

DEDECCA, Cláudio S.; RIBEIRO, C.S.M.; HAJIME, Fernando. Ocupação e tempo de trabalho. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 22p.

\_\_\_\_\_. Tempo, Trabalho e Gênero. In COSTA et all (orgs) **Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. pp 21-52.

DIAS, Cláudio S. J. Comportamento reprodutivo: uma análise a partir do grupo ocupacional das mulheres. Belo Horizonte, 2007. 149 f. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/ UFMG.

\_\_\_\_\_. Comportamento reprodutivo nas mulheres trabalhadoras urbanas brasileiras. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 26 p.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUARTE, Luiz Fernando D. A construção social da memória moderna (Três ensaios sobre a pessoa e modernidade). **Boletim do Museu Nacional**, Nova Série, Antropologia, v. 41. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983. p 26- 38.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In **Cadernos Pagu**, n.17/18, 2001. p 9-80.

FIGUEIRA, Sérvulo. O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In \_\_\_\_\_.(org) **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p 10- 30.

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. Ribeiro, Ivete; Ribeiro, Ana Clara T. (orgs.). **Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. pp. 69 – 89.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 17ª. Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 176 p.

GARCÍA, Brígida e OLIVEIRA, Orlandina. Dinâmica familiar em hogares com jefatura femenina en México. In **Papeles de Población**, n. 43, enero-marzo 2005. p 29-52.

GOLDANI, Ana Maria. Demografia e Feminismos: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Aguiar, Neuma (org.) Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p 67-85.

GREENE, Margaret. BIDDLECOM, Ann. Abset and Problematic Men: Demographic Accounts of Male Reproductive Roles. In **Population and Development Review**, vol. 6, nº 1, mar/2000. p 81- 115.

GREENHALGH, Susan. Por uma abordagem reflexive para estudos de população para o século XXI. In OLIVEIRA, Maria Coleta (org). **Demografia da exclusão social**. Cmpinas, SP: Editora da UNICAMP, Nepo, 2001. p 25- 46.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. In **História Ciências Saúde – Manguinhos**. v. 15, n.3, jul.-set. 2008. p 117- 132.

\_\_\_\_\_. **As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho (Brasil :1970-2000)**. Rio de Janeiro, 2004. 104f. Dissertação de mestrado. ENCE/ IBGE.

\_\_\_\_\_; ALVES, José E. D. O contingente populacional feminino no mercado de trabalho: particularidades do grupo com nível universitário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004. 18 p.

GUIMARÃES, Nadya A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdade de gênero e raça no Brasil. In **Cadernos Pagu**, n.17/18, 2001. p 237-266.

HAMMEL, E. A. A Theory of Culture for Demography. In **Population and Development Review** vol.16, n.3 , 1990. 31 p.

HARAWAY, Donna. “Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. In **Cadernos Pagu**, nº 22, 2004. p 201-246.

HEILAND, Frank; PRSKAWETZ, Alexia; SANDERSON, Warren C. Do the more-educated prefer smaller families? **XXV IUSSP International Population Conference**, Tours, 2005. 23 p.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 217 p.

\_\_\_\_\_. Visão de mundo e ethos em camadas médias suburbanas. **Anuário Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984. p. 88-99.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In **Cadernos Pagu**, n.17/18, 2001. p 139-158.

ITABORAÍ, Natalie R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996). In **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, vol.20 nº2, 2003. p 157 – 176.

LAZO, Aída . C. G. V. **Nupcialidade em São Paulo**: um estudo por corte e coorte. Campinas,1990. Tese de Doutorado. UNICAMP.

LANGÉVIN, Annette. Le calendrier des naissances: quels enjeux? quelles stratégies? In: VILAINÉ, Anne-Marie; GAVARINI, L.; COADIC, M. (orgs.). **Les femmes, la reproduction et les hommes de science**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1986. p 116-119.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In Baltar, Maria Isabel (org.) **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p 139 – 160.

LEITÃO, Juliana; CAMARANO, Ana Amélia. Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006. 21p.

LEONE, Eugênia T; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho metropolitano: gênero e diferenças de rendimento, 1992-2000. In **Gênero**, v. 6, n.2-v7, n.1, 2006. p 37-58.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 344 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – Uma perspectiva pós-estruturalista. 3ª. Edição . Petrópolis: Ed Vozes, 1997. 179 p.

MARCONDES, Gláucia S. Recasamento formal no Brasil: alguns achados do Registro Civil. Campinas: **Textos NEPO** 58, 2008. 39 p.

MARQUES, Osiris. As mulheres e os serviços formais – o que mudou na década de 1990? In *Gênero*, v. 6, n.2-v7, n.1, 2006. p 59-78.

MCDONALD, Peter – Gender equity, social institutions and the future of fertility. In **Women and Families: Evolution of the Status of Women as Factor and Consequence of Changes in Family Dynamics**. COSIO-ZAVALA, Maria Eugenia (ed), Paris, CICRED, 1997. p 13-33.

\_\_\_\_\_. Demographic life transitions: an alternative theoretical paradigm. In **Helth Transition Review**, Supplement 6, 1996. P 385-392 .

MELLO, Hildete P.; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 21p.

\_\_\_\_\_; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. In **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Aguiar, Neuma (org.) Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p 137-159.

MOLÊDO, Rosalba A.; LEVY, Maria Stella F. Mudança na fertilidade: comparação de 3 coortes de idade. In **Revista de Saúde Pública**, n. 6. São Paulo: 1972. p 293-299.

MONTERO, Rosa. **Histórias de Mulheres**. Melo, Joana A.A. (trad). Rio de Janeiro: Agir, 2008. 224 p.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In **Cadernos Pagu** (14), 2000. p 13-44.

OLIVEIRA, Maria Coleta. Constrangimentos e motivações: a propósito da queda da fecundidade em Goran Therborn. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 22p.

\_\_\_\_\_; MARCONDES, Gláucia dos S. Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós-feminismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004. 22 p.

\_\_\_\_\_. Tendências contemporâneas e a família como questão. In: SEMINÁRIO SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005. 20 p.

\_\_\_\_\_. et al. Os homens, esses desconhecidos... Masculinidade e reprodução. Relatório Final apresentado à FAPESP. Campinas, NEPO, UNICAMP. 2002.

PAZELLO, Elaine T.; FERNANDES, Reynaldo. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004. 19 p.

PERÍ, Andrés, PARDO, Ignacio. Nueva evidencia sobre la hipótesis de la doble insatisfacción en Uruguay: ¿cuán lejos estamos de que toda la fecundidad sea



deseada? In: Wong, Laura, L. R. **Población y Salud Sexual y Reproductiva en América Latina**. Série Investigaciones, n. 4, ALAP/UNFPA, Córdoba, 2008, p. 55-80.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. 190 p.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 519 p.

PROST, Antoine. Fronteiras e Espaços do privado In **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. PROST, Antoine e VINCENT, Gerald (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp 13- 154.

ROSETO-BIXBY, Luis; MARTÍN, Teresa C; MARTÍN-GARCÍA, Teresa. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Annual Meeting of the Population Association of America**, New Orleans, 17-19 April 2008. 23 p.

SALÉM, Tania. **O casal grávido** – disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 230 p.

\_\_\_\_\_. Casal igualitário: princípios e impasses. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 1989. p 27-34.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. In **Revista de Estudos Feministas**, nº 13, vol. 1, 2005. 11-30.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In Burke, P. (org.) **A Escrita da História – novas perspectivas**. Trad. Lopes, M. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. 4a. edição. p 63-96.

\_\_\_\_\_. **Gender and politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988. 283p.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. 270 p.

SILVA, Roselaine N. B; OLIVEIRA, Ana L.P.; CAVILHÃO; Ieda M. Determinantes da formação do valor da força-de-trabalho: uma contribuição para o caso brasileiro referente ao período de 1985-2000. In **Revista Faz Ciência** n. 8. Cascavel (PN): UNIOESTE, 2006. p 149-182.

SIMÕES, Celso C. S. **A transição da fecundidade no Brasil**: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Albeit Factory Editora e Comunicação, 2006. 140p.

SOARES, Sergey; ISAKI, R. S. A participação feminina no mercado de trabalho. **Seminários DIMAC**, IPEA, nº127. 37 p.

SORJ, Bila. Trabalho e Responsabilidades Familiares: Um Estudo sobre o Brasil, Relatório Final (Contratado pela OIT), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. 61p.

\_\_\_\_\_. Legislação trabalhista, políticas públicas e igualdade de gênero In **Perspectivas e Críticas feministas sobre as reformas trabalhista e sindical**. Brasília: CFEMEA, FIG CIDA, 2006. p 13- 50.

\_\_\_\_\_. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In **Gênero, Família e trabalho no Brasil**. ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p 79 – 89.

TAIN, Laurence. Um filho quando eu quiser?: o caso da França contemporânea. In **Revista de Estudos Feministas** vol. 13 n° 1/2005. p 53- 67.

THELBORN, Gorah. **Between Sex and Power** – Family in the world, 1900-2000. London, Routledge, 2004. 508 p.

TODARO, Rosalba; GODOY, Lorena; ABRAMO, Laís. Desempeño laboral de hombres y mujeres: opinan los empresarios. In **Cadernos Pagu**, n.17/18, 2001. p 197- 236.

VAITSMAN, Jeni. Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203p.

VALENZUELA, M. E. **Más y Mejores Empleos para las Mujeres?** \_\_\_\_\_. (org). Santiago del Chile, Oficina Internacional del Trabajo (OIT), 2000. 34 p.

VIEIRA, Joice Melo. Ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais? Mudanças e continuidades da transição para a vida adulta no Brasil (1970 e 2000). In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. 21p

VINCENT, Gerard. Uma história do segredo? In **História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. PROST, Antoine e VINCENT, Gérard (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p 155 - 390.

WAINERMAN, Catalina. Mujeres que trabajan. Hechos e ideas. In Torrado, Susana (org). **Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario: una historia social del siglo XX**. Buenos Aires: Edhasa, 2007. p 143- 182.

XAVIER, Ivonete B. Trabalho e Planejamento Familiar. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1982. 13 p.